

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISANARA KETHLY SILVA SAMPAIO

**PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA: A VERDADE DO DISCURSO HISTÓRICO COMO
PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO**

GOIÂNIA
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

ISANARA KETHLY SILVA SAMPAIO

3. Título do trabalho

**PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA: A VERDADE DO DISCURSO HISTÓRICO COMO PROBLEMA
EPISTEMOLÓGICO**

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;



Documento assinado eletronicamente por **ISANARA KETHLY SILVA SAMPAIO, Discente**, em 24/09/2021, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sérgio Duarte Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 24/09/2021, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2368576** e o código CRC **2436E1A9**.

ISANARA KETHLY SILVA SAMPAIO

**PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA: A VERDADE DO DISCURSO HISTÓRICO COMO
PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades
Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

GOIÂNIA
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sampaio, Isanara Kethly Silva

Paul Ricoeur e a História [manuscrito] : a verdade do discurso histórico como problema epistemológico / Isanara Kethly Silva Sampaio. 2021.

CXXXIV, 134 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso Stricto Sensu (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2021.

Bibliografia.

1. Paul Ricoeur. 2. História. 3. Verdade. 4. Representância. I. Silva, Luiz Sérgio Duarte da, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **045/2021** da sessão de Defesa de Dissertação de **ISANARA KETHLY SILVA SAMPAIO**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**, a partir da(s) **10h**, via **Videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Diálogos Sobre Epistemologia da História: verdade, narrativa e representação do passado em Paul Ricoeur”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte Silva (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Rodrigo Bianchini Cracco (UEMS)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Breno Mendes (UFG)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Luiz Sérgio Duarte Silva (PPGH/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

PAUL RICOEUR E A HISTÓRIA: A VERDADE DO DISCURSO HISTÓRICO COMO PROBLEMA EPISTEMOLÓGICO

Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 16/09/2021, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Sérgio Duarte Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2021, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Breno Mendes, Professor do Magistério Superior**, em 16/09/2021, às 20:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2305881** e o código CRC **53E51600**.

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Caminhos do coração – Gonzaguinha

Ao longo desses mais de dois anos, contei com o apoio de muitas pessoas que influenciaram diretamente ou indiretamente no processo de escrita desta dissertação e, por isso, merecem os meus sinceros agradecimentos.

Agradeço ao orientador prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva por sua disponibilidade e confiança e por ter concedido autonomia necessária no processo de escrita.

Ao prof. Dr. Breno Mendes por todas as suas contribuições neste trabalho como membro da banca na qualificação e defesa de mestrado, e por ter sido minha inspiração acadêmica, antes mesmo da minha entrada no PPGH/UFG. Agradeço também ao prof. Rodrigo Cracco por suas considerações significativas como membro da banca de defesa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo apoio financeiro foi essencial para a concretização desta pesquisa.

De forma bastante carinhosa, agradeço à minha mãe Evanda Maria, meu exemplo de vida, que sempre esteve presente em todos os momentos, apoiando com um amor incondicional minhas escolhas e projetos pessoais.

À minha grande amiga Maria de Fátima Vieira por sua parceria em todos esses anos, por ter compartilhado comigo essa aventura de percorrer mais dois mil quilômetros em busca de nossos objetivos acadêmicos, por toda paciência, atenção e carinho nessa jornada.

À Ana Livia Lourenço por toda receptividade em Goiânia e cumplicidade nos momentos mais difíceis dessa trajetória, pelos longos diálogos e compartilhamento de angústias.

Em especial, agradeço ao meu companheiro de vida, Marcos Sampaio, a quem também dedico este trabalho. Gratidão por todo amor, paciência e cuidado comigo ao longo do processo de escrita, por ser meu porto seguro nos momentos mais difíceis e meu maior incentivador na vida.

Espero que ninguém se espante se, historiador de ofício, eu fale como filósofo: é meu direito e meu dever. É tempo de reagir contra o complexo de inferioridade que os historiadores tiveram muito tempo em face da filosofia.

Henri Irénée Marrou

RESUMO

Esta dissertação visa discutir o pensamento do filósofo Paul Ricoeur sobre a história através de duas obras centrais: *Tempo e narrativa* (1983-85) e *A memória, a história, o esquecimento* (2000). O principal objetivo é analisar, em uma perspectiva epistemológica, a problemática da pretensão de verdade do discurso histórico. Para tanto, opera-se uma seleção conceitual, centrada nas discussões historiográficas das obras citadas e em ensaios específicos escritos pelo filósofo, como o capítulo *Objetividade e subjetividade em história* da obra *História e Verdade* (1955). Busca-se evidenciar que a discussão em torno da verdade do conhecimento histórico, ainda que indiretamente, é um ponto central do pensamento ricoeuriano, inscrito na relação entre conceitos e temas abordados pelo filósofo francês sobre a história: a relação entre subjetividade e objetividade do conhecimento histórico, narrativa histórica e ficcional, história e memória. Em contornos bem delimitados, entendemos que Ricoeur delineou uma linha de análise alternativa, entre o realismo positivista e o relativismo histórico, com a proposição do conceito de representância que condensa em si as expectativas ao que é chamado de intencionalidade historiadora. Na demarcação conceitual ricoeuriana, a noção de verdade pelo viés da representância tem como base os procedimentos epistemológicos, contudo, ultrapassados, abrangendo uma perspectiva ética. Observa-se que os temas discutidos por Paul Ricoeur constituem um importante instrumento teórico em meio aos desafios enfrentados pela historiografia contemporânea.

Palavras-chave: Paul Ricoeur. História. Verdade. Representância.

ABSTRACT

This dissertation aims to discuss the thinking of the philosopher Paul Ricoeur about history through two central works: *Time and narrative* (1983-85) and *The memory, history, oblivion* (2000). The main objective is to analyze, from an epistemological perspective, the problematic of the truth claim of historical discourse. Therefore, a conceptual selection is carried out, centered on the historiographical discussions of the works cited, and on specific essays written by the philosopher, such as the chapter *Objectivity and subjectivity in the history of History and Truth* (1955). It seeks to show that the discussion around the truth of historical knowledge, albeit indirectly, is a central point of ricœurian thought, inscribed in the relationship between concepts and themes addressed by the French philosopher about history: the relationship between subjectivity and objectivity of knowledge historical, historical and fictional narrative, history and memory. In well-defined contours, we understand that Ricoeur outlined an alternative line of analysis, between positivist realism and historical relativism, with the proposition of the concept of representation that condenses within itself all expectations of what is called historian intentionality. In the ricœurian conceptual demarcation, the notion of truth through the representation bias is based on epistemological procedures, however, it goes beyond them, encompassing an ethical perspective. It is observed that the themes discussed by Paul Ricoeur constitute an important theoretical instrument amidst the challenges faced by contemporary historiography.

Keywords: Paul Ricoeur. History. Truth. Representation.

LISTA DE ABREVIACOES

AI – Autobiografia intelectual

CI – O conflito das interpretaoes. Ensaio de hermenêutica.

HV – História e verdade

I&I – Interpretaao e ideologia

MHE – A memória, a história, o esquecimento

MV – A metáfora viva

SO – O si mesmo como outro

TN1 – Tempo e narrativa I. A intriga e a narrativa histórica

TN2 – Tempo e narrativa II. A configuraao do tempo na narrativa de ficao.

TN3 – Tempo e narrativa III. O tempo narrado

TI – Teoria da interpretaao

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: PRIMEIROS DIÁLOGOS. EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA E HERMENÊUTICA EM PAUL RICOEUR	20
1.1 Matriz da verdade em história: vertentes de uma epistemologia mista	20
1.2 Entre <i>História e verdade</i> e <i>Tempo e narrativa</i> : a virada hermenêutica de Paul Ricoeur...	29
1.3 Teoria geral da narrativa e da hermenêutica: reciprocidade entre tempo e narrativa	37
1.3.1 O círculo hermenêutico ricoeuriano: prefiguração, configuração e refiguração	41
CAPÍTULO II: A ESCRITA DA HISTÓRIA À LUZ DE UMA POÉTICA DA NARRATIVA	47
2.1 Ecloração das teses narrativistas na Filosofia analítica: Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis O. Mink	49
2.1.2 A composição da intriga e a prática historiográfica: Hayden White e Paul Veyne	55
2.2 As fontes narrativas da história: a intencionalidade do conhecimento histórico	61
2.3 A especificidade ontológica da narrativa histórica: representância do passado histórico..	72
2.4 Identidade narrativa e constituição do si em Paul Ricoeur.....	82
CAPÍTULO III: A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO ENTRE FIDELIDADE DA MEMÓRIA E A VERDADE NA HISTÓRIA	88
3.1 A representação mnemônica sob o viés do enigma da imagem	89
3.2 O documento e o testemunho como prova: a entrada da história científica	93
3.3 A delimitação explicativa/compreensiva: representação como objeto na história	98
3.4 Representação escriturária: os limites da referencialidade na operação historiográfica ..	105
3.4.1 Representação historiadora como representância	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	130

INTRODUÇÃO

Jean Paul Gustave Ricoeur (1913-2005) é certamente um dos mais brilhantes autores do século XX. Um filósofo irreduzível a amarras disciplinares, dedicou-se, em décadas de produção filosófica, a várias áreas do conhecimento como a teologia, a linguística, a psicanálise e a história. Ricoeur reuniu ao longo de sua trajetória intelectual os principais temas da tradição filosófica ocidental, elaborando uma síntese própria. O percurso ricoeuriano¹ abrange o existencialismo (Karl Jaspers e Gabriel Marcel), o personalismo (Emmanuel Mounier), a fenomenologia (Edmund Husserl e Martin Heidegger), a hermenêutica (Wilhelm Dilthey e Hans-Georg Gadamer), além da psicanálise freudiana e a filosofia da linguagem. Na leitura de François Dosse, “Paul Ricoeur está inserido em uma lógica síncrona de respostas ao contexto, aplicando-se a si mesmo suas próprias posições dialógicas, passando assim tanto pelo existencialismo, pelo estruturalismo, pela hermenêutica como pela filosofia analítica” (DOSSE, 2017b, p. 09).

Paul Ricoeur é detentor de uma ampla e heterogênea bibliografia². Se é bem verdade que muitos filósofos contemporâneos se confinam a uma única questão ou problema comum, no seu caso são múltiplas problemáticas, que talvez não seja possível pontuar um tema que possa unificar sua trajetória filosófica. Na leitura de Jean Grondin, não é fácil encontrar um fio condutor em virtude da rica e complexa sucessão de obras, não se poderia reduzi-lo a um único problema sem violentá-lo, no mais, pode-se dizer que seu pensamento foi uma acolhedora filosofia das possibilidades do humano. Domenico Jervolino, por outro lado, acolhendo a indicação do próprio Ricoeur, assegura que existe um “fio sutil” que comanda a pesquisa do filósofo, constituído pela problemática do “homem capaz”: “[...]ele permaneceu fiel em toda sua vida à ideia de uma filosofia que não se fecha em si mesma, mas que se torna uma atividade

¹ Para Eugene F. Kaelin, a carreira filosófica de Paul Ricoeur pode ser dividida em três fases, que se diferenciam principalmente pelos métodos utilizados em sua investigação: “Na primeira, registavam-se já duas tendências metodológicas: uma espécie de <<reflexão>> marceliana sobre as condições da situação humana, que veio a ser substituída pela fenomenologia descritiva husserliana; a segunda viu-o abandonar as suas descrições eidéticas em troca de uma nova forma de hermenêutica crítica; e a terceira, por último, constitui um alargamento da sua hermenêutica de modo a incluir uma dose de <<especulação>>, que lhe permitia continuar as suas <<reflexões>> sobre os fundamentos ontológicos das nossas culturas contemporâneas” (KAELIN, 1999, p. 161).

² Entre as obras mais conhecidas, podemos citar: *A filosofia da vontade* [Philosophie de la volonté], publicada em dois grandes volumes em 1950 e 1960; *História e verdade* [Histoire et vérité], 1955; *Da interpretação* [De l'interprétation], 1965; *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica* [Le conflit des interprétations: essais d'herméneutique], 1969; *A metáfora viva* [La métaphore vive], 1975; *Tempo e narrativa* [Temps e récit], 1983, seguida por duas publicações, em 1984 e 1985; *O si-mesmo como outro* [Soi-même comme un autre], 1990; *A memória, a história, o esquecimento* [La mémoire, l'histoire, l'oubli], nos anos 2000; *O percurso do reconhecimento* [Parcours de la reconnaissance], 2004, sua última publicação em vida.

para pensar e promover nas suas múltiplas formas a humanidade do homem”³ (JERVOLINO, 2011, p. 76). De todo modo, se existe um “fio sutil” que atravessa seu pensamento filosófico, há uma pluralidade de questões que percorrem suas obras. Não há um projeto previamente concebido e claramente definido no qual cada publicação seria senão a realização de etapa por etapa. Segundo Petit (2007), há melhor que isso, uma unidade de inspiração e de visão que tem a ver com a vida humana em todas as suas dimensões. Parece-nos, portanto, de modo geral, que no cerne da sua preocupação filosófica está a ação humana e sua produção de sentido através da linguagem. Nessa trajetória, a história representou um ponto de destaque no pensamento ricoeuriano.

Sem dúvidas, a história ocupou um lugar especial no conjunto de suas reflexões filosóficas. Paul Ricoeur é certamente um dos filósofos que nas últimas décadas mais tempo se dedicou à reflexão histórica, exercendo uma influência profunda sobre os estudos históricos. É justamente nesse viés do pensamento ricoeuriano que nossa pesquisa é delineada. Nosso objetivo geral é analisar as reflexões de Paul Ricoeur referentes à história, em específico, às questões próprias do discurso historiográfico. Corroboramos com a proposição que Ricoeur é o *outsider* que mais se aproximou da história. “Leu os historiadores, não para incorporá-los ou fazer filosofia da história às suas custas, mas para, graças a eles, avançar em seus questionamentos filosóficos” (HARTOG, 2020, p. 89). As abordagens do filósofo não refletem a prática de uma filosofia especulativa da história, mas se aproximam de uma filosofia crítica⁴, se assim podemos dizer.

³ Cito a indicação ricoeuriana sobre o “fio sutil” em suas obras: “À primeira vista, minha obra é bastante dispersiva; e ela se parece assim porque cada livro se organiza em torno de um problema bem definido: o voluntário e o involuntário, a finitude e o mal, as implicações filosóficas da psicanálise, a inovação semântica atuante na metáfora viva, a estrutura linguística da narrativa, a reflexividade e os seus estágios. Foi somente nos últimos anos que pensei poder colocar a variedade de tais aproximações sob o título de uma problemática dominante: e escolhi o título do homem agente e do homem capaz de... [...]. É, pois, em primeiro lugar o poder de recapitulação inerente ao tema do homem capaz de... que me pareceu, contrariamente à aparência de dispersão da minha obra, como um fio condutor equiparável àquele que tanto admirei em Merleau-Ponty durante os meus anos de aprendizagem: o tema ‘eu posso’.” (RICOEUR, apud JERVOLINO, 2011, p. 73-74).

⁴ Em *Philosophy of History: an introduction* (1968), o filósofo W. H. Walsh distingue dois gêneros da filosofia da história: A filosofia “especulativa” e filosofia “crítica” da história. “O primeiro, lida com questões metafísicas sobre a realidade da história como um todo; o segundo, lida com as questões epistemológicas que surgem na busca e formulação do conhecimento da história” (LITTLE, 2016, p. 19). A filosofia crítica da história interessa-se pela dimensão cognitiva da história, como as formas, funções e os processos cognitivos enquanto ciência. Segundo Walsh, há quatro grupos centrais de questões que norteiam a filosofia crítica da história: a relação da história e outras formas de conhecimento, as noções de verdade e fato na história, a objetividade histórica e a natureza da explicação histórica. Não obstante, em outra perspectiva, Herman Paul argumenta que a filosofia crítica da história, na tentativa de evitar qualquer proximidade à filosofia especulativa da história, tem se aplicado quase exclusivamente ao estudo de como os historiadores (no Ocidente) investigam o passado. “O catálogo de problemas quase-canônicos na filosofia contemporânea da história não inclui o sentido da história, ou os perigos do relativismo histórico; ao invés disso, ele consiste de problemas de historiadores tais como explicação, interferência, intenção, contexto, comparação e construção de modelos. De fato, cada vez mais a filosofia da história se torna

Há duas obras centrais, além de muitos artigos, comunicações e ensaios dispersos em revistas e livros, as quais é possível identificar uma discussão sobre a história: *Tempo e narrativa* (1983-85) e *A memória, a história, o esquecimento* (2000). O filósofo francês abordou nessas obras elementos pertinentes para a compreensão da escrita da história, discutindo problemas cruciais próprios do ofício do historiador. Seguindo a lógica do pensamento ricoeuriano, é complexo pontuar uma questão específica que possa unificar sua abordagem no campo da história, há múltiplas abordagens tanto no âmbito da reflexão epistemológica, quanto hermenêutica e ontológica. Paul Ricoeur discutiu desde a questão da escrita da história, a querela entre objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, ciência e narrativa, memória e ficção até questões de cunho mais filosófico que versam sobre o sentido da história, da consciência histórica e da condição do homem. Diante desse amplo cenário que pode engendrar vários caminhos de pesquisas, atentamos que nos deteremos nas discussões de cunho teórico epistemológico da operação historiográfica, presente desde o início de sua produção filosófica.

Sua preocupação com historiografia enquanto área de saber específico é datada de 1955, quando publicou uma coletânea de ensaios sob o título *História e verdade*. Embora se insinue, pelo título, que a obra origina um tratado de epistemologia, definitivamente não é o caso. A não ser um ensaio em especial, que muito nos interessa, intitulado *Objetividade e subjetividade em história*, no qual se sobressai o interesse epistemológico que não cessará de acompanhar sua produção sobre a prática histórica. Quase três décadas depois ele escreve a majestosa trilogia intitulada *Tempo e narrativa*, cujo primeiro livro, publicado em 1983, é não somente uma introdução à fenomenologia do tempo humano articulado pelo viés da narrativa, mas uma abordagem minuciosa dos aspectos narrativos e epistêmicos da historiografia (PETIT, 2007). Nessa obra, Ricoeur revela de maneira articulada seu domínio conceitual da história dos historiadores: promove um diálogo intenso com as obras escritas por historiadores e concilia teorias entre autores não pertencentes ao mesmo círculo de discussão. Um dos objetivos de Ricoeur é distinguir a especificidade da história enquanto ciência e narrativa. A historiografia é uma espécie de narrativa realista, baseada em uma pesquisa cientificamente conduzida (REIS, 2011). Em *A memória, a história, o esquecimento*, publicada em 2000, o filósofo francês retoma o tema da história em suas múltiplas dimensões, contudo, algo novo é acrescentado com o foco na memória e no esquecimento. Nessa obra, Ricoeur amplia consideravelmente sua discussão

uma filosofia da historiografia profissional, isto é, um subcampo ‘filosófico meta-disciplinar’ parecido com a filosofia da ciência ou filosofia da economia” (PAUL, 2014, p. 78).

sobre epistemologia da história, analisando de forma pormenorizada as etapas da operação historiográfica a partir da discussão sobre a problemática da representação do passado. Nesse sentido, essa obra é central para delimitarmos o lugar da historiografia no cerne da economia do pensamento ricoeuriano.

Não estamos propondo, necessariamente, estabelecer pontos de continuidade direta entre as obras citadas, como se existisse um projeto epistemológico delimitado desde o início de sua produção filosófica, ao invés disso, apostamos no caráter fragmentário e ao mesmo tempo articulado da abordagem ricoeuriana sobre a história. Por um lado, cada uma das obras axiais representam uma tentativa de resposta a algumas questões precisas impostas com contornos bem delimitados em determinado ponto de sua trajetória, por outro lado, Ricoeur é sensível em retomar e reorientar questões não exploradas o suficiente, muitas vezes rejeitadas em um livro anterior, à medida que sua pesquisa atual lhe desperta novas abordagens das questões. Não obstante, se bem observarmos, há minimamente uma característica marcante de seu pensamento que permeia seus escritos sobre a história: a proposição de uma via alternativa em meio aos debates vigentes. Dito isso, podemos delimitar nossa pesquisa.

Entre a publicação de seu primeiro ensaio e seus últimos escritos referentes à história, Ricoeur se deparou com muitas problemáticas internas à prática historiográfica assim como questões teóricas mais amplas que, por sua vez, atingiam diretamente o estatuto da história. Em suas análises, ele se propôs a pleitear uma “resposta conciliatória”, uma via de pensamento alternativa em meio às teses circundantes, mas sempre tendo como horizonte a credibilidade e autoridade da disciplina histórica frente as ciências humanas e a literatura. A preocupação em resguardar a história como saber específico, em diferentes circunstâncias, portanto, está no cerne do pensamento de Paul Ricoeur. Essa proposição é evidenciada por sua preocupação em resguardar a pretensão da verdade da história. Nossa hipótese é que a discussão em torno da verdade do conhecimento histórico é um desdobramento constante no pensamento ricoeuriano inscrito na relação entre subjetividade e objetividade, narrativa histórica e ficcional, história e memória. Em contornos bem delimitados, Ricoeur delineou uma linha de análise alternativa suscetível de credenciar a dimensão veritativa do conhecimento histórico, agregada ao termo “representância” concebido em *Tempo e narrativa* e desenvolvido em *A memória, a história, o esquecimento*. Na demarcação conceitual ricoeuriana, a noção de verdade pelo viés da representância tem como base os procedimentos epistemológicos, contudo, ultrapassa-os, abrangendo uma perspectiva ética e um horizonte ontológico.

É importante salientar que a questão da verdade é um problema tradicional da teoria da história. A grosso modo, o questionamento sobre a verdade em história refere-se à possibilidade do discurso histórico de corresponder adequadamente à realidade passada. Esse questionamento foi respondido de várias formas ao longo da trajetória da história enquanto disciplina autônoma no século XX. As principais posições se fundamentam basicamente em duas propostas distintas, como aponta Rodrigo Bianchini Cracco (2018): a primeira, a qual pode-se denominar “realismo ingênuo”, fundamenta-se na crença de uma transparência dos documentos. Nesse sentido, o historiador operaria uma reconstituição do real, baseando-se na pouca ou nenhuma interferência subjetiva no processo de configuração historiográfica. O historiador, nesse caso, seria apenas um mediador entre os arquivos e leitores da história. “Dessa forma seria possível garantir a verdade do passado, na medida em que o que é dito pelo historiador é nada mais que uma articulação didática de um conteúdo já pronto e que reflete completamente o passado” (CRACCO, 2018, p. 59). A segunda proposta que serve como fundamento para a afirmação da verdade em história baseia-se na crença da dimensão científica, tendo como fundamento a transferência dos modelos explicativos advindos das ciências da natureza. A verdade em história tornou-se resultado de uma conduta metódica, guiada por um método rigoroso. “O ‘provado cientificamente’ foi se instituindo como sinônimo de verdade desde meados da modernidade e atinge seu auge nos séculos XIX e XX, com o avanço tecnológico que possibilitou a verificação empírica de várias hipóteses construídas ao longo da modernidade” (Idem, p. 60). Vale ressaltar que o viés científico constitui até os dias atuais a principal via para a validação do conhecimento histórico.

No final do século XX, todavia, a história sofreu uma série de questionamentos que atingiram diretamente seu estatuto científico. Na chamada “crise da história”, fundamentos até então consolidados como o imperativo da busca da verdade e da objetividade do conhecimento histórico, as relações de causalidade entre sujeitos, acontecimentos, estruturas e processos, a busca e os limites da explicação histórica, o status da história no concerto das ciências sociais, num lapso minúsculo de tempo foram profundamente contestados (MALERBA, 2006). Não cabe nesse espaço introdutório resgatar toda a argumentação desse processo tão rico e plural, queremos apenas ressaltar o cenário de incertezas alçados no campo historiográfico, principalmente ao que tange questionamento da natureza do conhecimento junto com a dissolução da ideia de verdade. E nesse contexto, situar as considerações proposta por Paul Ricoeur. Para tanto, discutiremos conceitos nodais em suas obras que conduzem a reflexões internas à historiografia no campo da epistemologia da história.

Nas entrelinhas desta pesquisa queremos destacar a relevância da reflexão ricoeuriana para a história, tendo em vista o cenário historiográfico atual. Os temas discutidos pelo filósofo francês constituem um importante instrumento teórico em meio aos desafios enfrentados pela historiografia contemporânea, por exemplo, o relativismo e o negacionismo histórico⁵. Sabemos que o percurso conceitual desenvolvido por Ricoeur é complexo, trata-se de uma leitura densa em razão da própria magnitude de suas obras e precisão filosófica, porém, esperamos evidenciar o quanto as teses desenvolvidas pelo filósofo francês são atuais e necessárias para repensar os desafios historiográficos. Para tanto, operaremos uma seleção conceitual, centrando nossa atenção nas discussões historiográficas nas obras citadas, mas também em ensaios específicos escritos pelo filósofo, que serão requisitados assim que necessário para fundamentar as questões levantadas em cada capítulo, ao que condiz com a nossa delimitação da pesquisa.

No primeiro capítulo, abordaremos o ensaio *Objetividade e subjetividade em história* da compilação de *História e verdade*, no intuito de esmiuçar as primeiras questões metodológicas e epistemológicas lançadas pelo autor. Ao analisar os primeiros pressupostos ricoeurianos sobre a história pretendemos mostrar como a ideia da história comprometida com a verdade surgiu ligada ao ofício do historiador e essa problemática, por sua vez, se desenvolveria de forma ampla quase cinquenta anos depois. Na esteira dessas reflexões, entendemos ser necessário, antes de entrar na discussão da narrativa histórica, que envolve diretamente o conhecimento histórico, delinear, em linhas gerais, o panorama hermenêutico-fenomenológico proposto pelo filósofo. Ainda no primeiro capítulo elencaremos a teoria ricoeuriana que tange a reciprocidade entre tempo e narrativa, corroborando à reflexão do círculo hermenêutico como compreensão do texto que projeta uma significação para o mundo do leitor.

No segundo capítulo, o tema da narratividade histórica será o centro das análises na obra *Tempo e narrativa*. A articulação da história à narrativa é marcada pela leitura ricoeuriana dos autores da Filosofia analítica e da Historiografia francesa. Nossa intenção é demarcar como Ricoeur se aproxima e ao mesmo tempo se afasta das teses narrativistas à medida que ele propõe

⁵ O “negacionismo histórico” pode ser incluído na grande família dos negacionismos científicos, das *fakes news* e da *fake History*. Pode ser definido, de acordo com Marcos Napolitano (2021, p. 98), “[...] como a negação à priori de um processo, evento ou fato histórico estabelecido pela comunidade de historiadores como efetivamente ocorrido no passado, em que pese várias possibilidades de interpretação validadas pelo debate historiográfico. Em outras palavras, o negacionista rejeita o conhecimento histórico estabelecido em bases científicas e metodológicas reconhecidas, em nome de uma suposta ‘verdade ocultada’ pelas instituições acadêmicas, científicas e escolares por causa de supostos ‘interesses políticos ligados ao sistema’.”

uma dialética específica para fundamentar a narrativa histórica, a saber, a derivação da intencionalidade histórica em um vínculo indireto entre o conhecimento histórico e a competência narrativa. Consequente, faremos uma primeira aproximação sobre um conceito basilar na nossa pesquisa: a representância do passado histórico. A problematização do real aplicado ao passado pelo viés da representância nos levará à análise do trajeto conceitual sobre os “grandes gêneros” extraídos livremente do *Sofista*, de Platão: o Mesmo, o Outro e o Análogo. Por último, ainda na obra *Tempo e narrativa*, delinearemos um importante conceito no pensamento ricoeuriano, desenvolvido posteriormente em *O si-mesmo como outro*: a identidade narrativa.

O terceiro capítulo gira em torno do estatuto da representação historiográfica na obra *A memória, a história, o esquecimento*. Nesse sentido, versaremos sobre as três fases da operação historiográfica discutidas por Ricoeur: 1) fase documental, que integra desde a declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e a noção de prova; 02) fase explicativa/compreensiva referente à análise do objeto da história; 3) fase representativa integrada à escrita do discurso histórico. Na última etapa, na fase escriturária, analisaremos como o filósofo francês retoma a noção de representância em implicação direta à escrita da história em sua pretensão de verdade. A representância designa a expectativa do conhecimento histórico que as construções dos historiadores sejam reconstruções aproximadas do curso passado dos acontecimentos. Nosso intuito é elucidar a relação entre o par representância e verdade pelo viés da pertinência fiduciária pautada na credibilidade do testemunho, ou seja, a adequação presumida entre a representação historiadora e o passado à luz da aporia fundadora da memória. Por último, pontuaremos sobre a relação entre interpretação e verdade, assim como teceremos alguns argumentos finais sobre conceito de verdade em história na perspectiva ricoeuriana.

CAPÍTULO I: PRIMEIROS DIÁLOGOS. EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA E HERMENÊUTICA EM PAUL RICOEUR

1.1 Matriz da verdade em história: vertentes de uma epistemologia mista

O ensaio *Objetividade e subjetividade em história* publicado na coletânea *História e verdade* ostenta a marca da preocupação permanente de Paul Ricoeur sobre a epistemologia da história. De maneira geral, o primeiro enfoque de Ricoeur pelo campo historiográfico⁶ não procede de uma reflexão desenvolvida em torno de uma ampla abordagem, a qual o leitor verá nas obras posteriores que refletem sobre a história e o ofício do historiador. Os escritos que compõem *História e verdade* perfazem um conjunto de estudos apresentados previamente em seminários e colóquios ou publicados como artigo em revistas, que, por sua vez, não foram concebidos para a unidade do livro. Ainda que apareça na sombra das duas grandes obras sobre a história, de acordo com Jean Grondin, “ela demonstra – se necessário fosse – que Ricoeur foi, desde o início, um vigilante pensador da história, que ele havia experimentado a contragosto durante seus anos no cativeiro” (2015, p. 43).

A interrogação inicial sobre a história concentra-se na seguinte indagação: “Aquela história que ocorreu e que interessa ao ofício do historiador presta-se a um conhecimento da linha da verdade de acordo com os postulados e regras do pensamento objetivo posto em função nas ciências?” (HV, p. 09). Essa questão é, pois, sistematizada passando pelos conceitos de objetividade e subjetividade no fazer histórico. O filósofo francês intervém na discussão historiográfica para acentuar como o ofício do historiador está em tensão constante entre a objetividade necessária de seu objeto e sua própria subjetividade (DOSSE, 2001). Mas afinal, para Ricoeur, como definir esse ofício do historiador? Qual a natureza da sua concepção de verdade? A princípio essas questões comportam um problema metodológico, porém se expandem para outros níveis de discussão.

Paul Ricoeur projeta uma noção de objetividade aplicada à história, ou seja, uma objetividade que contrasta com a noção tradicional entendida como a relação metódica e transparente entre um sujeito e um objeto. Se pensarmos historicamente o conceito de objetividade nas ciências, como propõe a autora Lorraine Daston (2017), perceberemos que

⁶ A questão da história aparece desde 1949 em *Husserl et le sens de l'histoire*, porém Ricoeur ainda não dialoga diretamente com a historiografia enquanto produção de conhecimento (AI, p. 112).

esse conceito não é monolítico, haja vista que é fruto de práticas científicas históricas que, por sua vez, difundiram uma oposição sistemática em relação ao eu da subjetividade.⁷ A objetividade constituiu-se cientificamente como uma virtude epistêmica antagônica a qualquer vestígio da subjetividade, do eu, da interpretação. Toda espécie de interpretação aberta tornou-se na ciência um objeto de suspeição da sua credibilidade. Assim, o modelo científico impôs um padrão de objetividade às disciplinas que buscavam um estatuto de ciência objetiva. A proposta de objetividade específica à história alçada por Paul Ricoeur, mobiliza uma outra província ao terreno da objetividade, em um período em que a historiografia era extremamente influenciada pelos parâmetros de objetividade das ciências da natureza.

Ricoeur articula o conceito de objetividade em um sentido metodológico e epistemológico restrito: “é objetivo aquilo que o pensamento metódico elaborou, pôs em ordem, compreendeu, e que por essa maneira pôde fazer compreender” (HV, p. 23). É confiado à história, enquanto produção de saber propensa à retificação, que ela proporcione ao passado das sociedades humanas o acesso à prerrogativa da objetividade. Contudo, não necessariamente aos padrões das ciências da natureza, pois, na leitura ricoeuriana, há tantos níveis de objetividade quanto de procedimentos metódicos. Nesse sentido, é esperado da história uma objetividade de que lhe é conveniente, inerentes às suas especificidades: a objetividade esperada da história compreende uma epistemologia mista que conjuga a subjetividade do historiador. Essa pressuposição, todavia, não transpõe a disciplina histórica a uma inferioridade frente às demais ciências, apenas esboça uma nova província ao império variado da objetividade. “Ricoeur rejeita a falsa alternativa que vai influir cada vez mais na operação historiográfica entre o horizonte de objetivação, com sua ambição científica, e a perspectiva subjetivista, com sua

⁷ A história da objetividade, segundo Lorraine Daston, é uma história intelectual e social, mas também é uma história moral. Daston cita duas variantes importantes da objetividade científica que se solidificaram no século XIX: a objetividade mecânica e a objetividade aperspectivística. A objetividade mecânica fundamentou-se em uma epistemologia da autenticidade, com mínima ou nula intervenção da subjetividade do cientista como observador da natureza. O uso de máquinas, como dispositivos de auto inscrição ou a câmera, os procedimentos científicos mecanizados, como uso de técnicas estatísticas, revelam a expressão máxima da objetividade mecânica: “os esquemas obtidos com a ajuda da *câmera obscura*, os traçados automáticos e finalmente a fotografia substituem o desenho feito à mão; os instrumentos que inscrevem por eles mesmos seus resultados, como o esfígmógrafo ou o fuzil fotográfico, substituem os observadores humanos. [...] Essas injunções dotam a objetividade mecânica de um alto valor moral e celebram nela um triunfo que é tanto da vontade quanto das técnicas e dos instrumentos.” (DASTON, 2017, p. 74-75). A objetividade aperspectivística, por sua vez, é atribuída à ciência ainda no século XIX e reflete as peculiaridades individuais em prol de uma comunicabilidade do coletivo de cientistas. “Subjetividade se tornou sinônimo de individual e de solitude; objetividade, de coletivo e de convivial. O *ethos* da objetividade aperspectivística havia chegado.” (Idem, p. 30). A verdade científica tornou-se sinônimo de observações mecanizadas em uma refinada divisão do trabalho científico e inibição de erros individuais. Os avanços da ciência assumiram uma forma impessoal. Analisando essas duas perspectivas é possível discernir que a história da objetividade está imbricada com o surgimento e o fortalecimento de uma determinada moralidade científica que, por sua vez, modela os traços visíveis da pesquisa científica.

crença numa experiência quanto à capacidade de proceder a ressurreição do passado” (DOSSE, 2001, p. 75). O que garantirá, contudo, essa objetividade específica? A resposta é clara: é o ofício do historiador que assegurará à história a objetividade apropriada. Nesse quesito, não cabe ao filósofo dar lições ao historiador, pois é o próprio exercício do ofício científico que instrui o historiador. Ricoeur, desde o início, mostrou-se aberto à leitura das obras historiográficas, postura que o acompanhou durante todo seu percurso pela história. Especificamente sobre a reflexão da objetividade, seu ponto de partida é a obra, ainda que inacabada, de Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou Métier d'historien* (1949) [Apologia da história ou Ofício do historiador]. Os títulos dos capítulos metodológicos, a saber, *observação histórica crítica e análise histórica*, marcam a construção das etapas da objetividade.

O primeiro critério, a observação, refere-se à redescoberta do passado pelo historiador através dos vestígios. Essa operação de modo algum diminui a pretensão da história à cientificidade. A apreensão do passado pelo historiador, através dos vestígios documentais, constitui uma observação no sentido pleno da palavra: observar não se restringe a registrar um fato bruto, a observação histórica está no sentido de uma reconstituição dos documentos explorados pelo historiador com base em uma conduta de objetividade de tipo próprio. Ora, é o historiador, a partir da sua intervenção e observação histórica, que institui a noção de documento como tal e, simultaneamente, os fatos históricos contidos nele. Logo o fato histórico não difere fundamentalmente dos outros fatos científicos dos quais dizia G. Canguilhem: “[...] fato científico é aquilo que a ciência produz ao construir-se. Nisto se constitui a objetividade: uma obra de atividade metódica” (HV, p. 26).

A objetividade do fato científico decorre de uma crítica na concepção metodológica que condiz ao trabalho do historiador perante os fatos históricos. A análise, por sua vez, refere-se à atividade do historiador que procura explicar esses acontecimentos. A tarefa do historiador não é restituir os fatos “tais quais eles se passaram”⁸, mas compor, constituir um encadeamento

⁸ Essa expressão faz menção ao modelo de produção historiográfica dominante na França no séc. XIX e o início do século XX, aproximadamente entre as décadas de 1870 até 1930. A *histoire événementielle*, herdeira da historiografia erudita alemã de Leopold von Rank, teve como figuras centrais os historiadores Charles Langlois, Charles Seignobos e Fustel de Coulanges. Essa escola é responsável pela consolidação da História como ciência no século XX. Os historiadores adeptos a chamada Escola metódica, também conhecida como história “positivista”, “tradicional”, “historicizante” tinham por ofício produzir narrativas de cunho biográfico e político, concomitante aos grandes homens, principalmente ligados ao Estado, recuperando os eventos históricos através da documentação submetida rigorosamente à crítica documental. Ou seja, a função dos historiadores consistia em extrair os fatos dos documentos e organizá-los em uma sequência cronológica em forma de narrativa. “O que o historiador tradicional buscava com esse tipo de narrativa era um efeito de objetividade, que visava fazer o leitor crer que o real coincidia com o que de fato estava escrito – e “narrar”, deste ponto de vista, era “mostrar” o que de fato acontecera”. (BARROS, 2011, p. 164).

retrospectivo com proposição de sentido. A objetividade do fazer histórico está na sua capacidade de recompor, renunciando a coincidência, a revivescência e encadeando os fatos de forma crítica ao nível de uma inteligência historiadora. Só existe síntese histórica porque a história é antes de tudo uma análise que visa uma explicação, e com isso torna compreensível os vestígios do passado. Assim, a explicação não tem como seu oposto a compreensão, mas tem sua condição de possibilidade. Ou seja, compreender e explicar não são excludentes, uma vez que a compreensão, assim como a explicação, decorre da análise.⁹ Ricoeur conclui suas primeiras considerações sobre a objetividade ressaltando como a história, a partir da perspectiva apresentada, permanece fiel a sua etimologia grega usada por Heródoto: *historía*, pesquisa.

Não é preliminarmente uma interrogação silenciosa a propósito de nossa desencorajadora historicidade, a propósito de nossa maneira de viver e de desvelar pelo tempo, mas uma *reposta* a essa condição “histórica”: uma resposta pela *escolha da história*, pela escolha dum certo *conhecimento*, dum vontade de compreender racionalmente, de edificar aquilo que Fustel de Coulanges chamava a “ciência das sociedades humanas” e que Marc Bloch denomina um “empreendimento raciocinado de análise.” (HV, p. 27) [grifos do autor]

Não obstante, esse “empreendimento raciocinado de análise” emana uma subjetividade na produção do conhecimento histórico, pois, como vimos, se não há objetividade sem historiador, não há historiador despojado de sua subjetividade. Logo, objetividade histórica é correlata da subjetividade historiadora, ambas estão imbricadas no fazer histórico. Ricoeur pondera, todavia, que há um problema próprio ao historiador, que reflete aos traços da objetividade, a saber, existem circunstâncias próprias à subjetividade historiadora que aguçam uma diferenciação da objetividade histórica frente a outras ciências: a noção de opção histórica, concepção de causalidade em história, a distância temporal e o problema da alteridade.

O historiador atua a partir de uma determinada “noção de opção histórica”, um juízo de importância na seleção dos eventos e fatores. Isso significa dizer que o historiador, ao analisar os fatos históricos, encadeia os eventos os quais ele julga necessário e, assim, elimina o acessório, cria a continuidade do seu relato. A própria racionalidade da história vincula-se a esse julgamento de importância que, por sua vez, carece de um estatuto metodológico seguro capaz de certificar seus critérios. Por outro lado, a historiografia é submissa de uma incipiente “concepção de causalidade”, para não dizer uma causalidade oscilante entre determinismo e probabilidade, isso porque a história utiliza-se de vários esquemas de explicação, sem ao menos ter refletido sobre tais operações: “[...] condições que não são determinações, motivações que

⁹ O raciocínio do exame ricoeuriano situa a história, em termos iniciais ainda, diante da relação dialética entre explicar e compreender especificada posteriormente em seu projeto hermenêutico.

não são causas, causas que não passam de campos de influência, adjutórios, etc.” (HV, p. 30). Esses modos de explicar não competem puramente a uma concepção lógica e permanecem aquém de uma estruturação evidente da explicação dos acontecimentos históricos.

A distância histórica perfaz outra característica da expressão da objetividade singular da história, isso porque a objetividade histórica é marcada pela distância entre o historiador e o objeto de conhecimento. Há inicialmente o problema da nomenclatura, já que o historiador precisa se dispor a dar nome aquilo que mudou, aquilo que foi abolido, o outro. Ele não pode escapar da natureza mutável do tempo que provoca inevitavelmente um afastamento. Nesse sentido, o historiador entra em cena com o recurso da imaginação para tentar suprir a distância temporal; este é convidado a se transportar hipoteticamente para um outro presente.

“[...] a época que ele estuda é tida por ele como o presente de referência, como o centro de perspectiva temporal: existe um futuro desse presente, que se faz da espera, da ignorância, das previsões, dos temores dos homens de então, e não daquilo que nós outros sabemos ter acontecido; existe também um passado desse mesmo presente, que é a memória dos homens de outrora, e não aquilo que nós próprios *sabemos* do passado deles. Ora, essa transferência para um outro presente, vinculada ao tipo de objetividade da história, é exatamente uma espécie de imaginação, uma imaginação temporal, se quisermos, de vez que um outro presente é representado, transferido ao fundo da distância temporal – outrora”. (HV, p. 31) [grifos do autor]

Soma-se à distância temporal uma outra alteridade, pois o que a história deseja explicar e compreender são os homens. Dessa forma, a subjetividade historiadora não se transporta apenas para um outro tempo, mas para um outro tempo de uma vida humana. Em outras palavras, o historiador é movido por um esforço de simpatia que é bem mais que a translação imaginativa a outro presente, é uma verdadeira translação para uma outra vida, uma transferência a uma outra subjetividade. Essa simpatia do historiador é, segundo o filósofo, animada por um desejo tanto de encontro quanto de explicação pelos valores da vida dos homens de outrora. Nessa imersão o historiador precisa adotar uma simpatia peculiar para evitar que a sua obra seja apologética: uma adoção suspensa, neutralizada das crenças seguidas. Em outras palavras, se faz necessário uma espécie de fé neutralizada para que seja viável o exercício de aproximação intelectual. O conhecimento na história só é possível quando se salta da estrita subjetividade individual para o compartilhamento da humanidade em si. A história, para Ricoeur, é um setor de comunicação das consciências¹⁰, um setor cindido pela fase

¹⁰ Mendes (2019b, p. 82) tece comentários elucidativos das considerações de pensar a história como um setor de comunicação das consciências, cito-o: “Em primeiro lugar, significa entender que a historiografia é mais (não menos) do que um conhecimento objetivo e metodologicamente rigoroso sobre a experiência de outrora. Em segundo lugar, significa afirmar a intersubjetividade como uma dimensão constitutiva da história, assim, a leitura

metodológica do vestígio e do documento, mas não um setor inteiramente separado da intersubjetividade total, a qual permanece sempre aberta e em debate.

Acaso esses traços, os quatro fatores apresentados incidem a um rebaixamento epistemológico da objetividade histórica? Ricoeur é pontual negando que não há de modo algum uma dissolução da objetividade, apenas uma especificação do tipo de objetividade que surge do ofício de historiador, a objetividade histórica como correlata da subjetividade historiadora. A subjetividade do historiador não se qualifica como uma subjetividade cotidiana, mas de tipo próprio em razão dos traços constituintes, assim o ofício do historiador educa a sua própria subjetividade. “A história faz o historiador tanto quanto o historiador faz a história” (HV, p. 34). Em razão dessa especificidade, a subjetividade transpõe-se ao triunfo de uma boa subjetividade sobre uma má.

Um adendo interessante é que Paul Ricoeur, ao fazer a distinção entre boa e má subjetividade, faz referência às obras de Raymond Aron e Henri Marrou. A contribuição filosófica desses autores é marcante na sua trajetória intelectual. Quase cinco décadas posteriores a esse primeiro ensaio, em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur retoma a reflexão sobre a objetividade/subjetividade com a revisão do conceito de interpretação, e as teses de Aron e Marrou se fazem presentes, de forma mais robusta. Em linhas gerais, Raymond Aron argumenta que a história produz uma objetivação sempre imperfeita; isso porque a compreensão da realidade histórica implica uma compreensão dos fatos psíquicos, mas que, ao mesmo tempo, sempre compromete o intérprete. Por essa condição inacabada, imprevisível da realidade histórica, a interpretação estaria sempre aberta, sendo enfatizado o esforço necessário de desprendimento da subjetividade do historiador rumo à objetividade (MHE). Henri Marrou apresenta, por outro lado, que o “conhecimento cientificamente elaborado do passado” marca a relação entre subjetividade e objetividade, haja vista que o historiador relaciona o passado dos homens de outrora e o presente dos homens atuais. Em uma posição de crítica antipositivista em relação a Seignobos, H. Marrou considera que a função do historiador é questionar os fatos e não apenas projetar uma determinada compilação dos documentos em forma narrativa. A interrogação dos fatos nasce com a hermenêutica e mantém-se como compreensão, a interpretação dos signos que vai de encontro ao outro, à reciprocidade das consciências. A implicação subjetiva constitui simultaneamente a condição e o limite do conhecimento histórico. Para Ricoeur (MHE, p. 350), “se a obra de Marrou nem sempre foi bem acolhida

da história dos historiadores concorre para a edificação da subjetividade do leitor. Em terceiro lugar, significa apropriar-se de uma herança fenomenológica no campo da filosofia da história”.

entre os historiadores talvez seja porque a crítica da objetividade não estava respaldada o suficiente por uma crítica paralela da subjetividade”. É preciso, pois, conhecer precisamente as operações subjetivas suscetíveis de credenciar a boa subjetividade do historiador.

Retornando ao ensaio de *História e verdade*, o filósofo francês distingue a [boa] subjetividade historiadora, relacionada ao “eu” da pesquisa, pelos traços apresentados: julgamento de importância, complexo de esquemas de causalidade, translação a um outro presente imaginado e outra subjetividade. Esses traços não dispõem a história a qualquer espécie de loucura subjetiva, essas disposições subjetivas, ao contrário, credenciam a objetividade historiadora, distanciando-a de uma [má] subjetividade, que por sua vez, refere-se ao “eu” patético dos ressentimentos, do ódio, dos requisitos. Não há história sem a instituição desse “eu” de pesquisa na qual a má subjetividade é transcendida: de “lógica”, a definição de objetividade cruza a fronteira da “ética”. Essa perspectiva ética da subjetividade do historiador e do conhecimento histórico será retomada em outras nuances por Paul Ricoeur nas obras seguintes, como veremos no decorrer dos próximos capítulos.

Paul Ricoeur encerra o ensaio em uma perspectiva mais filosófica, com o argumento que o filósofo projeta a subjetividade da própria história: “[...] esperamos da história que ela faça aparecer uma outra subjetividade que não a do historiador que produz a história, uma subjetividade que seria aquela mesma da história, que seria a própria história” (HV, p. 35). Se o ofício de historiador satisfaz o critério para discernir uma boa de uma má subjetividade, a reflexão filosófica perfaz a subjetividade da história. Nesse ponto, o leitor filósofo resgata o sentido da história escrita dos historiadores.¹¹ Essa retomada da história dos historiadores, o aflorar da subjetividade no ato filosófico, não segue um caminho homogêneo, pode ir tanto na direção de uma lógica da filosofia, mediante a procura de um sentido coerente através da história¹², quanto na direção de um diálogo ao encontro da singularidade, uma série de sentidos provindos de uma filosofia ou filósofos individualizados¹³. Em outras palavras, a primeira

¹¹ O ato filosófico faz surgir o homem como consciência, como subjetividade, e essa ação soa como um alerta aos historiadores, lembrando-os que o objeto da história é o homem e os valores humanos que constituem as civilizações. A filosofia lembra à história o equívoco que seria dirigir-se a uma espécie de objetivismo que omite o homem, uma espécie de “falsa objetividade”: “a duma história em que não houvesse senão estruturas, forças, instituições e não mais homens e valores humanos” (HV, p. 44). A filosofia assegura a todo momento que o objeto da história é o próprio sujeito humano.

¹² Nessa perspectiva filosófica a subjetividade histórica dialoga em uma convicção comum da filosofia reflexiva, ou seja, os filósofos compartilham a ideia da história como verdadeiro ato da consciência, uma consciência uma desvelada pelo sentido da história da consciência do ser-homem. Essa coincidência entre o sentido da consciência humana e o sentido da história abre espaço a uma teleologia da história, uma vez que o fluxo dos acontecimentos históricos mediatiza o acontecer do homem nesse curso (HV).

¹³ Essa leitura filosófica da história retoma o individual, a singularidade para determinar toda a problemática de uma época e as influências do passado. A filosofia da história, em vez de buscar a amplitude e o sistema, se vincula

leitura conduz à ideia de uma única consciência humana refletida a partir de uma série contínua; na segunda, a história é pensada como uma série descontínua de afloramentos, cada uma com sentido singular. O filósofo francês, por sua posição conciliatória, propõe uma combinação entre as duas posições.

A história, para nós homens, é virtualmente contínua e descontínua, contínua como único sentido em marcha, descontínua como constelação de pessoas. E assim vem decompor-se, na ascensão filosófica da história ao nível da consciência, sua racionalidade virtual e sua historicidade virtual. Facilmente se mostraria que esse desdobramento afeta não somente nossa representação do tempo, cuja estrutura se revela antinômica no nível do afloramento à consciência filosófica da história, mas também a da *verdade*. (HV, p. 42)

Com essa citação, retornamos ao termo “verdade”. Afinal, como entender o conceito de verdade em história nessa perspectiva? O problema da verdade em história, no contexto desse ensaio, deriva da possibilidade de expressar, por meio do trabalho efetivo do historiador, um conhecimento verdadeiro do passado, mas, por outro lado, decorre da consideração sobre um problema de concordância de comunicação. Ricoeur propõe uma determinada concordância de espíritos como espécie de critério para se pensar a dimensão da verdade (BONA, 2010). Nesse sentido, o filósofo francês ultrapassa a noção aristotélica de verdade como adequação do intelecto à coisa, ou seja, correspondência absoluta. Não podemos perder de vista as considerações epistemológicas da produção do conhecimento histórico. A verdade na história passa inicialmente pelo crivo de um saber objetivo alinhado à ideia de observação, crítica e análise, tal qual abordamos anteriormente. Essa objetividade analítica e racional própria à história é entrelaçada por uma subjetividade presente no trabalho do historiador.

Nesse sentido, a busca da verdade no âmbito historiográfico estaria, a princípio, permeada entre as precauções metodológicas e uma subjetividade educada pelo ofício do historiador. Contudo, a dimensão da concepção de verdade não se esgota apenas no sentido epistemológico das possibilidades dadas por uma objetividade de pesquisa. A história é um setor de comunicação das consciências mediatizado por vestígios deixados no tempo, um setor que não há uma reciprocidade de comunicação, mas não é totalmente fechado à intersubjetividade. Para Ricoeur, a comunicação histórica é caracterizada pela unilateralidade, ou seja, a comunicação no sentido histórico difere do conceito de comunicação amplamente aceito, a qual o outro responde, no caso da história, o outro não responde. Cito-o: “a história é

às pessoas e às obras. O interesse desse filósofo, portanto, recai sobre as profundezas das relações e não a uma comunicação total das consciências. Essa maneira filosófica de pensar a história se confunde com a do historiador de profissão. “A história é então compreendida como uma série de emergências descontínuas, cada uma das quais exige um encontro sempre novo, sempre totalmente devotado” (HV, p. 41).

esse segmento da intersubjetividade, onde a reciprocidade é impossível, porque dos homens do passado não possui a presença, mas somente o vestígio. Simiand via na história o conhecimento por vestígio” (HV, p. 71). Por conseguinte, levando em consideração que a história supõe uma comunicação unilateral, uma vez que não há uma reciprocidade total por sua condição de um conhecimento por vestígios, não há como definir a verdade como única e universal.

Importante ressaltar que a questão da verdade é um tema filosófico por excelência. O que seria a verdade? No sentido clássico aristotélico, a verdade é a exata correspondência entre o enunciado e a realidade, adequação entre aquilo que existe na realidade e na mente. Com Kant, a verdade reporta a ideia de um conhecimento humano possível e controlável, lógico, racional, comunicável. “Para ele [Kant], a verdade é aquilo que um sujeito humano, em linguagem humana, pode formular, com alguma segurança, sobre objetos bem delimitados. Não se tem mais a ambição de se atingir o ser em sua integralidade, essencialmente” (REIS, 2000, p. 328). Para Ricoeur, no contexto de suas primeiras publicações, a verdade no sentido kantiano representa muito mais um horizonte a ser atingido, uma “tarefa” de verdade. A unidade de verdade projeta uma relação entre o dever de pensar e uma espécie de esperança ontológica, condensado na expressão “espero-me achar de posse da verdade”. O filósofo francês adota a expressão “espero achar-me na verdade” em vez de “tenho a verdade” (HV, p. 58). Logo, a concepção de verdade proposta por Paul Ricoeur não habilita garantias pontuais sobre a unidade do verdadeiro. A verdade, antes um horizonte, qualifica-se como um ambiente, uma atmosfera, uma luz. No caso da história, a intersubjetividade delinea o “estar na verdade”.

Particularmente, o estar na verdade histórica requer a consideração de uma dimensão própria de verdade que se funda na subjetividade objetivante do historiador, ancorada em um compromisso moral com a “realidade do passado”. Assim como a moral, também a verdade se define como histórica, razão da estreita relação entre ética e epistemologia [...]. Sua reflexão sobre a história é no sentido do conceito de *atestar em verdade* a partir de uma abertura ontológica que caracteriza o ser humano, expressa na noção de estar aberto ao que os outros dizem. O *eu* é aberto ao outro e à história e é marcado por uma esperança ontológica de *estar na verdade*. (BONA, 2010, p. 177) [grifos do autor]

A verdade, nesse contexto, possui uma base epistemológica, perpassa uma abordagem ética e condensa uma esperança ontológica de estar na verdade. Segundo a autora Constança Marcondes Cesar (2014, p. 88), a primeira abordagem de Paul Ricoeur sobre o problema da verdade em história desponta dois aspectos importantes que serão retomados nas obras posteriores: “a irredutível correlação entre epistemologia e ética e o caráter narrativo da descoberta da verdade por parte de quem o existir no tempo tem dimensão ontológica”. Na obra

A memória, a história, o esquecimento, Ricoeur retoma epistemológica e ontologicamente o problema da verdade em história, porém antes de tomarmos essa discussão, essencial em nossa pesquisa, ainda tomaremos caminho pelas contribuições de Paul Ricoeur presentes em *Tempo e narrativa*, e, antes, sua perspectiva hermenêutica à história.

1.2 Entre *História e verdade* e *Tempo e narrativa*: a virada hermenêutica de Paul Ricoeur

Entre *História e verdade* e o primeiro tomo da trilogia *Tempo e narrativa* há um intervalo de quase três décadas e a publicação de várias obras. Não é nosso intuito perfazer apontamentos sobre as inúmeras produções filosóficas publicadas por Ricoeur durante décadas em afinco. Nosso principal interesse recai sobre obras específicas, pautado por questões historiográficas. Todavia, nem por isso deixaremos de abordar questões pertinentes que influenciaram diretamente ou indiretamente as reflexões ricoeurianas sobre a prática historiográfica. Nesse sentido, antes de adentrarmos na discussão da narrativa, versaremos, mesmo que de forma sucinta, sobre a problemática da hermenêutica e a renovação interpretativa proposta pelo filósofo francês.

O projeto hermenêutico de Paul Ricoeur desenvolveu-se em várias obras e ensaios, e foi enriquecido, não necessariamente de forma unívoca, com o diálogo de diversos autores. Pode-se dizer que de forma expressiva a temática da hermenêutica emergiu no pensamento do filósofo em 1960 com o problema do mal e da culpabilidade¹⁴, pelo viés da hermenêutica dos símbolos e, posteriormente, o projeto se expandiu à toda esfera da linguagem e às narrativas nas quais se conta a experiência do sujeito (GRONDIN, 2015). Cabe ressaltar que a palavra hermenêutica é etimologicamente ligada ao termo interpretação e, a grosso modo, compete aos métodos e regras da interpretação do discurso escrito.¹⁵ Pelo viés de pensadores como Wilhelm

¹⁴ Cito Ricoeur: “com *La symbolique du mal*, que se tornou o segundo volume de *Finitude et Culpabilité*, esbocei a minha primeira definição de hermenêutica. Ela foi então concebida como uma decifração de símbolos, eles próprios entendidos como expressões, contendo duplo sentido [...]. Foi nesta direção que formulei, no final de *La symbolique du mal*, a máxima à qual tantas vezes voltei desde então: o símbolo dá que pensar” [*le symbole donne à penser*] (AI, p. 71-72).

¹⁵ O termo provém do grego *hermeneuiein* que significa declarar, anunciar, interpretar e traduzir. A hermenêutica floresceu em disciplinas como a teologia, como técnica capaz de interpretar os escritos que formavam a referência básica para o conhecimento do sagrado. Entre os séculos XVII e XVIII, pelo viés de Friedrich Schleiermacher, a hermenêutica é expandida como investigação da própria compreensão em si, como ato de compreensão do discurso de um Outro, principalmente o discurso escrito. Schleiermacher defendeu uma hermenêutica capaz de decifrar as diversas formas de má-compreensão, restituindo uma proximidade ao outro que está distante. “O programa hermenêutico de Schleiermacher era portador de uma dupla marca – romântica e crítica. Romântica por seu apelo

Dilthey e, principalmente, Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer, a palavra hermenêutica tornou-se sinônimo de uma filosofia geral da interpretação. Paul Ricoeur dialoga, à sua maneira, diretamente com esses autores.

De modo geral, a concepção hermenêutica ricoeuriana foi sistematizada inicialmente nos textos que integram *O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica*. Nesses escritos, a noção de símbolo é caracterizada como modelo privilegiado à tarefa hermenêutica, ou seja, às regras de interpretação dos símbolos e expressões de duplo sentido [o sentido literal e o sentido simbólico] que podem ser decifradas. Cito a definição ricoeuriana: “chamo de símbolo toda a estrutura de significação em que o sentido direto, primário, literal, designa por acréscimo um outro sentido indireto, secundário, figurado, que apenas pode ser apreendido através do primeiro” (CI, p. 14). Ricoeur analisa as origens da hermenêutica e, doravante, propõe na esteira da tradição sua fundamentação fenomenológica, a “via longa” da interpretação. Em poucas palavras, após explanar a noção de interpretação a partir da noção de símbolo, Ricoeur aborda a problemática da compreensão pela abertura ontológica. Ele propõe um desvio pela linguagem simbólica em relação à “via curta” da compreensão ontológica proposta por Heidegger em *Ser e Tempo*¹⁶. Para o filósofo francês, Heidegger conduziu a hermenêutica ao caminho do ser, sem considerar os debates de método, aplicando-a imediatamente ao plano de uma ontologia do ser finito.¹⁷ Em Heidegger, a interrogação hermenêutica se desloca para a questão: o que é um ser cujo ser consiste em compreender? “O problema hermenêutico torna-se assim uma província da Analítica desse ser, o Dasein, que existe ao compreender” (CI, p. 08). Com isso, a compreensão não corresponde a um modo de conhecer, mas a uma maneira de ser e de relacionar-se com o ser.

Em relação à “via curta”, puramente ontológica de Heidegger, o filósofo francês responde com a réplica da “via longa” que corresponde ao desvio pela análise da linguagem,

a uma relação viva com o processo de criação e crítica por seu desejo de elaborar regras universalmente válidas da compreensão” (I&I, p. 21).

¹⁶ De acordo com Coelho (2019, p. 08), Heidegger foi o primeiro filósofo a realizar o enxerto hermenêutico na fenomenologia, “[...] ele acabou adotando uma via curta, pois abriu rapidamente mão de uma reflexão sobre a técnica e o método ao sobrevalorizar uma compreensão ontológica dada, inicial, e não mais como algo que se conquista”.

¹⁷ A hermenêutica em Martin Heidegger não é uma reflexão metodológica sobre as ciências do espírito, mas uma explicitação do viés ontológico. Heidegger em resposta a Dilthey entende que o conceito de compreensão está para além de uma operação, ela é o modo de ser originário da vida humana. “Para Heidegger, o compreender, a compreensão, não é mais, como para Dilthey, um ideal de conhecimento ao qual o espírito que envelheceu deve resignar-se, nem é mais o simples ideal de método da filosofia. Ao contrário, o compreender é a forma originária de realização do ser-aí humano enquanto ser-no-mundo. E, antes de sua diferenciação nas duas direções do interesse prático e do interesse teórico, o compreender é modo de ser do ser-aí que o constitui como ‘saber-ser’ e ‘possibilidade’.” (GADAMER, 2003, p. 40).

passando pela contribuição das disciplinas que praticam a interpretação de maneira metódica como a exegese, psicanálise, a história. O filósofo francês não descarta a visada ontológica da compreensão, sua crítica fundamenta-se no primado da ontologia como via exclusiva da fundamentação hermenêutica. A problemática da existência carece de uma base de elucidação semântica do conceito de interpretação, postulado pelas disciplinas hermenêuticas. A “via longa” ricoeuriana ambiciona à ontologia, por degraus, a partir de uma gradativa marcha através da mediação linguística oriunda da semântica e das disciplinas interpretativas. A ontologia, em suma, é um horizonte, mais do que um dado, a “terra prometida” para uma filosofia que tem princípio na linguagem e na reflexão. Ricoeur, de forma análoga ao legado de Dilthey, valoriza a dimensão epistemológica na atribuição de sentido da hermenêutica.

Ao propor religar a linguagem simbólica à compreensão de si, penso dar satisfação ao voto mais profundo da hermenêutica. Toda interpretação se propõe a vencer um afastamento, uma distância, entre a época cultural passada à qual pertence o texto e o próprio intérprete. Ao superar essa distância, ao torna-se contemporâneo do texto, o exegeta pode apropriar-se do sentido: de estranho ele quer torná-lo próprio, isto é, fazê-lo seu; é, portanto, o engrandecimento da própria de si mesmo que ele persegue através da compreensão do outro. Toda hermenêutica é assim, explícita ou implicitamente, compreensão de si mesmo através do desvio da compreensão do outro. (CI, p. 18)

Ainda na obra citada, Paul Ricoeur articula a hermenêutica aos postulados estruturalistas, ao mesmo tempo faz críticas pontuais ao estruturalismo¹⁸, principalmente em referência ao modelo linguístico de Ferdinand de Saussure¹⁹. O filósofo francês toma emprestado muitas ferramentas do estruturalismo linguístico e incorpora como momentos em sua própria abordagem. A intenção de Ricoeur é elucidar até que ponto as considerações estruturais podem ser consideradas uma etapa necessária da análise hermenêutica e, em consequência, até que ponto a hermenêutica, atenta à semântica, pode completar o exame

¹⁸ O estruturalismo foi uma tendência hegemônica no meio intelectual entre os anos de 1950-75. “Caracterizava-se como paradigma crítico a partir de uma atrelagem constituída por uma disciplina-modelo – a linguística –, duas disciplinas-rainha – a sociologia e a etnologia –, e duas doutrinas de referência – o marxismo e o psicanalismo. Essa configuração das ciências sociais tinha expressão filosófica nos pensamentos da desconfiança, nas estratégias de desvendamento, com ideia de que a verdade científica é acessível, porém oculta, velada. O que caracterizava então esse paradigma era o desenvolvimento de um pensamento do descentramento [...]. O estruturalismo permitia conjugar os efeitos do objetivo teórico de destituição do sujeito e ambição de compreensão objetivante, com ambições científicas” (DOSSE, 2001, p. 41).

¹⁹ Em seu *Curso de linguística geral* (1916), Saussure introduziu a distinção entre *langue* [língua] e *parole* [fala]: “[...] se entende por língua o conjunto das convenções adoptadas por um corpo social para permitir o exercício da linguagem nos indivíduos, e por fala a própria operação dos sujeitos falantes” (CI, p. 30). Assim, enquanto a fala remete à ação dos sujeitos, a língua é entendida como um sistema de signos, ou seja, constituem uma estrutura interna que combinam significado e significante. O signo em si não tem significado exceto em relação aos outros signos pelas diferenças entre eles, ou seja, o signo não constitui um significado em si, um sentido intrínseco, o sentido é produzido em decorrência da maneira como estão combinados em um sistema, em uma estrutura, o que dispensa uma referência externa. Nesse sentido, a primazia da língua reflete a escolha da sintaxe em detrimento da semântica.

estruturalista. Ao mesmo tempo que o filósofo tem suspeitas do modelo estruturalista como um fim em si mesmo, por outro lado ele entende que as considerações estruturais constituem uma base sólida necessária à inteligência hermenêutica: “[...] fui sempre muito cuidadoso em dissociar o estruturalismo, enquanto modelo universal de explicação, das análises estruturais legítimas e frutíferas tal como eram aplicadas a um campo de experiência bem determinado” (AI, p. 75). Ricoeur adota uma perspectiva crítica, visando uma relação de complementariedade entre a explicação estrutural que corresponde a um sistema inconsciente, que é instituído por diferenças e oposições independentemente do observador, à interpretação de um sentido que consiste no retomar consciente de um fundo simbólico “[...] por um intérprete que se coloca no mesmo campo semântico que aquilo que ele compreende e assim entra no círculo hermenêutico” (CI, p. 56). A hermenêutica apresenta-se como uma defesa ao fechamento estruturalista da linguagem em si mesma.

Nas décadas de 1970-80, como aponta Domenico Jervolino, a concepção da hermenêutica de Ricoeur se amplia e enriquece. “Em poucas palavras pode-se dizer que passa de uma fase na qual o símbolo é assumido como modelo privilegiado para outra, na qual se torna central a noção de texto, definido como discurso fixado pela escrita [...]” (2011, p. 51). Em outros termos, a hermenêutica ricoeuriana desloca-se da noção dos símbolos, de forma mais geral das expressões de duplo sentido, para uma hermenêutica do texto direcionada ao sentido da ação humana. Nos ensaios reunidos na célebre coletânea *Do texto à ação: ensaios de hermenêutica II*, Ricoeur dialoga abertamente com a tradição alemã, agora em especial renovada pela obra de Gadamer²⁰, assim como retoma a concepção de Dilthey entre explicar e compreender. Ricoeur evoca uma hermenêutica crítica, como aponta Olivier Abel (2011), uma hermenêutica capaz de levar em conta a distância e pertença ao texto.

Em *Du texte à l'action*, Ricoeur resume a três momentos principais esse enriquecimento crítico da hermenêutica. Primeiro, o distanciamento não é uma degradação ontológica, mas um meio indispensável, uma condição de interpretação. Segundo, a hermenêutica deve renunciar à alternativa entre explicar e compreender [...]. Terceiro, a compreensão não é um transporte da subjetividade no texto (hermenêutica romântica), mas a exposição de uma subjetividade face ao texto. (LAUXEN, 2012, p. 145).

²⁰ O projeto hermenêutico de Gadamer caracteriza-se por uma retomada do debate com as ciências do espírito, tomando como ponto central o retorno da ontologia heideggeriana à epistemologia, e o conceito de distanciamento alienante próprio dessas ciências. O distanciamento alienante “[...] é uma pressuposição ontológica que assegura a conduta objetiva das ciências humanas. A metodologia dessas ciências implica, a seus olhos, inelutavelmente, certo distanciamento; este, por sua vez, exprime a destruição da relação primordial de pertença, sem a qual não haveria relação com o histórico enquanto tal. Este debate entre distanciamento alienante e experiência de pertença é levado adiante por Gadamer nas três esferas entre as quais se reparte a experiência hermenêutica: esfera estética, esfera histórica e esfera da linguagem” (I&I, p. 37-38).

Na concepção ricoeuriana, o texto introduz uma noção “positiva” de distanciamento, a despeito da posição de Gadamer que tende a ver como uma espécie de decadência ontológica. “O texto é, para mim, muito mais que um caso particular de comunicação inter-humana: é o paradigma do distanciamento na comunicação” (I&I, p. 44). Para Ricoeur, a noção de distanciamento está implicada na fixação do discurso pela escrita que perpassa, ao mesmo tempo, todos os fenômenos comparáveis no trajeto da transmissão do discurso²¹. A escritura projeta uma autonomia do texto em relação à intenção do autor, uma vez que é em decorrência da escrita que a “coisa do texto” pode ser subtraída ao horizonte intencional de seu autor. O texto é independente do contexto inicial e pode assumir significados imprevistos em outros contextos. À contramão da tradição da hermenêutica romântica, interpretar um texto não significa revelar a intenção do autor, pois o significado da noção de texto não coincide mais com aquilo que o autor queria dizer, ou seja, a compreensão não coincide ao horizonte intencional do seu autor que fala por detrás do texto, mas aquilo do qual se falou, a espécie de mundo revelada pela interpretação do texto. “Compreender não é projetar-se no texto, mas expor-se ao texto: é receber um ‘si’ mais vasto da apropriação das proposições de mundo revelada pela interpretação” (I&I, p. 139). Interpretar é, portanto, interpretar-se frente ao texto. Nesse sentido, Ricoeur desprende a hermenêutica de suas predicções psicologizantes.

Esse entendimento da autonomia do texto e abertura para uma autocompreensão do sujeito pela leitura implica consequências sobre a teoria da interpretação, haja vista que no ato da leitura sobrevêm duas atitudes possíveis perante o texto: explicação e compreensão. Salientamos que a forte oposição entre o conceito de explicação e compreensão é uma característica que atravessa a concepção hermenêutica de Dilthey. Na obra diltheyniana existe uma distinção clara entre explicar e compreender, a qual cada termo representa um irreduzível modo de inteligibilidade que não se confunde: as ciências naturais explicam, as ciências do espírito compreendem. Nesse contexto, a explicação é um modelo de inteligibilidade paradigmático das ciências da natureza. O correspondente apropriado da explicação é a objetividade científica tradicional calcada em um horizonte comum de fatos, leis, teorias, hipóteses, verificações. Logo, toda atitude explicativa é tomada de empréstimo à metodologia das ciências da natureza e estendida indevidamente às ciências do espírito. A compreensão é originária das ciências do espírito, ou seja, as ciências que estudam a experiência dos sujeitos.

²¹ A função positiva e produtora de distanciamento, a partir da noção de texto, é concebida em cinco etapas: 1) a efetuação da linguagem como discurso; 2) a efetuação do discurso como obra estruturada; 3) a relação da fala com a escrita no discurso e nas obras de discurso; 4) a obra de discurso como projeção de um mundo; 5) O discurso e a obra do discurso como mediação da compreensão de si (I&I, p. 44-59).

A empatia, direta ou indiretamente, configura-se como princípio comum da compreensão. A compreensão é entendida como processo pelo qual é possível decifrar e, até certo modo, transpor-se às experiências subjetivas ou manifestações de vida com o auxílio de significações exteriores, ou melhor, formas de expressões como signos gestuais, vocais, escritos, assim como documentos e monumentos (TI, 2006). A interpretação em Dilthey é um caso particular de compreensão, quer seja a compreensão aplicada às expressões escritas da vida.

Paul Ricoeur, por sua vez, enfatiza a compreensão em encontro complementar com a explicação, pois entende que a oposição entre a explicação e compreensão “[...] é repleta de consequências para a hermenêutica, que se vê, assim, cortada da explicação naturalista e relegada ao lado da intuição psicológica” (I&I, p. 24). Ricoeur conjuga a concepção de interpretação como um ato que engloba explicação e compreensão no arco hermenêutico. Contudo, se a proposta de Ricoeur consiste em reintroduzir a explicação no campo da compreensão, trata-se de uma outra noção de explicação, a saber, a explicação derivada da linguística estruturalista. Para o filósofo francês, o modelo linguístico apresenta-se como um modelo explicativo que não deve nada à biologia ou à física, ou seja, diferente do que pensava Dilthey, a linguística demonstrou ser possível obter um padrão científico explicativo sem recorrer ao empréstimo de métodos das ciências naturais. Na perspectiva do modelo estrutural, a explicação visa decifrar as regras linguísticas que regulam a produção de significados do texto a partir dos elementos que o compõe, as frases, os enunciados; ou seja, a explicação diz respeito à produção de significados textual com base no jogo de signos, que não englobam a referência autoral. Esse modelo explicativo preocupa-se exclusivamente com a lógica das operações que constituem o texto. Para Ricoeur, no momento em que o conceito de interpretação não coincide com a intenção do sentido do autor, significa que o leitor é habilitado a fazer conjecturas sobre o sentido do texto em si, precisamente o campo semântico aberto pela escritura, explicar coincide na prática de uma análise estrutural de algo escrito.

Contudo, embora produtiva, essa atitude explicativa reflete algumas limitações pois engendra uma visão mecânica e fechada da interpretação textual, por não considerar o sentido referencial presente em todo discurso escrito. Em outras palavras, a explicação estrutural esbarra em seus próprios limites epistemológicos ao não considerar a transcendência de sentido a partir da leitura. Logo, se faz necessário situar a explicação estrutural em contato com a compreensão. A estratégia ricoeuriana para situar ambas as operações parte da prerrogativa de entender a explicação estrutural como uma etapa necessária entre uma interpretação ingênua e uma interpretação crítica. A interpretação, nesse caso, combina uma ação de análise das

estruturas internas do texto com um ato subjetivo de apropriação. É o agenciamento formal do texto que possibilita a compreensão. Na interpretação do texto, explicação e compreensão se completam e articulam-se reciprocamente em um arco hermenêutico erigido com a concepção de leitura como uma retomada de sentido, como aponta o filósofo:

Se, ao contrário, considerarmos a análise estrutural como uma etapa – ainda que necessária – entre a interpretação ingênua e uma crítica, entre uma interpretação superficial e uma profunda, então seria possível localizar a interpretação e a compreensão em duas diferentes etapas de um único arco hermenêutico. (TI, p. 99) [tradução nossa]²²

Na conciliação entre as tarefas de explicar e compreender empreendida no ato de interpretação, Ricoeur visa escapar da polarização, entre os postulados estruturalistas fechados aos limites internos do texto, a qual não é considerada a recepção a partir da leitura; e os postulados da compreensão que se limitam a resgatar a comunicação entre a intenção do autor e do leitor. No empreendimento ricoeuriano, ambas as operações percorrem o arco hermenêutico reciprocamente, perfazendo a inteligência do texto por uma compreensão de si. O significado não está atrás do texto, sob o véu da intenção do autor, mas desvelado perante o texto, apontado pela flecha de sentido aberta pela referência de mundo. A interpretação combina sentido e referência, a leitura atualiza o sentido do texto para o leitor do presente, ao mesmo tempo, se refere a algo além de si. A primazia da referência é uma ideia que Ricoeur não colocará em suspeita, como veremos no decorrer dos capítulos. O filósofo francês não abandona em nenhuma hipótese a noção que o sentido a ser compreendido sempre remete a algo, a alguma referência.²³ O discurso, nesse sentido, não é um fim em si mesmo, ele remete ao ser fora de si, transita da linguagem à experiência. Entendemos, como explicita Grondin (2015), que a defesa do alcance referencial do discurso é uma tese fundamental da hermenêutica ricoeuriana.

²² Citação em espanhol: “Si, por el contrario, consideramos el análisis estructural como una etapa – si bien una etapa necesaria – entre una interpretación ingenua y una analítica, entre una interpretación superficial y una profunda, entonces sería posible ubicar la explicación y la comprensión em dos diferentes etapas de un único arco hermenêutico”.

²³ Ricoeur incorpora ao projeto hermenêutico as teses de Émile Benveniste da obra *Problemas de Linguística Geral* (1996, v.1; 1976, v.2). O filósofo francês desenvolve uma abordagem bidimensional da linguagem entre semiótica [signos] e semântica [frases] herdadas de Benveniste. Logo, Ricoeur encontra na teoria da enunciação de Benveniste a superação da antinomia fundamental entre língua e fala saussuriana e a possibilidade de fundamentação da noção de referente: “[...] é imprescindível recuperar o trabalho de Émile Benveniste, na medida que esse linguista instaura nos estudos da linguagem uma semântica do discurso, associando o sentido não apenas à estrutura da língua, mas também e principalmente ao ato da enunciação. Com Benveniste, Ricoeur pode enfraquecer a dicotomia saussureana e buscar na articulação do sentido (semiótica) com a realidade da significação (semântica)” (BRITO JÚNIOR, 2016, p. 21).

A tarefa da hermenêutica, portanto, percorre uma dupla função do texto: reconstruir a dinâmica interna que preside a estruturação da obra; ampliar-se a partir da obra e projetar um mundo do texto ao leitor, ou parafraseando Gadamer, a coisa do texto, o mundo da obra. O sentido do texto se entrelaça com a referência do mundo do texto, um mundo que o leitor possa imaginar habitando. Destarte, Ricoeur almeja preservar o aspecto metodológico da hermenêutica tendo como horizonte, ao mesmo tempo, a visada da ontologia. Daniel Desroches (2002) aponta que o grande desafio de Ricoeur é reconciliar, arbitrar ou praticar uma mediação entre noções, até então consideradas mutuamente excludentes, como o sujeito e seu objeto, a doação e a apropriação, o método e a verdade, o signo e a significação, o distanciamento e o pertencimento, a explicação e a compreensão. Ricoeur visa conciliar em uma adesão crítica, um equilíbrio entre, por um lado, a herança da hermenêutica romântica de Schleiermacher e Dilthey, por outro, a perspectiva existencial de Heidegger e Gadamer. Na análise de François Dosse (2001), a hermenêutica de Ricoeur situa momentos distintos que se complementam no arco hermenêutico: um momento crítico de distanciamento em relação à escritura; um momento ontológico de pertencimento do sujeito que conhece; um momento poético de abertura a novos mundos possíveis com a leitura.

O primeiro gesto da hermenêutica é restabelecer a comunicação perdida em razão da distância temporal, espacial ou linguística. [...] Trata-se de um momento, o do método que permite lançar as pontes da comunicação com o outro além da distância que os torna estrangeiro para nós [...]. Num segundo momento, ao contrário, a pertença é decisiva na definição daquilo que se chama círculo hermenêutico. O sujeito está sempre já implicado por sua relação com o mundo no qual se encontra. Esse é o segundo nível da hermenêutica, o da ontologia, uma vez que a interpretação é a parte integrante do próprio Ser. (DOSSE, 2001, p. 46)

A hermenêutica ricoeuriana, a partir da virada da noção de texto e das categorias citadas acima, seguirá com a prerrogativa que a compreensão do si é mediada pelos textos que nos apropriamos e, assim, constituem nossa concepção de mundo. De forma específica, o fio condutor do plano hermenêutico de Ricoeur seguirá nas próximas obras – *A Metáfora viva* e principalmente *Tempo e narrativa* – na constituição de uma ligação entre a teoria da metáfora e a teoria da narrativa como fenômeno de inovação semântica, que se produz no nível de discurso, e é capaz de revelar aspectos da compreensão de si, do ser-no-mundo. A delimitação do círculo hermenêutico é incorporada à reflexão sobre a temporalidade e narratividade, ou melhor, à capacidade do discurso da história e da ficção de configurar e refigurar a experiência temporal em uma relação recíproca. Assim, seguiremos no próximo tópico deste capítulo, em direção à caracterização da teoria geral da narrativa e o círculo hermenêutico na obra *Tempo e narrativa*. Ressaltamos que esse pequeno percurso em direção à hermenêutica ricoeuriana se

fez necessário justamente para entendemos posteriormente a proposta de Paul Ricoeur, em *Tempo e narrativa* e em *A memória, a história, o esquecimento*, em que é possível visualizar a aproximação entre o método hermenêutico e a história pela noção de texto, assim como para compreendermos o cerne de conceitos essenciais, utilizados por Ricoeur para pensar a prática histórica, como interpretação, apropriação, explicação e compreensão.

1.3 Teoria geral da narrativa e da hermenêutica: reciprocidade entre tempo e narrativa

A tese central da trilogia ricoeuriana diz respeito à pressuposição de uma relação intrínseca entre tempo e narrativa. Para Ricoeur, é o caráter temporal da experiência humana que está em jogo nas pretensões referenciais da narrativa: “o tempo se torna tempo humano à medida que está articulado de maneira narrativa; em contraposição, a narrativa é significativa na medida em que desenha as características da experiência temporal” (TN1, p. 09). O filósofo, para estabelecer teoricamente essa relação umbilical, trilha um caminho que perpassa pelos paradoxos do tempo em as *Confissões*, de Santo Agostinho, e se transfere para a leitura da *Poética*, de Aristóteles, para articular a configuração inteligível da narrativa. Atentamos que, para fins da nossa análise, a caracterização da teoria da narrativa ricoeuriana a partir de Aristóteles é nosso objeto central nesse espaço. Assim, faremos o caminho inverso do habitual, primeiro pensaremos a semente da narrativa e depois sua articulação com o tempo, mais especificamente o círculo hermenêutico entre narratividade e temporalidade. Entendemos que a caracterização da teoria narrativa em geral é o caminho necessário que conduz a uma discussão específica sobre a narrativa histórica em Paul Ricoeur, a qual se seguirá no próximo capítulo.

Paul Ricoeur recorre a *Poética* de Aristóteles para subsidiar o conceito de narrativa, porém, ele não faz uso do modelo aristotélico como se fosse uma norma exclusiva dos modos de narração. A sua pretensão ao retorno em Aristóteles é evocar a célula de uma dupla reflexão a partir dos conceitos de *mythos* e *mímesis*, quer seja o conceito de intriga²⁴ como agenciamento dos fatos e imitação ou representação da ação, respectivamente. Em Aristóteles, o *mythos* corresponde a *mímesis praxeos* (mímesis da ação), “ [...] o objetivo [assumido por Ricoeur] de recorrer a *Poética* é o de reconhecer, repitamos, que a ‘tessitura’ da intriga é alçada por

²⁴ Usamos o termo *intriga* em virtude da tradução da obra que dispomos. Contudo, é comum encontrar esse termo em francês (*mis intrigue*), traduzido como trama ou enredo.

Aristóteles à posição de categoria dominante na arte de compor obras que imitam uma ação [...]” (HARTOG, 2020, p. 94). Ricoeur reconhece no arquétipo conceitual aristotélico um germe de desenvolvimento para uma reorganização do campo narrativo, de forma mais específica, um modelo de compreensão da intriga que pode ser estendido à composição que chamamos de narrativa. Assim, há uma proposição do modelo narrativo em sentido amplo: entende-se por narrativa aquilo que Aristóteles entendia por intriga, isto é, agenciamento dos fatos.²⁵

A teoria do *mythos* é extraída da definição da tragédia no capítulo VI da *Poética*, ou seja, trata-se de uma teoria apenas do *mythos* trágico. Para Ricoeur, o paradigma de ordem característico da tragédia, ou melhor, de concordância, é suscetível de extensão e de transformação, a ponto de ser aplicado ao conjunto do campo narrativo. A concordância da intriga trágica se manifesta em três aspectos: completude, totalidade e extensão apropriada. A noção de “todo” (*hólos*) é o ponto central da análise, que por sua vez não se liga a uma investigação do caráter temporal do agenciamento, mas a seu caráter lógico. A noção de “todo” para Aristóteles indica uma estruturação com começo, meio e fim. Todavia, é apenas em virtude da composição poética que se estabelece a lógica de encadeamento.

Portanto, na análise dessa ideia de “todo”, a ênfase está colocada na ausência de acaso e na conformidade às exigências de necessidade ou probabilidade que regem a sucessão. Ora, se a sucessão pode, assim, estar subordinada a uma conexão lógica qualquer é porque as ideias de começo, meio e fim não são extraídas da experiência: não são aspectos da ação efetiva, mas efeitos de ordenamento do poema. (TN1, p. 70)

A mesma lógica prevalece para a extensão, pois é só na intriga que a ação tem um contorno, um limite e, por assim, uma extensão. A extensão é uma exigência interna do encadeamento que possibilita a reviravolta da infelicidade em felicidade ou da felicidade em infelicidade em decorrência dos acontecimentos, encadeados segundo o verossímil ou o necessário, que possibilita uma delimitação satisfatória do comprimento. A extensão, segundo Ricoeur, tem uma conotação temporal, sendo que a reviravolta leva tempo, mas trata-se do tempo da obra em si, e não o tempo do acontecimento do mundo: a intriga torna acontecimentos

²⁵ Ricoeur argumenta que para poder extrair da *Poética* o modelo de composição da intriga, é necessário suprimir a reivindicação que impõe uma diferenciação que separa a epopeia da tragédia e da comédia, ou seja, uma espécie de gênero narrativo de um lado e drama de outro. “Essa exigência merece a maior atenção, pois coincide com nosso propósito de considerar a narrativa como gênero comum e a epopeia como uma espécie de narrativa. Que exigência impõe opô-los? Deve-se notar em primeiro lugar que não é uma exigência que divide os objetos, o ‘o que’, mas seu ‘como’, seu ‘modo’. Aqui, o gênero é a imitação ou representação da ação, da qual a narrativa e o drama são espécies coordenadas. [...] De fato, na ordem da intriga a epopeia segue as regras da tragédia com apenas uma variante, a do ‘comprimento’, que pode ser extraída da própria composição e que não conseguiria afetar as regras fundamentais do agenciamento dos fatos” (TN1 p. 64).

contíguos, ao mesmo tempo que exclui tempos vazios dispostos na obra. A intriga, desta forma, não se limita ao acaso da temporalidade, mas estabelece nexos causais entre os fatos, mostrando como um aconteceu por causa do outro. “A intriga reúne elementos, liga-os necessariamente e omite eventos, que se tornam vazios entre os eventos associados. A ligação interna da intriga é lógica mais do que cronológica. Não é uma lógica da teoria, mas uma lógica do fazer, uma composição” (REIS, 2011, p. 288).

Na composição da intriga aristotélica, o agenciamento “um por causa do outro” prevalece então sobre o “um depois do outro”, “compor intriga é fazer surgir o inteligível do accidental, o universal do singular, o necessário ou o verossímil do episódico” (TN1, p. 74). Nesse sentido, a narrativa tomada como composição da intriga é capaz de promover a síntese do heterogêneo, produzindo o agenciamento dos eventos, não de forma aleatória, mas resultante de um encadeamento lógico entre eles.²⁶ Em outras palavras, a narrativa faz surgir a concordância de elementos discordantes e, com isso, atribui uma lógica, não meramente cronológica, às ações dos homens no tempo. Cabe ressaltar que a narrativa formulada a partir do par mimesis-intriga não pode ser tomada apenas como descrição de eventos, mas um meio de expressão de um novo sentido sobre o real descrito.

Não há dúvida de que o sentido prevalente da mimesis é precisamente aquele que se destaca por sua aproximação com o *mythos*: se continuarmos a traduzir mimesis por imitação, deveremos entender o contrário do decalque de um real preexistente e falar de imitação criativa. E, se traduzirmos mimesis por representação, não deveremos entender por essa palavra uma duplicação de presença, como ainda se poderia esperar da mimesis platônica, e sim o corte que abre o espaço de ficção. O artífice de palavras não produz coisas, produz apenas quase coisas, ele inventa o como-se. (TN1, p. 81-82)

Ampliando essa concepção ao campo historiográfico, podemos entender a narrativa histórica como uma construção do historiador e não apenas ordenamento cronológico dos fatos considerados como cópia do real. Na composição da intriga o historiador elabora uma síntese de elementos dispersos e, para isso, agrega, reúne, seleciona os dados de modo que se produza um novo sentido, um novo saber, algo não dito. Ademais, através da operação narrativa é inserido um sentido ao agir do homem no tempo. A narrativa articula o caráter temporal da

²⁶ Por mais que a intriga aristotélica seja um modelo no qual predomina a concordância, a discordância não deixa de ser incluída. Quanto a isso, sobressaem as reviravoltas, as mudanças de sorte. A reviravolta (*metabolé*), entendida como inversão sobre o efeito das ações, demonstra o âmago da concordância discordante. A reviravolta se dá da fortuna ao infortúnio, mas sua direção pode ser reversa. “É essa reviravolta que leva tempo e rege a extensão da obra. A arte de compor consiste em fazer parecer concordante essa discordância. [...] É na vida que o discordante acaba com a concordância, não na arte trágica” (TN1, p. 77).

existência humana. Voltamos à relação central da obra de Ricoeur, afinal, qual a relação entre tempo e narrativa?

Na concepção de Ricoeur o mundo exposto por toda obra narrativa é sempre um mundo temporal. Em poucas palavras, os paradoxos da experiência do tempo clamam ao ato de narrar. As aporias do tempo que angustiam a experiência humana sobressaem o caráter cronológico de percepção do tempo. Elas perpassam à elaboração de uma relação dialética entre passado, presente e futuro; e a relação dialética entre parte e o todo temporal, argumenta Ricoeur. As reflexões de Santo Agostinho, como citamos, mobilizam as considerações ricoeurianas sobre o tempo humano. Para Santo Agostinho, o tempo não tem ser, o tempo é psicológico e sensorial, se passa na alma.

O tempo não tem ser porque o futuro não é ainda, o passado não é mais e o presente desaparece. E apesar disso, dizemos alguma coisa de positivo sobre o tempo porque dizemos que o futuro será, o passado tem sido e o presente está sendo. Conhecemos a solução desse paradoxo: o passado está em um sentido presente na alma, graças às imagens de eventos passados que nós chamamos de lembranças; o futuro está igualmente presente na alma, graças a outras imagens, as da antecipação ou da expectativa; memória e expectativa se reúnem no presente, entendido como atenção ou expectativa. (RICOEUR, 2012b, p. 301)

A medida do tempo é estabelecida através de um triplo presente da alma: presente do passado (através da memória), presente do presente (através da visão) e presente do futuro, (através da expectativa). Santo Agostinho contorna o caráter paradoxal desse triplo presente com a ideia de *distentio animi* (distensão da alma). Assim, por mais que o tempo não comporte a extensão de um corpo físico²⁷, a alma é “distendida”, ou seja, ela se estende, se alonga, de uma maneira que torna possível a comparação entre diferentes lapsos de tempo. A impressão do tempo está na distensão da alma, à medida que ela age: espera, presta atenção e se lembra. Partindo dessa prerrogativa, o tempo não é entendido como tempo único, universal e comum a todos. A tríplice presença do tempo, dessa maneira, erige uma permanente discordância no interior do espírito.

Dessa forma, o que a leitura ricoeuriana quer evidenciar da teoria do tempo agostiniana é experiência subjetiva e, portanto, discordante da extensão temporal. Paul Ricoeur faz a ligação

²⁷ Santo Agostinho descarta a teoria aristotélica do tempo como movimento dos astros. Se o tempo aparece apenas na alma, ele não pode ser apreendido de forma exterior ou conceitual. Paul Ricoeur, em decorrência de Santo Agostinho, enumera argumentos que garantem essa colocação. “Primeiro argumento: se o movimento dos astros é o tempo, por que não dizê-lo também do movimento de qualquer corpo? [...] segundo argumento: se os luzeiros do céu parassem e o torno do oleiro continuasse a girar, seria preciso medir o tempo por outra coisa que não fosse o movimento. [...] Terceiro argumento: os astros são apenas luminárias destinados a marcar o tempo. Assim, rebaixados, por assim dizer, os astros não podem, por seu movimento, constituir o tempo” (TN1, p. 28).

com a *Poética* de Aristóteles, porque encontra a réplica para discordância temporal justamente no ato de composição da intriga. “A especulação sobre o tempo é uma rumação inconclusa cuja única réplica é a atividade narrativa. Não que se resolva por suplência as aporias. Se resolve, é num sentido poético e não teórico do termo” (TN1, p. 16). A proposta não é resolver o enigma, mas fazê-lo trabalhar de forma poética, gerando uma réplica invertida da dialética da discordância/concordância. O tempo é em si inapreensível exteriormente, mas as experiências temporais podem ser apreendidas em um enredo com começo, meio e fim. Assim, por mais que a narrativa não produza uma conceituação do tempo, tornando-se uma teoria temporal, a mesma é capaz de revelá-lo (e torná-lo tempo humano) a partir da composição da intriga que produz significado sobre passagem do tempo.

A narrativa, assim, articula o caráter temporal da existência humana. Interessante pontuar que essa articulação entre a teoria do tempo em Santo Agostinho e a teoria da tessitura da intriga em Aristóteles não é clara e evidente. Na leitura ricoeuriana as duas teorias encontram-se em ligação perfeita, mas não manifesta, uma vez que há um abismo cultural entre os dois autores. Agostinho, por um lado, não considerava os paradoxos do tempo com relação ao ato de narrar, e Aristóteles, por outro, não relacionava sua análise da intriga ao tempo humano. Assim, é Ricoeur quem constrói essa ponte entre as teorias. Qual o fio que conduz à prova a tese da reciprocidade entre tempo e narrativa? O caminho incide no papel mediador da composição da intriga entre os aspectos temporais prefigurados no campo prático e a refiguração de nossa experiência temporal por esse tempo construído. Expliquemos.

1.3.1 O círculo hermenêutico ricoeuriano: prefiguração, configuração e refiguração

Paul Ricoeur considera que a equação *mimesis* e *mythos* não esgota o sentido da expressão *mimesis práxeos*, ou seja, a representação da ação pela intriga.²⁸ Na leitura ricoeuriana, a *mimesis* não tem apenas uma função de corte da realidade, mas também de ligação estabelecida ao campo prático pela intriga. Nesse sentido, ele propõe um desdobramento do conceito de *mimesis* em um arco hermenêutico. Como vimos anteriormente, a tarefa da hermenêutica consiste em reconstruir uma dupla função do texto: a dinâmica interna e a

²⁸ “[...] O fato de o termo *praxis* pertencer tanto ao domínio do real, desenvolvido pela *ética*, como ao domínio do imaginário desenvolvido pela *poética*, sugere que a *mimesis* não tem somente uma função de corte, mas também de ligação, que estabelece precisamente o estatuto de transposição ‘metafórica’ do campo prático pelo *mythos*.” (TN1 p. 82).

capacidade de projeção do mundo do texto ao seu leitor. Assim, a hermenêutica ricoeuriana projeta todo um arco de operações pelas quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores. Cito Pellauer (2009, p. 101): “Será tarefa de uma hermenêutica do discurso narrativo reconstruir e assim tornar inteligível toda essa sequência, da experiência vivida à narrativa e desta novamente de volta à experiência vivida”. A grosso modo, o círculo hermenêutico desenvolvido por Ricoeur é composto por três momentos, acometendo um antes e um depois da composição: mimesis I, a qual precede a configuração textual; mimesis II, marcando o momento da composição textual da mimesis criativa, que tem função de mediação; mimesis III, momento de refiguração pelo ato de leitura que transforma o agir do leitor.

A mimesis I compreende, no ato de composição da intriga, uma prefiguração do mundo prático, a saber, as ações e sentimentos humanos vividos. Trata-se do estágio de pré-compreensão do mundo da ação em suas características: estruturas inteligíveis, recursos simbólicos e o caráter temporal. As estruturas inteligíveis da ação dizem respeito à identificação da rede conceitual do domínio da ação. A ação é produzida por sujeitos que possuem motivos, projetos, objetivos, circunstâncias. Logo, a ação implica em fins, remete a motivos e possui um agente ou vários agentes que agem e sofrem em diferentes circunstâncias. A ação tem um quê, um porquê, um quem, um como. Uma ação é um conjunto desses conceitos que existem paradigmaticamente, ou seja, simultâneo, não separadamente. “Dominar a rede conceitual no seu conjunto e em cada termo a título de membro do conjunto é ter competência que podemos chamar ‘compreensão prática’.” (TN1, p. 98). É esta pré-compreensão prática que permite a um autor a construção da intriga e ao leitor o seu reconhecimento.

A pré-compreensão da ação está articulada em signos, regras e normas, ou seja, é simbolicamente mediatizada. Os sistemas simbólicos²⁹ constituem um fator nodal, o qual possibilita que as ações sejam compreendidas de acordo com o contexto. Em virtude de uma convenção simbólica interpretamos um gesto de uma maneira ou de outra: “o mesmo gesto de levantar o braço pode, segundo o contexto, ser entendido como maneira de saudar, de chamar um táxi ou de votar. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos à ação” (TN1 p. 102). Além dos recursos simbólicos, a ação possui caracteres

²⁹ A palavra símbolo é tomada de empréstimo do trabalho de antropólogos e sociólogos. Ricoeur menciona diretamente Clifford Geertz, autor de *The Interpretation of Cultures*: “a palavra símbolo é tomada numa acepção que podemos considerar média, a meio caminho entre sua identificação e mera notação e sua identificação às expressões com duplo sentido seguindo modelo de metáfora, ou até significações ocultas, acessíveis somente a um saber esotérico” (TN1, p. 101). Em relação à noção de formas simbólicas, o filósofo francês se aproxima do uso de Cassirer em *Philosophie der symbolischen Formen*: “as formas simbólicas são processos culturais que articulam toda a experiência” (Idem).

temporais. O homem age cotidianamente dentro do seu próprio tempo, coordenando expectativa, memória e a atenção ao presente. Logo, na sua *práxis* cotidiana, ele ordena, a partir do presente, sua relação com o passado e o futuro. Na leitura ricoeuriana, esse traço da pré-compreensão permite compreender na própria ação estruturas temporais que exigem narração.³⁰

A pré-compreensão do mundo que a composição da intriga realiza é responsável por conferir ao tempo certa dimensionalidade sem a qual ele seria plano e linear. Essa dimensionalidade, em um primeiro momento, tem o presente da ação como seu modelo. De fato, as dimensões temporais – passado, presente e futuro – são ordenadas pela articulação prática, de modo que entre elas se estabelece um “intercâmbio” dado pela estrutura temporal vigente em toda a ação, seja ela se referida ao presente, ao passado, ou ao futuro. (CARDOSO JÚNIOR, 2016, p. 223)

A mimesis I propicia e pede narração. A capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais, ou mais precisamente, por suas mediações linguísticas, simbólicas e temporais, é a condição necessária à mimesis II.

A mimesis II corresponde à intriga, ou seja, ao agenciamento das ações em um todo coerente com início, meio e fim. Nessa etapa, os elementos da mimesis I são tomados pela escrita, a ação é modelada ao desenho do discurso. A mimesis II, no entanto, mais do que um estágio intermediário, tem função própria ao realizar através da operação de configuração, a mediação necessária entre a prefiguração (mimesis I) e a refiguração pela via do leitor (mimesis III). “Ao situar mimesis II entre um estágio anterior e um estágio posterior da mimesis não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero entender melhor sua função de mediação entre o antes e depois da configuração” (TN1, p. 113). Segundo Ricoeur, a intriga realiza três tipos de mediação. A intriga entrelaça acontecimento e história, com a configuração da intriga os acontecimentos singulares são enlaçados na história não apenas como uma enumeração de fatos, mas como uma organização em que se manifesta uma totalidade inteligível, uma configuração lógica. A intriga transforma fatores heterogêneos como agentes, fins, meios,

³⁰ A noção de intratemporalidade descrita na obra *Ser e Tempo*, de Martin Heidegger, desempenha, sob certas condições, um papel decisivo na análise ricoeuriana. A intratemporalidade é definida por Heidegger como expressão da condição existencial humana, na medida que o nosso ser (ser-af) caracteriza-se pelo fato bruto que nós estamos arremessados em meio das coisas, dos entes (CARDOSO JÚNIOR, 2006). Para Ricoeur, a estrutura da intratemporalidade [ser-dentro-do-tempo] caracteriza melhor a temporalidade da ação, haja vista que essa estrutura se distingue da representação linear do tempo e resiste ao nivelamento que a reduziria ao que Heidegger denomina como “conceito vulgar de tempo”. Portanto, o benefício da intratemporalidade na análise ricoeuriana consiste na ruptura que esta análise opera com a representação linear do tempo, entendida como simples sucessão de “agoras”. Contudo, ainda que Ricoeur recorra à noção heideggeriana de intratemporalidade, ele tem suas objeções com relação à hierarquização da temporalização com relação ao tempo do mundo. Nas palavras de Ricoeur: “a argumentação que Heidegger dirige contra o tempo vulgar é intransigente. Ambiciona nada menos que uma gênese sem resto do conceito de tempo, tal como é usado pelo conjunto das ciências, a partir da temporalidade fundamental” (TN3, p. 147).

interações, circunstâncias, resultados inesperados em um conjunto único, uma operação regida por uma concordância-discordante. A intriga é ainda mediadora em virtude de seus caracteres temporais próprios, ao operar uma “síntese do heterogêneo”. Isso em razão da intriga combinar duas dimensões temporais distintas, a saber, a cronológica e a não-cronológica: a primeira, respectivamente, refere-se à dimensão episódica dos eventos, a outra, à configuração destes em um todo complexo com início, meio e fim. Dessa forma, de uma diversidade de acontecimentos, a intriga como unidade mediadora constrói uma totalidade temporal, uma totalidade sintética.

Neste ato de configuração mediatizada, a mimesis II configura-se como ato poético. “Esse ato, sobre o qual acabamos de dizer que extrai uma figura de uma sucessão, revela-se para o ouvinte ou leitor na capacidade que a história tem de ser acompanhada” (TN1, p.116). É o arranjo estruturante da intriga que faz com que a história possa ser acompanhada.³¹ No momento que a história se deixa seguir, esta carrega o leitor para uma conclusão. Logo, compreender uma história é avançar em meio às contingências e compreender o como e o porquê de os episódios sucessivos levarem a esta conclusão, que não é previsível, mas lhe parece aceitável graças à sua relação de conveniência com os episódios imitados pela história.

A mimesis III é a interseção do mundo configurado pela intriga e o mundo do leitor ou ouvinte.³² A narrativa, através do processo de leitura, alcança seu sentido pleno à medida que é restituída ao tempo do agir e do sofrer. A recepção da obra, segundo Ricoeur, caracteriza-se como um ato que, além de unir texto e leitor, torna-o coparticipante da obra pelo ato de interpretação. A interpretação recria novos sentidos para a configuração narrativa. O leitor, ao interagir com o universo de sentido que a obra comunica, reinterpreta e amplia seu horizonte de vivência.

O postulado subjacente a esse reconhecimento da função de refiguração da obra poética em geral é o de uma hermenêutica que visa menos restituir a intenção do autor por trás do texto do que explicitar o movimento mediante o qual um texto abre um mundo de certa forma adiante de si mesmo [...]. Nesses últimos anos, afirmei continuamente que o que é interpretado num texto é a proposição de um mundo que eu poderia habitar e no qual poderia projetar as capacidades de que me são próprias. (TN1, p. 138)

³¹ Claramente Ricoeur faz a referência ao conceito de “followability” de W.B. Gallie, o qual discutiremos no próximo capítulo.

³² Entendemos que a recepção da mimesis III projeta um debate sobre o problema da referência na historiografia, uma vez que o sentido refigurado deve ser encaixado no horizonte em que se situa a recepção. O leitor do texto histórico mobiliza uma expectativa que o autor lhe proponha um relato verdadeiro do passado. Logo, a questão da referencialidade e verdade carece de análise. Reservamos para o próximo capítulo esse debate que corresponde ao tema na representação do texto histórico.

O sentido da configuração narrativa só é concluído no processo de refiguração. Ao reconhecer as ações em uma narrativa, o leitor elabora uma visão de si mesmo, do mundo e do outro e, a partir disso, acrescenta algo de si aos sentidos propostos pela intriga. Para Gagnebin, “o conceito de refiguração [...] apela para um conceito enfático de leitura como atividade específica de recepção e de reapropriação transformadora” (2006, p. 174). Ainda de acordo com a autora, Ricoeur é, até certo ponto, mais radical que Gadamer sobre o sentido da reapropriação da obra pelo intérprete. No processo hermenêutico, o sujeito da interpretação é desapropriado duplamente: primeiramente a uma ascese diante da alteridade da obra; num segundo momento, desaloja-o, para abri-lo a novas possibilidades de habitar o mundo.

A recepção da obra ao mesmo tempo que conclui a operação mimética, projeta um novo recomeço, pois a mimesis III torna-se uma nova mimesis I, e esta pede a escrita de uma nova mimesis II, reiniciando o círculo hermenêutico. Há, pois, uma circularidade evidente no cruzamento de mimesis I para mimesis III através da mediação da mimesis II. Contudo, essa circularidade não é viciosa ou estéril, pois não existe uma redundância de interpretação. É na espiral promovida pelo trajeto hermenêutico, no ir e vir da mimesis I para a mimesis III através da mimesis II, que a experiência vivida cria e recria imagens de si mesma, se auto apreende e compreende-se. Assim, se a tripla mimesis projeta as estruturas do mundo da ação na narrativa, esta operação não incide em uma redundância interpretativa, justamente porque a mimesis I não é apenas um efeito de sentido de mimesis III, do mesmo modo que a mimesis II não leva a mimesis III apenas o que foi tomado da mimesis I.

Ao invés disso, Ricoeur considera que existam estruturas “pré-narrativas de experiência”, ou seja, a práxis cotidiana sempre oferece “histórias ainda não narradas” que demandariam narração. Portanto “[...] a circularidade manifesta de qualquer análise narrativa, que não cessa de interpretar uma pela outra forma temporal inerente à experiência e a estrutura narrativa, não é uma tautologia morta” (TN1, p. 130). A narrativa propicia uma nova compreensão do tempo, não um tempo substancializado, mas o tempo humano, o tempo dentro do qual existimos. Em outras palavras, a narrativa configura a experiência temporal, combinando uma dimensão cronológica e outra não cronológica num todo significativo, e nessa ação, o tempo é refigurado no interior das experiências cotidianas. Se o tempo é em si próprio inapreensível e não pode ser diretamente observável, por outro lado, ele pode ser narrado, dado a ler nas narrativas e, portanto, pode ser compreendido de forma prática.

Os níveis da tripla mimesis caracterizados por Ricoeur correspondem tanto à narrativa histórica quanto à narrativa ficcional. Para o filósofo, ambas contribuem, à sua maneira, para a

configuração e refiguração temporal e dão sentido à experiência vivida. Contudo, essa reciprocidade não corresponde ao fato que Ricoeur não perfaz uma distinção entre narrativa histórica e ficcional, ao contrário, ele dedica um exame preciso da história e da ficção e aborda pontualmente sua distinção. Assim, tendo aclarado as bases de sua teoria narrativa de forma geral e os primeiros apontamentos dessa noção no seu projeto hermenêutico, no próximo capítulo nos deteremos ao exame da narrativa histórica e suas implicações na concepção de história.

CAPÍTULO II: A ESCRITA DA HISTÓRIA À LUZ DE UMA POÉTICA DA NARRATIVA

A teoria da narrativa elaborada por Paul Ricoeur configura-se como uma das mais influentes contribuições do filósofo ao conhecimento histórico. É válido ressaltar que até o fim do século XX a discussão sobre narrativa histórica recebeu pouca ou nenhuma atenção entre os historiadores como questão em si, passível de investigação e problematização. A historiografia, confiante do seu potencial científico, ignorou por décadas sua pertença à classe das narrativas. A discussão teórica em geral concentrou-se quase que exclusivamente em torno de questões metodológicas da pesquisa cientificamente orientada, aos debates tradicionais referentes aos critérios de objetividade, explicação-compreensão, causalidade, respaldados no aparato documental. Nos anos da década de 1960/70, entretanto, houve sinais de uma significativa mudança em torno das implicações sobre a narrativa histórica, como ato de escritura da história. Em poucas palavras, a crise dos grandes modelos explicativos nas ciências humanas (marxismo, estruturalismo) e principalmente as considerações do “linguistic turn” [giro-linguístico], propiciaram um ambiente teórico à discussão da narrativa. Em meio a esse ambiente, cito Malerba (2016a, p. 21): “[...] vieram uma multiplicidade de discursos e jogos de linguagem, o questionamento da natureza do conhecimento junto com uma dissolução da ideia da verdade, além de problemas de legitimação em vários campos”. Nesse contexto, não havia como o historiador fechar os olhos e permanecer imune à controvérsia do seu próprio discurso sobre o que resulta o ofício do historiador.

No artigo intitulado *O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão narrativa em história*, Jurandir Malerba argumenta que, a partir da década de 1960, o debate em torno da narrativa histórica adquiriu uma colocação muito diversa, atuando em várias frentes. O foco desse debate ao que tange o conhecimento histórico pode ser caracterizado em quatro pontos:

A) **a narrativa histórica é um modo de explicação**. Este debate tornou-se chave entre aqueles que enxergam as narrativas históricas como explicações protocientíficas do passado que podem ser formalizadas e analisadas [...]. Uma segunda pauta em torno da narrativa concerne ao trabalho daqueles historiadores, teóricos e filósofos que sustentam que B) **as narrativas são histórias de ação** e que é a consideração da ação humana em termos narrativos que torna os estudos históricos plenos de sentido e os constituem em explicações significativas do passado humano. Uma terceira área de reflexão sobre o papel da narrativa em história, C) **sobre o realismo histórico**, explora a questão de que a razão pela qual os historiadores constroem histórias sobre o passado é que essas histórias refletem a própria vida, a consciência e

a existência humanas, as quais têm em si uma natureza e um caráter narrativo. [...] esse debate se acirrou por causa do linguistic turn, a partir do qual passou a argumentar que a construção da narrativa [...] é totalmente guiada por protocolos linguísticos e que as histórias contadas pelos historiadores são, em grande medida, D) **considerações literárias e ficcionais sobre o passado**. (MALERBA, 2016b, p. 406-407) [grifos do autor]

De todos os campos apontados, o último atingiu em cheio o estatuto epistemológico da história e sua identificação como saber científico e, conseqüentemente, repercutiu de maneira específica entre a comunidade dos historiadores. Em meio a debates calorosos entre teóricos, passou-se a suspeitar da pretensão da verdade em história, ou seja, da possibilidade do historiador se referir a uma realidade histórica que tenha realmente existido da maneira que é apresentada linguisticamente. No limiar, a historiografia não seria mais do que ficção literária, haja vista que a história, enquanto narrativa, se identificaria por assimilação ao gênero literário por possuir as mesmas categorias fundamentais do discurso igualmente submetidas às regras retóricas. De certa maneira, podemos dizer que esse debate em torno das considerações literárias e ficcionais da narrativa tomou tal proporção que acabou obliterando o foco e o potencial reflexivo de outras discussões em potencial desenvolvidas no mesmo período. Entre esses debates, cita-se principalmente os provenientes da Filosofia analítica anglo-saxã pautados na reflexão sobre a inteligibilidade explicativa da narrativa em relação ao conhecimento histórico (MALERBA, 2016b).

Nesse contexto, como Paul Ricoeur relaciona-se a esses debates? O filósofo francês é ciente das teses narrativistas e, de certa forma, se aproxima de alguns argumentos em favor de sua própria teoria narrativa. Por isso, antes de analisarmos a própria especificidade da narrativa histórica no pensamento ricoeuriano, entendemos ser pertinente fazer alguns apontamentos sobre os autores narrativistas citados por Ricoeur em *Tempo e Narrativa*. Nosso intuito, além de caracterizar, em linhas gerais, as prerrogativas dessas teses concernentes ao estatuto narrativo da historiografia, é sinalizar as críticas de Paul Ricoeur e como ele se aproxima, e ao mesmo tempo se distancia, desses autores ao propor sua própria concepção narrativa da história. Seguiremos, pois, a própria lógica de argumentação desenvolvida pelo filósofo francês em conjunto com alguns apontamentos de leituras complementares para uma compreensão mínima dos autores narrativistas: Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis O. Mink, Paul Veyne e Hayden White. Trata-se, respectivamente, da concepção narrativa de três filósofos e dois historiadores. Ressaltamos novamente que, em virtude de nossa temática, trataremos apontamentos gerais, longe de esgotarmos o amplo desenvolvimento dessa problemática.

2.1 Eclosão das teses narrativistas na Filosofia analítica: Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis O. Mink

Os três primeiros autores narrativistas citados por Paul Ricoeur são provenientes da filosofia analítica anglo-saxã. De forma geral, a filosofia analítica da história é uma vertente de pensamento com forte tendência epistemológica, cujas teses convergem na lógica de investigação científica. No campo de atuação de seus principais representantes³³ concentram-se a investigação histórica sobre as formas de conhecimento empírico, a explicação na ciência histórica e a linguagem utilizada pelos historiadores. A obra pioneira dessa corrente de pensamento é de C. Hempel, *The Function of General Laws in History* (1942), cujo argumento central pressupõe que existam leis gerais com funções análogas na história e nas ciências naturais.³⁴ Contudo, ainda que a filosofia analítica seja marcada pela adesão ao ideal hempeliano de explicação científica, uma sucessão de críticas internas contestaram o modelo de subsunção a leis, introduzindo novos temas e abordagens relativas ao conhecimento histórico (ARRAIS, 2010). A obra de Willian Dray, *Laws and Explanation in History* (1957), representa um ponto de reflexão histórica que deu início ao abandono definitivo do modelo hempeliano e abriu espaço a uma fase “narrativista”, concebida como transição entre a ideia de lei histórica para a explicação narrativa.³⁵ Novas alternativas diretas de abordagens para a articulação do estatuto narrativo da historiografia começaram a ser produzidas pelos autores pertencentes a essa corrente, como Arthur Danto, W. B. Gallie, Louis O. Mink.

Nesse contexto, no âmbito da filosofia analítica, Arthur Danto é o autor pioneiro em defesa de uma interpretação narrativista na história. Em *Analytical Philosophy of History* (1965), Danto estabelece um vínculo entre explicação histórica e narrativa, com a abordagem

³³ Colaboradores representativos dessa vertente incluem Carl G. Hempel, Morton White, W. G. Walsh, W. B. Gallie Willian Dray, Arthur Danto, Louis O. Mink.

³⁴ A intenção de Hempel é estender à história o modelo universal de explicação por leis gerais. O ponto forte do modelo hempeliano é a ideia de regularidade: a ocorrência de um determinado acontecimento que se quer explicar pode ser deduzida e, por isso, também pode ser predita, a partir do conhecimento de leis gerais e condições prévias. Hempel, contudo, é ciente que a história responde de maneira insatisfatória, haja vista que o ideal de explicação professado é raramente alcançado por historiadores. As explicações históricas não oferecem claramente generalizações acabadas e precisas, a história lida no máximo com hipóteses e probabilidades, com isso, a análise histórica não incide necessariamente em uma explicação científica ideal tal qual o modelo das ciências empíricas. Hempel chega a admitir que a história fornece apenas um “esboço de explicação”, mas descarta qualquer tipo de influência ou referência ao método de compreensão. Dessa forma, ele tende por valorizar a objetividade científica em detrimento da subjetividade compreensiva (TN, p. 185-200).

³⁵ A contribuição de Dray em relação à desagregação do modelo hempeliano é desenvolvida em três frentes fundamentais: “[...] na primeira, realiza-se uma crítica puramente negativa, que conclui por *separar a noção de explicação de lei*. Numa segunda frente, o autor pleiteia *um tipo de análise causal irreduzível a subsunção em leis*. [...] Por fim, o autor explora um tipo de “explicação por razões” que só cobre uma parte do campo liberado pela crítica da explicação regida pelas leis empíricas” (TN1, p. 202). Explicar por razões consiste em conhecer o que convenceu o agente a agir de tal forma, em vista de tais razões e circunstâncias, avaliando a adequação de uma ação a um cálculo, reconstituindo um equilíbrio lógico.

das frases (sentenças) narrativas. O interesse de sua análise se dirige ao funcionamento da estrutura lógica de certos usos linguísticos utilizados nas descrições que abordam o passado, ou seja, os usos verbais que os historiadores empregam para descrever o passado. Por conseguinte, o fio condutor não é necessariamente uma epistemologia da historiografia, mas o quadro conceitual que rege o emprego de um certo tipo de frases que chamamos narrativas. Para Ricoeur, essa concepção analítica, basicamente uma teoria das descrições aplicada à história, equivale a pensar em que medida as maneiras de pensar e de falar a respeito do mundo comportam frases narrativas que usam verbos no tempo passado e enunciados irredutivelmente narrativos. Em linhas gerais, o estudo das frases narrativas condiz ao estudo de uma classe de frases. Esse estudo baseia-se na teoria das descrições aplicada a um setor particular da realidade que são as mudanças produzidas pela ação humana. Entretanto, as mudanças produzidas pela ação podem ser alvo de várias descrições, a frase narrativa é apenas uma das descrições possíveis. A estratégia argumentativa de Danto decorre do pressuposto segundo o qual o passado não é fixo e determinado. Em outras palavras, Danto critica a concepção que tangencia o passado como fixo, imóvel e inalterável, eternamente parado em seu ser, ao passo que o futuro, por propriedades ainda a se constituir, seria aberto, não decidido.

Esse pressuposto repousa na hipótese de que os acontecimentos são recolhidos em um receptáculo onde se acumulam sem que possam ser alterados, sem que sua ordem de aparecimento possa mudar, sem que nada possa ser acrescentado a seu conteúdo, a não ser acrescentando à sequência deles. Uma descrição completa de um acontecimento deveria então registrar tudo o que aconteceu na ordem em que aconteceu. (TN1, p. 240)

A refutação desse pressuposto concentra-se na proposição que nenhuma testemunha poderia ter conhecimento completo de todas as dimensões e propriedades do acontecimento, ou seja, a verdade inteira relativa a um acontecimento escapa a qualquer agente histórico e só pode ser conhecida *a posteriori* e geralmente muito depois do ocorrido. “Danto conclui, legitimamente, que só um historiador situado no tempo presente pode descrever – ou narrar com o auxílio de sentenças descritivas apropriadas – de maneira articulada um evento ou processo ocorrido no tempo passado” (BOEIRA, 2016, p. 111). As frases narrativas se referem a pelo menos dois acontecimentos distintos e temporalmente separados, embora descrevam apenas o primeiro acontecimento a que se referem. Ambos os acontecimentos devem ser passados em relação ao tempo da enunciação ainda que descrevam somente o primeiro a que se referem, desse modo, há três dimensões temporais implicadas na frase narrativa: a do

acontecimento descrito, a do acontecimento em função do qual o primeiro é descrito, a do narrador, sendo que as duas primeiras se referem ao enunciado e a terceira à enunciação³⁶.

Em consideração à análise das frases narrativas, qual a relação entre explicação histórica e narrativa? Trata-se de uma resposta complexa, passível apenas de alguns apontamentos. Isso porque Danto não declara em nenhum lugar que as frases narrativas esgotam o problema da teoria da história, ou melhor, que as frases narrativas utilizadas nas descrições históricas esgotam as possibilidades de explicações produzidas pelos historiadores. O texto histórico não se resume exclusivamente a uma sucessão de frases narrativas; as sentenças narrativas apenas constituem os átomos lógicos do discurso histórico. Em contrapartida, fica implícita a ideia de que explicação e descrição são operações implicadas uma na outra, “[...] uma simples narrativa já faz mais do que relatar acontecimentos em sua ordem de acontecimentos. Uma lista de fatos sem vínculos entre si não é uma narrativa. É por isso que descrever e explicar não se distinguem” (TN1, p. 245). Para Danto, explicar porque algo aconteceu e descrever o que aconteceu coincidem.

No artigo traduzido e intitulado *Da natureza e função da narrativa na historiografia*, William Dray compreende a discussão de Danto sobre as implicações das “sentenças narrativas” como uma das ideias teóricas mais frutíferas e originais na recente filosofia sobre a história, porém em relação às pretensões explicativas, não apresentaria nada mais do que indicativos precedentes para afirmar que a narrativa em si é uma forma de explicação.

Primeiro, o uso de tais sentenças não é necessário para a construção da narrativa [...]. Segundo, as conexões determinadas pelas sentenças narrativas quando elas são empregadas não precisam ser explicativas, no sentido de mostrar por que o evento diretamente referenciado (ou seja, anterior) aconteceu. O propósito da sentença narrativa não é mostrar por que alguma coisa aconteceu, mas mostrar qual foi seu significado. E terceiro, apesar do significado de um evento em relação ao último possa estar no fato de que o anterior explica o posterior, isso não é obrigatório. (DRAY, 2016, p. 124-125)

As “sentenças narrativas” de Danto mostram como asserções sobre conexões podem entrar sorrateiramente nos relatos históricos. Mas nem por isso elas nos obrigam a concluir que a narrativa é, em si, uma forma de explicação. Ricoeur, por sua vez, observa que a relação entre

³⁶ Considera-se como exemplo a seguinte frase: “em 1917 nasceu o autor de *Le neveu de Rameau*”. Nenhum contemporâneo ao acontecimento poderia pronunciar essa frase visto que ela descreve um acontecimento passado a partir de um outro acontecimento futuro. Nesse caso, essa frase só é dotada de significado à medida que é escrita por um narrador do tempo presente, referindo-se a um acontecimento passado (nascimento de Diderot) articulado a um acontecimento posterior (publicação da obra) que é pretérito em relação ao momento presente do narrador. “Escrever O sobrinho de Rameau é o acontecimento sob a descrição do qual o primeiro acontecimento – o nascimento de Diderot – é redescrito” (TN1, p. 242-243).

frase e texto não é abordada claramente. No que tange a dimensão explicativa de uma narrativa histórica, por mais que ele utilize a noção de esquema organizacional, esses esquemas são vinculados tão somente na relação que se estabelece entre duas sentenças narrativas. Há, pois, um espaço não preenchido, a saber, a passagem do exame das características das sentenças narrativas para as características da narrativa. Uma frase narrativa não é uma narrativa. Uma narrativa é composta por uma série inteira de acontecimentos numa ordem específica, um conjunto articulado de sentenças. Sobre essa questão da narrativa, W. B. Gallie apresenta uma proposta mais articulada.

O filósofo Walter B. Gallie, com a obra *Philosophy and the Historical Understanding* (1964), avança na análise estrutural da narrativa histórica a partir do conceito de *followability*. Esse conceito, que pode ser traduzido como “acompanhamento” de uma estória narrada, preenche para Ricoeur o hiato deixado entre frase narrativa e texto narrativo. Mas, afinal, o que é “acompanhar” uma estória narrada (*story*) para Gallie? Primeiramente temos que levar em conta a noção de estória narrada. Uma estória descreve uma sequência de ações e de experiências de um certo número de personagens. Esses personagens são representados em situações que evidenciam a mudança, seja como forma de ação ou reação. Essas mudanças, por sua vez, revelam aspectos ocultos da situação e dos personagens e geram uma nova situação difícil que exige o pensamento, a ação ou ambos. As respostas para essa situação trazem a estória para perto de sua conclusão. Acompanhar uma estória é, pois, uma questão de compreensão narrativa.

Acompanhar uma estória é, em um nível, uma questão de compreender palavras, sentenças, parágrafos, apresentados em uma dada ordem. Entretanto, em um nível muito mais importante, significa compreender as ações, os pensamentos e os sentimentos sucessivos de certos personagens descritos com uma objetividade peculiar [...]. É só quando as coisas tornam-se complicadas e difíceis – quando na verdade não é mais possível acompanhá-las – que precisamos de uma explicação explícita do que os personagens estão fazendo e por qual motivo. Porém, quanto mais habilidoso é o contador de estória, mais rara será a intrusão de tais explicações explícitas. (GALLIE, 2016, p. 139)

Em condições ideais a narrativa é por si autoexplicativa; compreensão e explicação estão intrinsecamente mescladas no enredo, havendo necessidade de uma explicação explícita apenas quando o processo de seguimento é interrompido, ou seja, quando não é possível obter a compreensão ao acompanhar as ações que se sucederam até o desfecho do processo. No ato de acompanhar uma estória o desenvolvimento orienta o leitor numa certa direção à medida que ele segue as expectativas até a conclusão. A conclusão tem uma função teleológica, porém deve-se acrescentar que uma conclusão narrativa não é nada que possa ser deduzida ou predita. “De

qualquer maneira, a conclusão de uma boa estória – uma conclusão que nós aguardamos avidamente – não é algo que poderia ou deveria ter sido previsto” (GALLIE, 2016, p. 140). Mais do que previsível, uma conclusão tem que ser aceitável. Em resposta ao modelo nomológico, Gallie aponta que a inteligibilidade de qualquer estória não deriva de leis gerais, mas de uma conjugação de fatores que agregam contingência e aceitabilidade.

Cabe-nos interrogar por agora até que ponto a análise da estória é peculiar à compreensão propriamente histórica. Para Gallie, há um elemento da estória que marca uma linha de continuidade do conceito de estória (*story*) para história (*history*), a saber, o interesse humano. Seu argumento parte do pressuposto que embora seja evidente que haja uma imensa variedade de produções sobre a rubrica “história”, há um tipo central e substancial da literatura histórica que promove um interesse na maioria de nós, inclusive aos historiadores: “histórias que tratam de alguma grande realização – ou fracasso – de homens vivendo e trabalhando juntos em sociedade ou nações, ou em qualquer outra forma duradoura de grupos organizados” (GALLIE, 2016, p. 145). A estratégia de Gallie consiste em inscrever a descontinuidade epistemológica no quadro da continuidade do interesse narrativo. Cito Ricoeur:

Se essa continuidade narrativa entre “*story*” e “*history*” foi tão pouco notada no passado é porque os problemas levantados pelo corte epistemológico entre ficção e história, ou entre mito e história, fizeram toda atenção se voltar para a questão da prova (*evidence*), a expensas da questão mais fundamental de saber o que constitui o *interesse* de uma obra de história. Ora, é esse interesse que garante a continuidade entre a história no sentido da historiografia e a narrativa comum. (TN1, p. 251)

A historiografia, nessa perspectiva, é uma espécie ou aplicação especial do gênero estória narrada por duas características: a leitura das histórias dos historiadores deriva de nossa competência para acompanhar histórias através de contingências, acidentes, retrocessos e todos os múltiplos detalhes do seu desenvolvimento até a conclusão; toda obra genuína de história é entendida como tal porque se sente que seu tema merece ser contado e seus relatos merecem ser acompanhados, uma vez que se impõe aos interesses que nos são próprios como seres humanos, por mais distante que esse tema possa estar de nossos sentimentos no momento.

Nesse sentido, a compreensão histórica é o exercício da capacidade de acompanhar uma história que, por sua vez, é uma narrativa baseada em evidências. Em outros termos, a compreensão histórica decorre da habilidade do leitor em seguir uma história, entendida como uma sequência de incidentes, de maneira geral aceitáveis, porém não previsíveis, que convergem para uma conclusão prometida, embora sempre aberta (MALERBA, 2016b). As explicações históricas não têm outro efeito senão permitir que acompanhem melhor uma

história, elas são essencialmente um auxílio referente à capacidade de acompanhar, quando a visão do encadeamento se obscurece ou quando a capacidade de aceitar a visão do autor é solicitada até o ponto de ruptura. Gallie nada diz sobre a estrutura da explicação, ou seja, a explicação nunca vai além de uma função ancilar e corretiva no que diz respeito à compreensão aplicada a *followability* da narrativa histórica.

Na leitura ricoeuriana, portanto, o principal argumento narrativista deriva da concepção de Louis O. Mink. Para Mink, as narrativas são totalidades altamente organizadas, as quais exigem um ato específico de compreensão da natureza do juízo. Ainda que essa concepção se assemelhe ao conceito de intriga, o filósofo não faz nenhum uso conceitual proveniente da crítica literária. Reconhecendo o caráter sintético da narrativa, no artigo intitulado *The Autonomy of Historical Understanding* (1965), Mink tece argumentos divergentes ao modelo nomológico, abrindo espaço para a caracterização da compreensão histórica como ato de juízo no duplo sentido do termo: “a função sintética de ‘tomar conjuntamente’ e a função reflexiva vinculada a toda operação totalizante” (TN1, p. 258). Na leitura de Jurandir Malerba (2016b, p. 413), “[...] Mink foi um proponente precoce da perspectiva de que a narrativa é central para o trabalho histórico”. Ele buscou evidenciar que a história possui uma autonomia explicativa e, nesse sentido, não é uma protociência. Explicar em história não equivale à noção de subsumir um fato a leis. Há sugestivamente outros modos de explicação além do modelo teórico, especificamente, um desses modos identifica-se à ideia de “coligação”, empregada por Walsh³⁷ para descrever o procedimento segundo o qual é possível explicar um acontecimento retrazando suas relações intrínsecas a outros acontecimentos e localizando-o em seu contexto histórico (MINK, 1965, p. 32).

Nessa lógica, o historiador alcança a explicação histórica somente após conectar a descrição de uma sequência de eventos. Não se trata simplesmente de narrar uma sucessão de eventos, mas apresentar um conjunto de inter-relações de variados tipos como um todo singular. O historiador visa compreender um complexo de eventos em função de seus acontecimentos conjuntamente com suas inter-relações e sua relevância, todos interpretados em um contexto amplo do discurso. De maneira geral, no artigo citado, Louis Mink esquematiza as características da compreensão histórica a partir da noção de julgamento sinóptico, as quais não pode ser substituída por nenhuma técnica analítica. A história, nesse caso, difere da ciência

³⁷ Em *Philosophy of History: an introduction* (1968), “Walsh denomina o processo cognitivo por meio do qual o historiador encontra o sentido em um conjunto de eventos históricos separados de ‘coligação’ – ‘para localizar um evento histórico em um processo histórico mais amplo nos termos do qual ele faça sentido’.” (LITTLE, 2016, p. 18).

porque cultiva o hábito especializado de compreensão que converte aglomerados de eventos em encadeamentos e, com isso, enfatiza e aumenta o escopo do julgamento sinóptico em nossa reflexão sobre a experiência (MINK, 1965, p. 47). A narrativa, nesse sentido, é em si um modo de ver e entender as coisas em conjunto, em sua unidade. Não obstante, Mink explicita que a narrativa é um produto da “construção imaginativa”, nisso, o julgamento sinóptico não é um substituto para uma metodologia. Assim, a identificação entre pensamento histórico e juízo sinóptico deixa em aberto problemas epistemológicos propriamente ditos relativos aos critérios de objetividade histórica e verdade. Ademais, é uma tentativa para identificar o que distingue o pensamento histórico tanto das explicações cotidianas de senso comum quanto das explicações teóricas da ciência natural.

O argumento de Mink que condiz que a compreensão está completa quando se apreende uma certa ação como a resposta de um acontecimento é plausível para Ricoeur, contudo, Mink ignora que há intermediações em toda ação entre o estado de coisas inicial e o estado de coisas final. “Por conseguinte, não temos o direito de generalizar a partir da ‘resposta’, dizendo que a ‘ação e os acontecimentos de uma história entendida como um todo estão ligadas por uma rede de descrições que se sobrepõem umas às outras’.” (TN1, p. 266). Além disso, as análises de Mink pressupõem uma tendência a despojar de qualquer caráter temporal o próprio ato de “aprender conjuntamente” característico da operação configurante. “A abolição das frases marcadas por tempo verbais, nessa rede de descrições que se sobrepõem, é sinal de que a qualidade narrativa da história desapareceu junto com o elo temporal” (Idem). Em outras palavras, a narrativa levada em conta numa análise do modo configurante de compreensão tende a dissolver sua qualidade temporal em razão da prerrogativa de “tomar conjuntamente”.

2.1.2 A composição da intriga e a prática historiográfica: Hayden White e Paul Veyne

De forma geral, quando se remonta à questão narrativa na história, o nome do historiador Hayden White rapidamente é posto em destaque. White é um autor emblemático e uma referência sobre a questão narrativa na história, “[...] talvez nenhum outro autor tenha causado tanta repercussão – mais negativa que positiva – entre os historiadores nos últimos 50 anos” (MELLO, 2014, p.181). Na obra mestra *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe* (1973), os processos de composição da intriga são pela primeira vez atribuídos à estrutura narrativa da historiografia. Na concepção de Paul Ricoeur, os pressupostos das análises de White conduziram um novo direcionamento ao campo histórico:

White reorganizou as relações entre história e ficção, ou melhor, entre narrativa histórica e ficcional, em linhas distintas da divisão habitual que acarreta a problemática da objetividade e da ‘prova’. A aproximação entre história e ficção implicou, em consequência, uma certa diluição da fronteira entre história e literatura. “As narrativas históricas [...] são ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001, p. 98). Essa reviravolta nas classificações usuais exige levar a sério a caracterização da história como escrita; a escrita não é uma operação secundária, é uma operação que implica múltiplas estratégias linguísticas para relatar os mesmos acontecimentos. A “poética” da história é acionada por Hayden White para distingui-la “[...] de uma epistemologia centrada no caráter de “*inquiry*” da história, e, portanto, fixada em condições de objetividade e de verdade que instauram o corte epistemológico entre história como ciência e a narrativa tradicional ou mítica” (TN1, p. 268). Somente uma meta-história para considerar as narrativas históricas próximas, por seu conteúdo e sua forma, de sua contrapartida literária, e evidenciar a fragilidade do estatuto científico do conhecimento histórico. Por mais que a narrativa histórica seja orientada por evidências empíricas, a sua organização discursiva está enraizada por composições estilísticas, discursivas e poéticas.

O problema do historiador é construir um protocolo linguístico, preenchido com as dimensões léxicas, gramaticais, sintáticas e semânticas, por meio do qual irá caracterizar o campo, e os elementos nele contidos, nos seus próprios termos (e não nos termos em que vêm rotulados nos documentos) e assim prepará-los para a explicação e representação que posteriormente oferecerá deles em sua narrativa [...]. No ato poético que precede a análise formal do campo o historiador cria seu objeto de análise e também predetermina a modalidade das estratégias conceptuais de que se valerá para explicá-lo. (WHITE, 1995, p. 44-45)

Em termos técnicos, se assim podemos dizer, a intriga (*plot*) é situada entre a história narrada (*story*) e o argumento (*argument*); *story* aqui significa essencialmente uma narrativa sequencial com começo, meio e fim, um modo de organização em função de motivos ou de temas, sendo capaz de produzir algum efeito explicativo, o que diferencia da noção de uma simples crônica de acontecimentos. A fronteira entre intriga e argumento não perfaz uma distinção tão nítida. O argumento designa tudo aquilo em torno do que a história gira, em suma, a tese narrativa. O historiador argumenta de modo formal, explícito e discursivo; ele tem um modo próprio de argumentar que pertence ainda ao campo narrativo. Cada modo de argumentar manifesta um pressuposto de caráter meta-histórico sobre a própria natureza do campo histórico. White distingue quatro paradigmas explicativos da realidade histórica: formista,

organicista, mecanicista e contextualista. Ademais, estes modelos explicativos da história são orientados, até certo modo, com uma explicação por implicação ideológica. “Essas pressuposições do modo ideológico versam, primordialmente, sobre a natureza da consciência histórica e, portanto, sobre o vínculo entre a explicação dos fatos passados e a prática presente” (TN1, p. 274). Em outras palavras, o traço da implicação ideológica reflete as atitudes gerais dos historiadores em relação às questões da sociedade, sob uma determinada maneira de escrever história a partir de uma posição ética. White postula quatro posições ideológicas: anarquismo, conservadorismo, radicalismo e liberalismo. Assim enquadrada a organização narrativa, a explicação por composição da intriga assume, segundo Ricoeur, um sentido estrito e limitativo, que permite dizer ao mesmo tempo que ela não é o todo da estrutura narrativa, todavia é seu pivô.

Por composição da intriga (*emplotment*) o autor entende bem mais do que a simples combinação entre o aspecto linear da história narrada e o aspecto argumentativo da tese defendida, entende o tipo (*kind*) ao qual a história narrada pertence, portanto, uma dessas categorias de configuração que aprendemos a distinguir por nossa cultura [...]. Enquanto eu caracterizo a composição da intriga por toda a gama de trocas entre paradigmas e histórias singulares, H. White conserva exclusivamente, para sua noção de *emplotment*, a função de categorização deles: o que explica, em contrapartida, que ele remete à noção de *story* o aspecto puramente linear. A composição da intriga assim concebida constitui um modo de explicação: a “explicação por composição da intriga”. (TN1, p. 276)

A explicação por composição da intriga fornece, pois, um arquétipo de identificação da história narrada. O benefício dessa análise à epistemologia do conhecimento histórico, para Ricoeur, é essencialmente a caracterização de um estilo historiográfico a partir da combinação particular dos modos de composição, de argumentação e de implicação ideológica. Contudo, a formulação do estilo historiográfico não reivindica uma autoridade lógica. Os modos de composição da intriga são produtos de uma tradição de escrita, ou seja, o historiador, no ato de escrita, dirige-se a um determinado público suscetível de reconhecer as formas tradicionais de narração. Nenhum acontecimento histórico é intrinsecamente trágico de acordo com White; o acontecimento só pode ser concebido como tal de um ponto de vista particular, a codificação é limitada pois não está disposta arbitrariamente apenas nos próprios fatos, mas pelo reconhecimento dos leitores, através dos códigos, as figuras da tradição literária. “Isto sugere que aquilo que o historiador traz à sua consideração do registro histórico é uma noção dos tipos de configuração dos eventos que podem ser reconhecidos como estória pelo público para o qual ele está escrevendo” (WHITE, 2001, p. 101). Assim, o caráter de tradicionalidade restitui ao ato de composição da intriga o seu caráter dinâmico. O processo de composição da intriga não

é apenas um nível de explicação entre outros, é a operação que dinamiza todos os níveis da articulação narrativa, é o nível que faz a transição entre narrar e explicar.

Em sua teoria narrativa, White privilegia os aspectos explicativos a partir de conceitos retóricos do discurso. De certa forma, não se pode concluir que ele ignore as evidências da fase documental na construção do texto histórico, contudo, ressoa a ideia de escrita da história como uma figura linguística, um sistema de signos autônomo em relação à referência extratextual. “[...] White sustenta que tropologia enfatiza a função meta-linguística sobre a função referencial do discurso e também redefine as relações entre fato e ficção ao mostrar como os protocolos linguísticos constituem os fatos” (MALERBA, 2006, p. 55). Ricoeur, por sua vez, não rejeita de todo o modo o pensamento whiteano, ao contrário, entre os autores narrativistas, Hayden White é o mais citado por Ricoeur.³⁸ O filósofo francês mostrou-se sensível à abertura que a obra de White trouxe à história, enquanto narrativa que compartilha das estruturas linguísticas e estilísticas da narrativa literária. Ao mesmo tempo, Ricoeur sempre deixou clara sua postura de distanciamento no que condiz ao apagamento da fronteira entre história e ficção. As considerações de White suscitaram uma réplica invertida em Ricoeur, no sentido de restituir a pertinência de um fora do texto, um referente (DOSSE, 2017b).

Em última análise dos autores que versam diretamente sobre a narrativa, Ricoeur se volta à historiografia francesa, mais especificamente à obra de Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire* (1971). Em uma discussão epistemológica, até certo ponto isolada da paisagem francesa, Veyne tem a notável prerrogativa de associar um rebaixamento científico da história com uma defesa da noção de intriga. A obra pode ser entendida como um entrecruzamento de dois motores argumentativos: a história é uma narrativa verídica; a história é uma ciência

³⁸ É interessante salientar que Hayden White também leu e escreveu precisas considerações e críticas sobre as obras de Paul Ricoeur ao que tange à narrativa histórica e outras questões próprias da historiografia. Antes mesmo da conclusão de *Tempo e narrativa*, o autor estadunidense escreveu um ensaio intitulado *The Metaphysics of Narrativity: Time and Symbol in Ricoeur's Philosophy of History* publicado em seu livro *The Content of the Form: Narrative, Discourse and Historical Representation*, analisando os dois primeiros livros da trilogia. Após fazer uma síntese dos principais argumentos, White delinea uma crítica a aquilo que ele denomina de “metafísica da narratividade”. Na visão do historiador estadunidense, a obra ricoeuriana mirava um projeto implícito nas suas entrelinhas, um retorno à metafísica. Em outras palavras, White considera que havia um projeto maior, um pano de fundo por trás da estratégia de Ricoeur em “salvar a história” de todo descrédito acumulado no século XX: um retorno crítico à metafísica como uma alternativa à ironia (WHITE, Apud SILVA, 2015). Em outra oportunidade, após a publicação da obra *A memória, a história, o esquecimento*, White regressa à obra de Ricoeur e publica na revista de History of Theory o artigo *Guilty of History? The longe durée of Paul Ricoeur*. Nessa ocasião, White engloba notas de leituras do percurso do filósofo a respeito da história e delinea críticas sutis de questões que o incomodam à medida que Ricoeur escreveu contra ameaças do relativismo e do negacionismo, acolhendo a noção de história como ciência, conjectura que White não partilha, além do interesse de Ricoeur no papel existencial da consciência histórica no nosso tempo.

sublunar demais para ser explicada por leis. Paul Veyne projeta a coalizão entre narrativa e intriga, ou melhor, conjuga a noção de acontecimento (evento) à intriga.

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é o dos atores; é uma narração que permite evitar alguns falsos problemas. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese da narrativa é tão espontânea quanto a nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. (VEYNE, 1998, p. 18)

De acordo com Veyne, o conhecimento histórico não é como um dado *a priori*, mas como resultado de uma atividade de reconstrução dos eventos; a história agrega os eventos em intrigas, e nessa ação o acontecimento é qualificado como um fato histórico, ou seja, os fatos do passado são respaldos de valor histórico apenas nas e pelas intrigas. Ademais, ao vincular dessa forma o acontecimento à intriga, o historiador francês desdobra a querela clássica dos *Annales* entre fatural e não fatural. “Tanto a longa duração como a curta são da ordem do fatural se a intriga for a única medida do acontecimento. O não fatural marca apenas a distância entre o campo indeterminado dos acontecimentos e o terreno já riscado de intrigas” (TN1, p. 283).

Na linha de argumentação ricoeuriana, Veyne reconduz a pretensão explicativa da história. Primeiramente, para ele a história não tem método, no sentido de uma regra geral de síntese dos fatos, apenas uma crítica e uma tópica. O campo histórico é indeterminado e, nesse sentido, há diversas formas de reconstrução dos acontecimentos dispostos no tempo. A única lógica com compatibilidade à noção de intriga é a “lógica do provável”, cuja expressão é tomada de empréstimo de Aristóteles. O probabilismo permite ao historiador recortar o campo dos acontecimentos em prol da progressão da intriga. Contudo, sabendo que a lógica de probabilidade é um caráter da própria intriga, como distinguir compreensão e explicação? Cito Veyne: “A explicação histórica não é nomológica, é causal; [...] em face da explicação, que é própria das ciências físicas ou humanas, a história aparece como uma simples descrição do que se passou; explica como as coisas aconteceram, faz compreender” (VEYNE, 1998, p. 134). Nesse caso, Veyne contesta a explicação no sentido nomológico do termo, a explicação sublunar não se distingue da compreensão, em outras palavras, em história explicar é fazer compreender. Ademais, se para Veyne (1998) a história é um romance real e não há nada para compreender além de intrigas, Ricoeur destaca que há uma sobreposição da extensão da noção de intriga e coloca em suspeita os limites da noção de intriga sem uma conceituação clara. “Para ser de todo convincente, Paul Veyne deveria explicar como a história pode continuar sendo uma narrativa quando deixa de ser fatural e se torna ou estrutura, ou comparativa, ou por fim, quando

reagrupa em série itens arrancados do *continuum* temporal” (TN1, p. 289). Destaca-se que essa questão é o ponto frágil presente aos defensores de uma teoria narrativista da história, a saber, assegurar a teoria narrativa quando a história deixa de ter um vínculo direto com o fatural.

Em linhas gerais, fazendo um balanço das teses apresentadas, os autores narrativistas, cada um à sua maneira, mostraram como o relato, a intriga, possuem uma capacidade explicativa imanentes à sua inteligibilidade. Eles demonstraram que *narrar já é explicar*. Nesse sentido, o conceito aristotélico “um pelo outro”, que constitui a conexão lógica da intriga, atesta indiretamente o ponto de partida obrigatório de qualquer discussão sobre a narrativa na história. A narrativa, ao projetar conexões causais, supera a noção de uma simples cronologia, o que possibilita a distinção entre história e crônica. O ponto alto das teses narrativistas corresponde à riqueza dos recursos explicativos internos à narrativa. Ricoeur está, pois, bem próximo a essas teses. Contudo, ciente dos avanços proporcionados por esses autores (e outros que não foram abordados), Ricoeur tem suas ressalvas. Para o filósofo francês, as teses narrativistas, ao proporem uma ligação direta entre história e narrativa, não fazem jus plenamente à especificidade da história. De forma mais clara, as considerações não levam em conta as transformações que afastaram a historiografia contemporânea de uma escrita genuinamente narrativa, ou seja, os argumentos são significativos apenas para as formas historiográficas com ligação direta e visível com a forma narrativa.

Ainda de forma mais significativa, Ricoeur se afasta das teses mais radicais as quais a história seria uma espécie de história narrada (*story*), que incide na indistinção entre história e ficção. O filósofo francês não identifica a explicação histórica simplesmente ao domínio da inteligência narrativa, como se a história constituísse uma espécie de gênero literário. Se é legítimo ver na inteligência narrativa a matriz para a explicação histórica, para ele, também é “[...] necessário levar em conta as características por meio das quais a explicação histórica, através de um corte epistemológico, se distinga da narratividade simples” (AI, p. 122). Apesar da proximidade, Ricoeur insiste na primazia de uma ruptura epistemológica fundada no pacto entre o historiador e o passado. Portanto, se a linha de continuidade entre história e narrativa não comporta em todos os níveis a especificidade da história, o filósofo propõe outra dialética, a saber, a pressuposição de um vínculo indireto entre a produção do conhecimento histórico e a competência narrativa. Ricoeur visa, nesse sentido, reconstituir os laços indiretos da história com a narrativa. Nas próximas páginas, analisaremos como o filósofo francês desenvolve essa tese.

2.2 As fontes narrativas da história: a intencionalidade do conhecimento histórico

A singularidade da tese ricoeuriana sobre a narrativa histórica deriva da hipótese que a historiografia jamais apagou o vínculo com a configuração narrativa, mesmo no ápice da sua pretensão científica. Em meio aos rumores da década de 1970 sobre um “retorno da narrativa”³⁹, o filósofo francês considera que a narrativa na história foi eclipsada, a saber, o vínculo com a narrativa tornou-se oculto perante as ambições de objetividade da historiografia, mas nunca deixou de existir. O filósofo evidencia o eclipse da narrativa em duas correntes modernas de pensamento: a historiografia francesa e a filosofia analítica da história. As duas correntes de pensamento, ainda que heterogêneas entre si, têm em comum seu repúdio ao caráter narrativo da história. Na historiografia francesa o eclipse da narrativa deriva do deslocamento do objeto da história, do indivíduo atuante ao fato social total; na filosofia analítica o eclipse da narrativa decorre do corte epistemológico entre explicação histórica e compreensão narrativa.

De forma geral, o eclipse da narrativa na historiografia francesa está intimamente relacionado com a crítica do caráter narrativo político operado pela escola dos *Annales à história dos acontecimentos*. A historiografia francesa revidou abertamente contra esse tipo de história, a começar pelo estatuto do acontecimento e, em decorrência, renunciaram ao discurso narrativo difundido na França por Charles Langlois e Charles Seignobos. Especialmente com o conceito de longa duração, Fernand Braudel consolidou o julgamento das pressuposições individualistas do acontecimento. “Com Braudel, a tese em defesa da história torna-se uma tese em defesa da ‘história anônima, profunda e silenciosa’ e, assim, em defesa de um ‘tempo social com mil velocidades, com mil lentidões’.” (TN1, p. 172). Assim, a relação entre a recusa do acontecimento singular e o eclipse da narrativa é interligada. À medida que os autores da historiografia francesa operaram uma crítica pontual à noção de acontecimento histórico, a história-narrativa da escola metódica tornou-se o alvo central. Acontecimento e narrativa

³⁹ Costumemente aponta-se o artigo de Lawrence Stone, *Ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história*, publicado em 1979, como o estopim de uma vasta bibliografia referente ao debate sobre o “retorno da narrativa”. No artigo, Stone especifica que é notável, em um significativo grupo de historiadores, mudanças na forma de produzir a história, voltando-se ao modelo narrativo e descritivo, e conseqüentemente, ao indivíduo, ou melhor, às ações humanas que haviam sido até então submetidas às forças impessoais das estruturas. Para demonstrar tais mudanças na escrita da história, o autor apresenta um mapeamento dos diversos campos da profissão histórica desde a constituição da disciplina em fins do século XIX e as posteriores tendências do XX (annalistas, cliometristas, marxistas) pontuando sua relação com a narrativa. Stone conclui que o retorno à narrativa e as reflexões sobre os modos de escrita da história respondem ao declínio dos modelos estruturais/quantitativos e por assim dizer, generalizantes e deterministas que haviam dominado o cenário historiográfico nas últimas décadas. “Se estou certo em meu diagnóstico, o movimento em direção à narrativa por parte dos “novos historiadores” marca o fim de uma era: o fim da tentativa de criar uma explicação científica coerente sobre a transformação do passado” (STONE, 1991, p. 32).

transformaram-se em palavras sinônimas, e em oposição a um tipo particular de história-narrativa, a noção de narrativa foi eclipsada.

O eclipse da filosofia analítica, por sua vez, é relacionado à influência de C. Hempel, na obra *The Function of General Laws in History*, citada anteriormente. A crítica incide na noção de acontecimento histórico como correlato à compreensão narrativa. Na linha de argumentação, é rejeitada a ideia de acontecimento como uma ocorrência única, singular e irrepetível, haja vista que ao historiador não cabe produzir uma mera descrição de eventos do passado, mas sim explicá-los de tal forma que se estabeleça um esboço de lei. Esse modelo explicativo é evocado por Ricoeur por “modelo nomológico”. Hempel, ao valorizar extremadamente a objetividade científica em detrimento da subjetividade compreensiva, operou a recusa do estatuto narrativo do acontecimento histórico. “Nada na construção do modelo se refere à natureza narrativa da história ou ao estatuto narrativo do acontecimento, e menos ainda, a uma especificidade qualquer do tempo histórico com relação ao tempo cosmológico” (TN1, p. 191). Assim, a narrativa foi eclipsada por ser compreendida como uma forma elementar de discurso que não satisfaz, ainda que de longe, as exigências de cientificidade do modelo nomológico.

Nesse contexto, o eclipse da narrativa impôs a ideia de um corte epistemológico entre o conhecimento histórico e a inteligibilidade narrativa. O corte é perceptível em três níveis: o dos procedimentos explicativos, o das entidades e o da temporalidade. Em relação aos procedimentos explicativos, a autonomização da explicação acentuada pela conceituação, busca de objetividade e redobramento crítico, operaram um corte em relação ao caráter autoexplicativo da narrativa. No plano das entidades o corte é perceptível na alteração dos novos objetos da história-ciência, a história colocou no lugar do sujeito da ação entidades anônimas: sociedades, civilizações, classes sociais, mentalidades; ou seja, a historiografia destituiu os personagens próprios da composição narrativa. O terceiro corte segue a mesma lógica, o tempo histórico parece não ter relação direta com os agentes individuais; e nem se referir ao presente vivo de uma consciência subjetiva. A temporalidade da história ora uma sucessão de intervalos homogêneos, ora dispersada em uma multiplicidade de tempos, se ajusta às entidades: tempo curto do acontecimento, tempo semilongo da estrutura e longa duração das civilizações. Parece não haver relação com o tempo da ação narrativa. A despeito desse triplo corte epistemológico que culminou no eclipse da narrativa na historiografia, Ricoeur recorre ao

método de questionamento regressivo⁴⁰ visando interrogar sobre a intencionalidade do conhecimento histórico.

A intencionalidade histórica tem em vista garantir a autonomia da historiografia, preservando-a do risco de dissolução perante as demais ciências humanas as quais se aproxima, como a economia, a geografia, a demografia, a etnologia, a sociologia das mentalidades e as ideologias. A intenção ricoeuriana é evidenciar a gênese da ligação entre história e mundo da ação que se encontra configurado de forma narrativa, ou seja, mostrar como a referência última da historiografia tem precedência ao mundo da ação, ao campo temporal da práxis da humanidade, o que mantém seu vínculo com a narrativa.⁴¹ Trata-se de uma reorientação do vínculo epistemológico em direção à historicidade. A questão se enquadra na seguinte interrogação ricoeuriana:

Por quais derivações indiretas o tríplice corte epistemológico que faz da história uma investigação procede do corte instaurado pela operação configurante no plano da mimesis II – e continua, no entanto, a visar obliquamente a ordem da ação, segundo seus recursos próprios de inteligibilidade, de simbolização e de organização pré-narrativa no plano da mimesis I? (TN1, 2010)

O conhecimento histórico é projetado por uma simultânea de ruptura e continuidade com o campo da ação efetiva. Ricoeur, deste modo, objetiva demonstrar a derivação indireta da história a partir da configuração narrativa e seu reenvio ao campo da ação, apesar da tentativa de apagamento dos vestígios ao campo prático e os recursos narrativos. No próprio conhecimento histórico há uma série de passagens para o questionamento regressivo: a autonomia aos procedimentos explicativos, especificamente a imputação causal singular; as entidades da historiografia e a temporalidade histórica.

No nível conceitual da explicação, Ricoeur imprime a ideia de imputação causal singular, procedimento explicativo que faz transição entre causalidade explicativa e causalidade narrativa. A imputação causal singular não perfaz simplesmente uma explicação entre outras,

⁴⁰ A expressão “questionnement à rebours”, tradução dada por Derrida para *Ruckfrage* de Husserl, diz respeito ao método de questionamento da fenomenologia genética utilizado por Husserl em *Krisis* a propósito das ciências clássicas, ditas de Galileu e de Newton. Para Husserl, as ciências modernas padeciam de uma crise por romperem o vínculo com o mundo da vida. Segundo Mendes, Husserl por meio do questionamento regressivo, pretendia reenviar a ciência moderna para o solo originário que lhe dá sentido, o “mundo da vida”, um mundo “pré-científico”. Ricoeur, assim, adere o mesmo método por entender que, caso a historiografia rompesse completamente seu vínculo com a narrativa, ocorreria um movimento semelhante ao das ciências galileanas, ou seja, o conhecimento histórico perderia seu vínculo com o “mundo da ação”. É por isso que é necessário recompor a filiação indireta entre história e narrativa, entre ciência e mundo prático (2019a, p. 118-119).

⁴¹ Segundo Ricoeur, a tarefa de retornar a historiografia ao mundo da ação é árdua; à medida que a historiografia conquistou sua autonomia científica a mesma esqueceu-se da sua derivação indireta da operação de configuração narrativa e de sua remissão ao campo prático, ao mundo da ação. No entanto, o esquecimento premeditado em relação à derivação da configuração narrativa nunca é completo e sempre pode ser reconstruído.

mas o nexa de qualquer explicação em história. A lógica da causalidade é uma contribuição clara de Max Weber a qual acrescenta-se o impulso da obra de Raymond Aron na terceira seção de sua *Introduction à la philosophie de l'histoire* (1980). Imputar a causalidade singular de um acontecimento consiste em imaginar probabilidades sobre um curso diferente de acontecimentos, a partir da avaliação das prováveis consequências desse acontecimento real e, por último, comparar essas consequências com o curso real dos acontecimentos. O argumento pode ser apresentado com a seguinte indagação: o que teria acontecido se x não tivesse intervindo e se o fato y tivesse ocorrido de modo diferente?⁴² Imaginar um curso possível de acontecimentos permite ao pesquisador avaliar a influência causal de uma determinada ação ou acontecimento singular em relação ao fenômeno histórico como um todo; a avaliação das implicações do acontecimento supostamente suprimido comporta a estrutura lógica ao argumento causal. “Modificando em pensamento a significação causal de um acontecimento singular, seguir-se-ia um desenvolvimento diferente do conjunto das relações históricas componentes de certo contexto considerado” (LEAL, 2015, p. 184). Com essa ação intelectual é possível refletir como a explicação histórica pode estar vinculada às causas históricas. O historiador opera um juízo de imputação causal, a qual confere um significado histórico ao acontecimento singular. A história, pois, só recorre à imaginação para discernir melhor o atuante e excluir o não influente.

É precisamente com esse raciocínio da imputação causal singular que Ricoeur encontra afinidades tanto com a construção da intriga quanto com a explicação científica. Ressalta-se que na obra de Weber não há uma referência explícita à primeira afinidade, o filósofo francês que percorre os recursos contemporâneos da narratologia para estabelecer essa conexão. Em primeira instância, a imputação causal singular remete todos os seus estágios à explicação científica: impõe um raciocínio explicativo que exige uma seleção ou isolamento rigoroso dos fatores; recorre a avaliação comparada das causas em um cálculo de probabilidades; mobiliza regras de experiência atinentes à maneira como os homens agem habitualmente em situações específicas. O liame que assegura a continuidade entre composição da intriga está precisamente

⁴² O exemplo clássico que Max Weber (1973) utiliza para explicitar a lógica da imputação causal singular consiste na decisão de Bismarck ao iniciar a guerra contra o Império Austro-Húngaro em 1866. Para Weber, não há nada de inútil submeter à apreciação de um curso imaginado de eventos: o que teria acontecido se Bismarck não tivesse tomado a decisão de fazer a guerra? Essa pergunta compreende ao historiador indagar “[...] que significação causal se deve, no fundo, atribuir a essa decisão individual dentro da totalidade dos elementos infinitamente numerosos que tinham de ser organizados precisamente dessa maneira e não de outra para levar a esse resultado, e qual o lugar dessa decisão na exposição histórica?” (TN1, p. 303-305). O raciocínio dessa pergunta permite ao historiador reconstruir intelectualmente o cálculo do agente a partir de regras de experiência. Essa ação auxilia o pesquisador na imputação de que um componente singular foi significativo para o desenrolar de um evento histórico.

no nível da imaginação. “A esse respeito, poderíamos dizer sobre a composição da intriga o que Max Weber diz sobre a construção pelo pensamento de um curso diferente de acontecimentos: ‘Para esclarecer as relações causais reais, construímos outras irreais’.” (TN1, p. 307).

Pode-se dizer que de maneira análoga à composição poética da narrativa, a imputação causal singular cria novas possibilidades imaginárias, porém não fantasiosas, para o curso dos eventos e trabalha no registro da probabilidade. Nesse contexto, Ricoeur afirma que o historiador não é um mero narrador. O historiador em sua pesquisa é obrigado a argumentar e justificar a escolha de um fator em detrimento de outros como causa de determinada cadeia de eventos, pois é possível encontrar outras explicações em diferentes encadeamentos de fatos. O registro de probabilidade ainda contribui, por outro lado, na desconstrução da ideia de fatalidade do passado. Ora, o historiador ao lidar com a lógica da imputação causal singular restitui o caráter de imprevisibilidade e introduz na retrospectiva a incerteza do acontecimento: os fatos poderiam ter ocorrido de outra maneira, logo existira outros projetos de futuro que poderiam ter sido realizados.

Um ponto crucial na argumentação ricoeuriana é a defesa que a imputação causal não se limita ao plano da história fatural⁴³, isso porque para o filósofo francês o argumento pode ser estendido analogicamente a acontecimentos históricos de grande amplitude cuja causa, permanecendo no singular, já não é da ordem individual.

[...] é a construção do “quadro imaginário” criado por abstração e a avaliação das consequências do suposto acontecimento suprimido que constituem a estrutura lógica do argumento causal. Assim, este continua sendo uma imputação causal singular, mesmo quando já não se aplica a uma decisão individual. (TN1, p. 314-315)

Se eventualmente essa extensão parece edificar uma fratura com a narrativa, uma vez que não parece ser possível discernir as decisões individuais ou acontecimentos pontuais, o vínculo se mantém de forma análogica a partir do termo de quase intriga. Ricoeur toma por intriga, na esteira de Paul Veyne, todas as configurações singulares que atendam o critério de síntese do heterogêneo: a conjunção dos objetivos, causas, circunstâncias, acasos. Assim, à medida que a imputação causal singular satisfaz o critério da noção de intriga – síntese do

⁴³ O exemplo da Batalha de Salamina, retirado também da leitura de Max Weber, confirma a tese de que a extensão da imputação causal singular pode ser aplicada a acontecimentos históricos irreduzíveis a indivíduos, sem perder o critério de singularidade da imputação “O historiador pode se indagar sobre o alcance histórico da batalha de Salamina sem decompor esse acontecimento numa miríade de ações individuais. A batalha de Salamina é para o historiador, numa certa situação de discurso, um acontecimento único, na medida em que, como tal, pode ser objeto de uma imputação causal singular. É o que acontece na medida em que se possa mostrar que esse acontecimento é a decisão entre duas possibilidades cuja probabilidade pode ser apreciada sem ser quantificada [...]” (TN1, p. 314).

heterogêneo – o procedimento weberiano pode ser concebido por transferência analógica ao termo de uma quase intriga. Essa analogia prevalece para estabelecer o vínculo entre as entidades do conhecimento histórico e os personagens narrativos.

O nexos que remete às entidades construídas pelos historiadores aos personagens da narrativa caracteriza-se pelo mesmo estilo de filiação indireta que remete aos procedimentos explicativos. Há inicialmente um corte epistemológico entre a ideia de personagem: agente identificável, designado por um nome, imputável das responsabilidades de suas ações; e as entidades da história-ciência: forças sociais que agem por trás das ações individuais, forças anônimas. Logo, somente uma derivação indireta poderia respeitar o corte epistemológico sem romper a intencionalidade do conhecimento histórico. Esse vínculo existe na história na forma das *entidades de primeira ordem do conhecimento histórico*, ou melhor, entidades sociais que, embora não possam ser decompostas em ações individuais sem recair em um individualismo metodológico, fazem menção às características que podem ser atribuídas a agentes suscetíveis a serem considerados como personagem de uma narrativa. Ricoeur denomina as entidades de primeira ordem como *entidades de pertencimento participativo*. Segundo Ivanhoé Albuquerque Leal (2015), Ricoeur parte do ponto de vista que o objeto irreduzível da história é social, ou seja, os historiadores se preocupam com indivíduos na medida em que eles são considerados no quadro específico de seu círculo social, de sua sociedade particular; em equivalência, a ideia de sociedade não poderia sustentar-se sem a referência aos indivíduos que a compõe.

A tese empreendida pelas análises ricoeurianas são apoiadas na reflexão sobre o conceito de sociedade empreendido por Maurice Mandelbaum, em *The Anatomy of Historical Knowledge* (1977), embora a epistemologia de Mandelbaum apareça em uma posição de desconfiança das teorias narrativistas⁴⁴ (vínculo direto). É a noção de sociedade como referência última da historiografia que Ricoeur incorpora em vias da formulação do objeto transicional para o plano da narrativa. Para Mandelbaum, o objeto irreduzível da história é de ordem *social*, ou seja, a história compreende os pensamentos, os sentimentos e as ações dos indivíduos amplamente no contexto do seu ambiente social. Se por um momento essa conceituação, isoladamente, confirma a descontinuidade entre o nível da história e da narrativa,

⁴⁴ Cito Mandelbaum: “Eu gostaria de sugerir que a moda atual de ver a história como narrativa estabelece um modelo para a historiografia que é demasiado simplista. [...] a ênfase que acompanha a história como sendo essencialmente semelhante à narrativa leva a negligenciar o papel da investigação no empreendimento do historiador. Por estas razões, parece-me que a atual tendência de ver a história como narrativa é lamentável e necessita de correção” (2016, p. 160).

uma determinação mais precisa, argumenta Ricoeur, coloca em evidência a problemática das entidades básicas do conhecimento histórico.

Uma *sociedade*, diria eu, consiste em indivíduos que vivem em uma comunidade organizada, dona de um território particular; a organização dessa comunidade está garantida por instituições que servem para definir o estatuto assumido por diferentes indivíduos e lhes atribui os papéis que devem desempenhar, ao mesmo tempo em que perpetuam a existência ininterrupta da comunidade. (MANDELBAUM, Apud TN1, p. 321)

Nesse sentido, o que atrai Ricoeur ao conceito de Mandelbaum é o caráter oblíquo da referência aos indivíduos que compõem uma sociedade, o que possibilita a passagem entre o nível das entidades históricas e dos personagens narrativos. Na sua leitura, essa noção de sociedade pode ser entendida como uma entidade singular e, analogicamente, como um quase personagem do discurso histórico. Contudo, não se trata de um efeito retórico, a analogia é duplamente fundamentada na teoria narrativa quanto na estrutura do fenômeno social. No primeiro caso, entendendo o personagem como aquele que pratica a ação, nada exige que essa ação seja delegada a um indivíduo. O agente a ser identificado como personagem pode ser qualquer entidade que corresponda o sujeito gramatical de uma frase de ação “X faz R”. Neste caso, a história apenas faz prolongar e ampliar a dissociação operada pela composição da intriga entre personagem e o agente real. Em outros termos, o agente responsável na história é amplificado em personagens análogos que cumprem a noção de sociedade singular. No segundo caso, o fenômeno social satisfaz a extensão analógica do papel de personagem a partir de uma característica decisiva da definição de sociedade de Mandelbaum, a saber, a referência oblíqua aos indivíduos que a compõem. “Essa referência oblíqua, por sua vez, permite tratar a própria sociedade como um grande indivíduo, análogo aos indivíduos que a compõem” (TN1, p. 324-325). A referência oblíqua se justifica pelo argumento que são os indivíduos que habitam um *território particular*, cumprem os papéis que as *instituições* estabelecem e asseguram a continuidade da própria *comunidade*.⁴⁵ Logo, não é necessário que o indivíduo se faça presente no discurso do historiador, o qual pode contemplar unicamente as entidades coletivas.

A história, ao meu ver, continua histórica na medida em que todos os seus objetos remetem a *entidades de primeira ordem* – povos, nações, civilizações – que trazem a marca indelével do pertencimento participativo dos agentes

⁴⁵ A analogia entre entidades históricas e indivíduos não recai a um reducionismo metodológico. A transferência de vocabulário do indivíduo para as entidades de primeira ordem da historiografia não implica necessariamente que as entidades coletivas sejam reduzidas aos indivíduos que a compõem ou que as suas ações possam ser atribuídas distributivamente a cada um dos seus membros. Esta transferência é de cunho analógico, fundamentada no fenômeno de pertença participativa estudado pela fenomenologia genética. “[...] é tarefa de uma fenomenologia genética descobrir no fenômeno do ser-em-comum a origem do vínculo entre indivíduos e as sociedades particulares” (TN1, p. 325).

concretos oriundos da esfera prática e narrativa. Essas entidades de primeira ordem servem de objeto transicional entre todos os artefatos produzidos pela historiografia e os personagens de uma narrativa possível. Constituem quase-personagens, capazes de guiar a remissão intencional do nível da história-ciência ao nível da narrativa e, através destas, aos agentes da ação efetiva. (TN1, p. 299-300)

Dessa forma, o vínculo entre indivíduo e sociedade está precisamente no fenômeno de pertencimento participativo. Nessa empreitada, as entidades históricas como as sociedades, são agrupadas à esfera da ação. Cabe destacar que as duas linhas de derivação, dos procedimentos explicativos e entidades da história, são interligadas pela mesma lógica de afinidade. A noção de quase-intriga e quase-personagem pertencem ao mesmo plano de analogia que propõe a mediação ao movimento de regressão da historiografia em direção a competência narrativa.

A última colocação ricoeuriana, que põe à prova sua hipótese atinente à intencionalidade histórica, diz respeito ao estatuto epistemológico da temporalidade histórica com relação à temporalidade narrativa. Nessa análise, Ricoeur aprofunda-se sobre a epistemologia da história e perpassa novamente pela historiografia francesa. A intenção é demonstrar que o tempo construído pelo historiador provém, indiretamente, por uma série de desvios da temporalidade própria da narrativa. O fio condutor dessa análise é a noção de acontecimento, mais precisamente no seu uso ambíguo pelos historiadores. Há três colocações necessárias que devem ser esclarecidas: os postulados epistemológicos implícitos da noção de acontecimento – singularidade, recorrência e desvio – são reformulados em decorrência da conexão entre acontecimento e narrativa por meio da intriga. Ora, a inteligibilidade de um acontecimento é configurada a partir de sua contribuição à progressão da intriga; as próprias intrigas são em si mesmas singulares e não singulares, ou seja, ao mesmo tempo que narram acontecimentos únicos, por outro lado existem intrigas que universalizam o acontecimento; e por fim, as intrigas combinam contingência e verossimilhança dando sentido à composição dos acontecimentos narrados, de modo que em uma leitura de trás para frente fique claro como os eventos tomaram tal rumo.

No sentido dessas colocações é apresentado a hipótese ricoeuriana, os acontecimentos históricos não diferem radicalmente dos acontecimentos organizados pela intriga: “[...] é possível, por meio de procedimentos apropriados de derivação, estender para a noção de acontecimento histórico a reformulação que a noção de acontecimento-composto-em-intriga impôs aos conceitos de singularidade, de contingência e de desvio absolutos” (TN1, p. 342). E por mais paradoxal que se apresente inicialmente, a fonte que Ricoeur utiliza para testar sua tese encontra-se, numa leitura inovadora e paciente de Fernand Braudel, na obra *La*

Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II (edição 1976). O método de questionamento regressivo fundamenta-se na noção de pluralidade do tempo social, ou melhor, na própria distinção entre longa, média e curta duração. Em síntese, o filósofo visa mostrar como essa noção de história de longa duração deriva de um acontecimento dramático, ou seja, acontecimento-composto-em-intriga. Inicialmente, Ricoeur reporta um princípio de unidade, que apesar da hierarquização das durações, mantém juntas as três partes da obra⁴⁶.

O leitor não pode se contentar em reconhecer o direito que cada uma dessas partes tem de existir separadamente – “Cada uma, diz o prefácio, é em si uma tentativa de explicação. Também o título da obra, por sua dupla referência, por um lado ao Mediterrâneo e por outro a Filipe II, convida o leitor a se perguntar de que modo a longa duração faz transição entre estrutura e acontecimento. Compreender essa mediação da função da longa duração é, na minha opinião, reconhecer o caráter de intriga que o conjunto constituído pelas três partes da obra tem. (TN1, p. 342)

Ricoeur faz uma leitura argumentativa de forma pormenorizada dos três níveis da obra de Braudel. Contudo, não cabe ao espaço de nossa análise, a qual nos interessa pontuar algumas conclusões que abrem caminho à renovação da noção de intriga. Ricoeur ressalta que no primeiro nível da obra prevalece uma geo-história, ou seja, uma história predominantemente geográfica que faz prevalecer uma duração quase imóvel. O caráter histórico é preservado em virtude das marcas que anunciam o segundo e terceiro nível da obra, mais precisamente dispõem a cena sobre os personagens da trama. O segundo nível, geopolítico, oscila entre estrutura e conjuntura e tem por função manter ligados os polos do Mediterrâneo e Filipe II, por essa função, constitui-se como objeto de estrutura de transição. O terceiro nível, por sua vez, remete aos acontecimentos, porém não se trata de uma concessão à história fatural, pois remetem aos critérios da imputação causal singular, ou seja, são argumentos selecionados pelo historiador cujas consequências os tornaram relevantes.

A hipótese central ricoeuriana consiste na proposição que os três níveis da obra *juntos* constituem uma quase-intriga. O filósofo contrapõe a ideia aceita amplamente que apenas o

⁴⁶ A obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II* (1949), de Fernand Braudel, é dividida em três grandes volumes que constituem o projeto da “dialética das durações”. No primeiro volume é examinada a longa duração do relacionamento do homem mediterrânico com o espaço que ao mesmo tempo limita e possibilita suas ações. As relações caracterizam-se por uma permanência em uma duração muito longa, uma mudança bastante lenta no padrão de relacionamento de cada tipo humano com cada tipo de ambiente. Assim, na longa duração sobressaem nas mudanças lentas, que dão a impressão de uma “história quase-imóvel”. O segundo volume encaminhará as análises conjunturais: a economia, as relações bélicas e diplomáticas, as trocas culturais entre os grandes circuitos civilizacionais orquestrados pelo mundo mediterrânico. Nela, tudo impõe o seu ritmo, formando estruturas e impondo conjunturas e todos os ritmos ajustam-se, orquestrados pela articulação das grandes estruturas. Os tempos mais curtos da política, examinados no Livro III, se encaixam no tempo médio das conjunturas, e todas, enfim, se ajustam na longa duração que demarca os diversos padrões possíveis de relacionamento dos grupos humanos com o espaço físico (BARROS, 2010, p. 15-16).

terceiro nível tem afinidade com o modelo narrativo. Nesse sentido, abre-se uma nova brecha para reformulação da própria noção de intriga e, em consequência, a de acontecimento. Retomando o argumento que compor uma intriga é realizar uma síntese do heterogêneo – reunir em uma ordem inteligível, com extensão apropriada, elementos dispersos com começo, meio e fim⁴⁷ – Braudel cria uma intriga virtual que integra temporalidades diversas, dividida em várias subintrigas.

O principal interesse da análise de Ricoeur não consiste em dizer – “você pensava ter rompido com a narrativa; ora, nada disso ocorreu ou, pelo menos, não é algo assim tão fácil” – mas em sublinhar que Braudel inventou outro tipo de intriga (e, portanto, de inteligibilidade) como conjugação de estrutura, de ciclos e de acontecimentos: uma nova narrativa, portanto, na qual as interferências, as diferenças constituem também outros tantos recursos de inteligibilidade. Com o seguinte corolário: o acontecimento nem sempre é, ou somente, o breve brilho limitado ao terceiro nível em que, no entanto, é confinado por Braudel. Com funções diversas, ele pertence a todos os níveis e pode ser definido, de forma mais adequada, como uma “variável da intriga”. (HARTOG, 2011, p. 183)

Como aponta Hartog, a análise ricoeuriana permite questionar noção canônica de acontecimento entendido como breve, nervoso e explosivo. O acontecimento tomado como variável da intriga não compete apenas ao terceiro nível ao mesmo tempo que não pode ser suprimido pela estrutura, o acontecimento pertence às instâncias longas e médias da duração, tendo em cada uma delas uma função diferente: no terceiro nível é assinalada sua característica explosiva, nos níveis anteriores o acontecimento se reveste de caráter de sintoma ou testemunha da estrutura.

A longa duração sem remissão ao acontecimento não faz sentido para Ricoeur, isso porque se a longa duração não reconduzisse ao acontecimento temporal de alguma forma, haveria o risco de dissolver-se o laço, a dialética viva entre passado, presente, futuro e, assim, entre a temporalidade humana e o tempo histórico. Um tempo longo pode ser um tempo esvaziado da noção de presente e, portanto, de passado e futuro. “É que a descoberta da longa duração pode exprimir o *esquecimento* do tempo humano, que sempre exige referência do presente” (TN1, p. 370). Em vista disso, é necessário manter uma analogia entre o tempo vivido pelos indivíduos e o tempo das civilizações. A analogia presente para a temporalidade é da mesma natureza para imputação causal singular e composição da intriga e entre as entidades próprias da história com os personagens da narrativa. O filósofo conclui, nessa perspectiva, que

⁴⁷ Para Ricoeur o que delimita a extensão da intriga do mediterrâneo é o declínio do Mediterrâneo como herói coletivo. “O fim da intriga não é, nesse sentido, a morte de Filipe II, mas o fim do enfrentamento dos dois colossos políticos e os deslocamentos da história em direção do Atlântico e da Europa do Norte” (TN1, p. 355).

toda mudança entra no campo histórico como quase acontecimento. Trata-se de um prolongamento dado à noção de acontecimento. A revalorização da noção de acontecimento não equivale à defesa de sua qualidade breve e súbita. Entende-se por acontecimento o que contribui para o desenrolar de uma intriga, e mais, o que confere a marca dramática de uma mudança de destino. Cito Ricoeur:

Por *quase acontecimento* entendemos que a extensão da noção de acontecimento, para além do tempo curto e breve, é *correlativa* à extensão semelhante das noções de intriga e de personagens. Há quase acontecimento onde podemos discernir, ainda que muito indiretamente, obliquamente, uma quase intriga e quase personagens. O acontecimento em história corresponde ao que Aristóteles chamava de *reviravolta de fortuna – metábole* – na sua teoria formal da composição da intriga. Um acontecimento, uma vez mais, é o que não só contribui para o desenrolar de uma intriga, mas dá a ele a forma dramática de uma reviravolta de fortuna. (TN1, p. 371)

O parentesco entre quase acontecimento e quase intriga justifica, à sua maneira, a pluralidade dos tempos históricos de Braudel como uma expansão característica do tempo narrativo, pela combinação do tempo cronológico dos episódios com o tempo não cronológico da configuração. Numa intriga com acontecimentos breves é esperado que prevaleça o caráter do tempo episódico, todavia em intrigas de longa duração há uma preponderância da configuração. Essa nova qualidade fatural de estruturação da história soa como um lembrete: até as estruturas mais estáveis são afetadas por mudanças temporais. “Se é verdade que não existe tempo pensado que não seja narrado, torna-se imperativo demonstrar que mesmo a história que pretende ter rompido com a narrativa [...] tem, se olharmos de perto, conservado um elo, ainda que tênue, com ela” (HARTOG, 2020, p. 91). A argumentação analógica dos conceitos de quase intriga, quase personagem e quase acontecimento, a partir da revisão do modelo aristotélico, consagra-se como a estratégia teórica e argumentativa de Paul Ricoeur para conciliar a forma indireta de filiação que preserva a pertença da história ao campo narrativo, ou melhor, garante que até historiografia mais estrutural seja tributária, ainda que de forma tênue, à inteligência narrativa. A pertença da história ao campo narrativo resguarda sua relação com o tempo e, portanto, sua própria dimensão histórica, por outro lado, a história narrativa mantém uma especificidade singular, que a distingue da configuração narrativa ficcional e preserva sua autonomia explicativa e científica.

Não obstante, a análise ricoeuriana no primeiro tomo de *Tempo e narrativa* manteve-se sobre a perspectiva epistemológica e discursiva da narrativa histórica, o que deixou em segundo plano a discussão de uma problemática central do conhecimento histórico: a apreensão do “real” do passado. A resposta dada por nosso autor é que a realidade do passado histórico

foi excluída estrategicamente do estudo da intencionalidade histórica: “[...] escolhemos separar os critérios epistemológicos do acontecimento de seus critérios ontológicos, a fim de permanecer dentro dos limites de uma investigação dedicada à relação entre explicação histórica e a configuração por composição da intriga” (TN3, p. 171). Na seção subsequente e, principalmente no próximo capítulo, nos deteremos especificamente à problemática da representação da “realidade” do passado.

2.3 A especificidade ontológica da narrativa histórica: representância do passado histórico

A tese central da trilogia, como pontuamos anteriormente, consiste na proposição que há entre tempo e narrativa uma relação umbilical e, mais especificamente, a configuração narrativa culmina em uma refiguração da experiência temporal. Inicialmente, Ricoeur não estabelece uma distinção entre narrativa histórica e narrativa ficcional, ambas dão forma e sentido ao tempo vivido: “[...] sob a égide de mimesis III, identificamos o problema da refiguração como sendo o da referência cruzada entre história e ficção, e admitimos que o tempo humano procede desse entrecruzamento no meio do agir e do sofrer” (TN3, p. 169). O filósofo francês, contudo, projeta uma distinção central entre ambas no processo de refiguração temporal: a distinção entre “variações imaginativas” na ficção e “variações interpretativas” na história.

A historiografia refigura o tempo pela mediação entre tempo vivido e tempo cosmológico, elaborando um terceiro tempo – o tempo propriamente histórico – a partir de “variações interpretativas”. A singularidade da história é assegurada por sua capacidade de refiguração temporal por meio de dispositivos próprios da prática historiadora que sobressaem na configuração do tempo: o calendário, a sequência de gerações, o recurso aos arquivos, os documentos, mais precisamente, os vestígios. No terreno da ficção, por outro lado, a refiguração do tempo não necessariamente prende-se a esses conectores, uma vez que a narrativa ficcional tem a liberdade de projetar a experiência temporal dos personagens sem conexão direta a um tempo cronológico/cosmológico. Não nos deteremos, contudo, nos pormenores da distinção entre narrativa histórica e narrativa de ficção, em virtude da limitação temática⁴⁸. Seguiremos

⁴⁸ Paul Ricoeur faz um exame detalhado da narrativa de ficção no segundo livro da trilogia: *Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. O termo ficção engloba criações literárias que ignoram a ambição que tem a narrativa histórica de construir uma intriga verdadeira; pertencem a esse vasto conjunto o conto popular,

a mesma estratégia argumentativa de caracterização apenas da narrativa histórica, levando em consideração que a fenomenologia do tempo é medida comum, a qual a relação entre a ficção e a história permanece irresoluta, ambas se entrecruzam sem se identificar completamente.

No tocante à história, a noção de vestígio simboliza o ponto central que nos permite analisar a especificidade da narrativa histórica, à medida que institui um problema caro ao conhecimento histórico: a representação do passado. O vestígio é um sinal que alguém/algo passou por algum lugar e agiu. A passagem já não existe, mas a marca permanece, ou seja, por um lado há vestígio porque antes alguém/algo passou e agiu, passou por ali; por outro, o vestígio só é visível aqui e agora apenas como um sinal, como marca. “O vestígio combina assim uma relação de significância mais discernível na ideia de sinal de uma passagem, e uma relação de causalidade, incluída na coisidade da marca. *O vestígio é um efeito-signo*”⁴⁹ (TN3, p. 205). Assim, o conhecimento do passado por meio dos vestígios assinala uma linha divisória à historiografia e coloca em jogo o enigma da presença do ausente, que é a base do conceito de representação. Os historiadores visam representar a realidade pretérita por meio dos vestígios localizados e datados, que são transformados em documentos e arquivos. Nesse processo os historiadores são submetidos à realidade dos homens de outrora, *ao que, um dia, foi*. A intencionalidade histórica se coloca em dívida com os homens do passado.

Contudo, de imediato à intencionalidade histórica, surge a questão: o que significa o termo real aplicado ao passado? Paul Ricoeur adverte de início que essa questão é a mais

a epopeia, a tragédia e o romance. O objetivo ricoeuriano é ampliar, enriquecer e abrir para fora a noção de composição da intriga recebida da tradição aristotélica, ao mesmo tempo diversificar correlativamente a noção de temporalidade recebida da tradição agostiniana. Um ponto central ao que tange a refiguração temporal é que a narrativa de ficção possibilita novas e diferentes formas de pensar o tempo, nesse sentido, proporciona diferentes possibilidades de pensar o próprio mundo correlativo à experiência fictícia do tempo. “O que chamamos aqui de experiência fictícia do tempo é apenas o aspecto temporal de uma experiência virtual do ser no mundo proposta pelo texto. É desse modo que a obra literária, escapando ao seu próprio fechamento, se reporta a..., se dirige para... em suma, é a respeito de... Para além da recepção do texto pelo leitor e da intersecção entre essa experiência fictícia e a experiência do leitor, o mundo da obra constitui o que eu chamaria de transcendência imanente ao texto” (TN2, p. 174). Ricoeur põe à prova essa hipótese examinando três romances: *A Sra. Dalloway*, de Virgínia Woolf; *A montanha mágica*, de Thomas Mann; *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. Cada uma dessas obras explora, em sua perspectiva, modalidades inéditas de concordância discordante, que não afetam apenas a composição narrativa, mas a experiência viva dos personagens da narrativa.

⁴⁹ Ricoeur, indiretamente, faz uma crítica aos historiadores por se perderem no senso comum sobre a ideia de vestígio. Os historiadores se limitam a uma pré-compreensão, situam-se no meio caminho da definição inicial do vestígio e de sua extensão a uma coisa. “O vestígio é, pois, um dos instrumentos mais enigmáticos mediante o qual a narrativa histórica configura o tempo. Refigura-o construindo a junção que opera o recobrimento do existencial e do empírico na significância do vestígio. É certo que o historiador, como tal, não sabe o que faz ao constituir signos em vestígios. Fica no que a eles diz respeito, numa relação de uso. É frequentando os arquivos, consultando documentos, que ele se põe na pista-vestígio do passado tal como ele foi. Mas o que *significa* o vestígio é um problema não de historiador-cientista, mas de historiador-filósofo” (TN3, p. 213).

embaraçosa de todas as que a historiografia faz ao pensamento da história.⁵⁰ Porém, ela é inevitável, justamente porque constitui uma diferença central que distingue a historiografia da ficção e fundamenta a própria validação da disciplina histórica. Destarte, tomando a noção de vestígio como ponto de partida, o filósofo francês retoma a citação de Karl Heussi que considera o passado como *vis-à-vis*, a que o conhecimento histórico se empenha para “corresponder de maneira apropriada”. E dessa particularidade, adota a distinção no alemão entre representar no sentido de estar no lugar de algo (*vertreten*) e se representar, da noção de criar para si uma imagem mental de algo exterior e ausente (*sichvorstellen*). Nesse sentido, o vestígio, uma vez que é deixado pelo passado, assume a função mimética e exerce a seu respeito uma função de representância [ou locotenência] (*vertretung*). A noção de representância engloba as relações entre a história e um passado abolido e ao mesmo tempo preservado em seus vestígios.

Essa função caracteriza a referência *indireta*, própria de um conhecimento por vestígios, e distingue de qualquer outro modo referencial a história com relação ao passado. É claro que esse modo referencial é inseparável do próprio trabalho de configuração: com efeito, é só por meio de uma retificação sem fim de nossas configurações que formamos uma ideia do inesgotável recurso do passado. (TN3, p. 238)

O conceito de representância condensa a noção de uma reconstrução mais ou menos apropriada do passado qualificado como “real”, o qual um dia aconteceu, mas não mais existe, a não ser nas marcas deixadas. O enigma da realidade do passado, contudo, ainda fica em aberto sob o signo da representância. Posto isso, Ricoeur põe o conceito ingênuo de passado “real” à prova de alguns grandes gêneros extraídos livremente do *Sofista*, de Platão: os gêneros do Mesmo e do Outro, acrescentado pelo Análogo. O filósofo francês não almeja resolver ou encerrar o paradoxo que aflige o conceito de passado real, mas problematizar o próprio conceito de realidade empregada ao passado.

No primeiro modo de pensar a preteridade do passado, ou seja, em relação ao signo do Mesmo, o historiador visa anular a distância temporal e, conseqüentemente, estimular uma continuidade entre os tempos passado-presente. Trata-se de uma concepção essencialmente identitária do pensamento do passado. O filósofo francês menciona a concepção da história como “reefetuação” [ou reconstituição], na teoria de Robin George Collingwood [*The idea of*

⁵⁰ Para Ricoeur, a problemática de representância da história com relação ao passado diz respeito mais ao pensamento da história do que especificamente ao conhecimento histórico, isso porque a noção de vestígio, tomada apenas epistemologicamente, constituiu uma espécie de ponto final na sequência de remissões do arquivo ao vestígio e tende a ocultar o caráter enigmático da noção de vestígio do passado. “Em geral, contudo, ela [história] não se detém no enigma da referência histórica, no seu caráter essencialmente indireto. Para ela, a questão ontológica, simplesmente contida na noção de vestígio, é imediatamente recoberta pela questão epistemológica do documento, ou seja, seu valor de garantia, de apoio, de prova, na explicação do passado” (TN3, p. 238).

History], como ilustração dessa concepção identitária do passado. As três fases percorridas na análise de Collingwood correspondem, na análise ricoeuriana, aos três componentes da concepção identitária do passado⁵¹: “a) o caráter documentário do pensamento histórico, b) o trabalho de imaginação na interpretação do dado documentário, c) por fim, a ambição de que as construções da imaginação operem a ‘reefetuação’ do passado” (TN3, p. 241). A concepção identitária do pensamento histórico de Collingwood, sob a noção de prova documentária, se concretiza na dissociação entre a face interior (pensamento) da face exterior do acontecimento (mudanças naturais/físicas). Com essa dissociação, é considerado que o pensamento do historiador reconstrói uma cadeia de acontecimentos pretéritos, ou seja, repensa o que um dia foi pensado, por meio da imaginação histórica; “[...] o documento coloca a questão da relação do pensamento histórico com o passado enquanto passado. Mas nada mais pode senão formulá-la: a resposta está no papel da ‘imaginação histórica’.” (TN3, p. 243). O critério de juízo do historiador sobre as fontes é a coerência de sua reconstrução. Em outros termos, o historiador por meio dos vestígios, da interpretação documental, tem o intuito de reconstituir através de sua imaginação interpretativa, de forma numericamente idêntica ao primeiro pensamento, a experiência pretérita. A tarefa do historiador consiste em repensar o evento passado, ou melhor, repensar o pensamento do agente da história, suas motivações e intenções, e nessa ação, eliminar a distância temporal entre passado e presente.

Contudo, essa interpretação identitária do passado apresenta certas objeções. Na perspectiva ricoeuriana “todo o projeto de Collingwood cai por terra devido à impossibilidade de passar do pensamento do passado como *meu* para o pensamento do passado como *outro*. A identidade da reflexão não consegue dar conta da alteridade da repetição” (TN3, p. 246-247). A tese identitária se desestrutura perante a alteridade da repetição, ou seja, a alteridade do pensamento é irreduzível, os pensamentos refletem apenas à pessoa e não podem ser reefeituados de forma idêntica. Agravado a esse argumento, soma-se o fato que nenhuma consciência é inteiramente transparente ao sujeito. Logo, o ato original do passado não pode ser reconstituído, tal qual um dia acontecera, num ato reflexivo do presente. Justificar que a reconstituição de um pensamento equivale a repensá-lo, fundamenta um ato que anula a singularidade do ato original do passado e do ato reflexivo do presente.

⁵¹ Para uma concepção identitária do pensamento do passado deve-se “a) submeter a noção de acontecimento a uma revisão radical, isto é, dissociar sua face ‘interior’, que podemos chamar de pensamento, de sua face exterior, qual seja, as mudanças físicas que afetam os corpos; b) em seguida, considerar o pensamento do historiador, que reconstrói uma cadeia de acontecimentos, um modo de repensar o que um dia foi pensado; c) por fim, conceber esse repensar como numericamente idêntico ao primeiro pensar.” (TN3, p. 240).

Tendo em vista essa perspectiva, Ricoeur inverte a dialética do Mesmo para o Outro, ao que denomina ontologia negativa do passado. Contramão à ideia de presentificação do passado, há historiadores que veem na história o testemunho da alteridade, uma restituição da distância temporal, ou até mesmo uma apologia da diferença, levada ao extremo a um exotismo temporal. Nesse sentido, é o desejo de restituir a significação da distância temporal por meio da investigação, que caracteriza o pensamento da alteridade do passado. A história, sob o signo do outro, tende a afastar o passado do presente, sob o véu da diferença; o passado é percebido como distante e/ou diferente, logo a tarefa do historiador não se cumpre na reafirmação do passado, mas na intensificação da consideração que passado e presente são estranhos. Há, pois, múltiplas interpretações dessa perspectiva. Paul Ricoeur sublinha as considerações de historiadores profissionais como Paul Veyne e Michel de Certeau, como autores que, sob maneiras distintas, colocaram a história sob o signo do outro, a partir da noção de diferença.⁵²

Em Paul Veyne, o uso da noção de diferença é associado à individualidade ou individualização que, por sua vez, constitui o polo oposto da conceptualização histórica. Ora, a individualização dirige-se para o nome próprio e a conceptualização para abstrações.

É esse uso do termo diferença, correlacionado com individualidade, que Paul Veyne destaca em *L'Inventaire des différences*. Para que a individualidade pareça diferença, é preciso que a própria conceitualização histórica seja concebida como investigação e proposição de invariantes, entendendo por esse termo uma correlação estável entre um pequeno número de variáveis capazes de produzir suas próprias modificações. O fato histórico deveria então ser descrito como uma variante produzida pela individualização dessas invariantes. (TN3, p. 251)

Nesse sentido, a individualidade sobressai como diferença porque a conceptualização histórica é uma investigação de invariantes. Todavia, sobressai a questão: uma diferença lógica é a mesma coisa que uma diferença temporal? A concepção de diferença em Paul Veyne não leva profundamente em consideração o componente temporal do fato histórico. O historiador substitui a investigação do longínquo temporal pelo acontecimento caracterizado de modo a sobressair a individualidade. A história como estudo dos homens no tempo é transposta para o estudo dos elementos humanos subsumidos em conceitos. O fato histórico é assim destemporalizado, a ponto de a alteridade prevalecer sobre a sobrevivência dos costumes do

⁵² Paul Ricoeur também situa Wilhelm Dilthey no gênero do Outro pelo conceito de alteridade do passado, à medida que a compreensão do outro é equivalente à compreensão histórica. “Dilthey foi o primeiro a tentar fundar todas as ciências do espírito – inclusive a história – na capacidade que o espírito tem de se transpor para uma vida psíquica alheia, partindo dos signos que [...] levam para fora a experiência íntima do outro” (TN3, p. 249). Nessa perspectiva, contudo, extrapola-se o intervalo entre interioridade e exterioridade; assim como a transferência pela simpatia para uma vida estranha supera o intervalo entre o si e seu outro.

passado no presente. Logo, a epistemologia do indivíduo tende a ofuscar a ontologia do passado.

A apologia da diferença em Michel de Certeau, por sua vez, manifesta-se em um sentido oposto ao anterior, precisamente surge no contexto de uma “sociologia da historiografia”, na qual o foco a ser problematizado já não é o objeto ou método da história, mas o próprio historiador quanto a sua atividade, ou melhor, o lugar social da operação histórica. Para Michel de Certeau, a operação historiográfica “[...] se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita” (CERTEAU, 2011, p. 47). Para o historiador francês, é em razão desse lugar social que se instauram métodos, que se delineiam interesses e que os documentos e questões são instituídos. Contudo, ainda que o lugar social combine permissão e interdição, o historiador não é totalmente coagido, podendo agir sobre espaço, modificando-o, alterando seus limites e possibilidades (Idem, p. 63). Em outras palavras, a escrita do historiador faz parte de uma prática social, haja vista que é fruto de diversos interesses do lugar social, mas os elementos desse lugar social, não sendo analisados dentro do seu contexto, não são discerníveis no discurso. Portanto, o lugar social é o não dito por excelência da produção historiográfica.

A interpretação do acontecimento como diferença se explicita no momento que Certeau contesta a ambição científica da história que pretendia ser neutra, desmascarando a falsa pretensão da história ser produzida em estado de ausência de gravidade sociocultural, e colocando em suspeita a hipótese que toda a história com pretensão científica esteja dominada por uma ideologia implícita, um desejo de controle que edifica o historiador como árbitro de sentido. Ainda resta-nos esclarecer como essa crítica ideológica conduz a ideia de uma teoria do acontecimento como diferença, para isso citamos Ricoeur: “a construção dos modelos e a busca das invariantes – e, por implicação, a concepção da diferença como variante individualizada de uma invariante – remetem à mesma crítica ideológica. Coloca-se então a questão do estatuto de uma história menos ideológica” (TN3, p. 254). Assim, uma história menos ideológica não se restringiria à construção de modelos, mas a produzir significados às diferenças, em termos de desvios, em decorrência do afastamento relativo aos modelos. A noção de diferença é resultado do afastamento e/ou separação em relação aos modelos, ou seja, desvios relativos à modelização. Ricoeur argumenta que a versão de diferença como desvio oferece, até então, a melhor aproximação da noção do acontecimento como tendo-sido e concorre para uma ontologia negativa do passado, uma vez que o próprio acontecimento é colocado em posição de

desvio relativamente ao discurso histórico. O passado é o que falta, ou seja, é uma ausência pertinente.

Ainda persiste, contudo, ressalvas nessa perspectiva: primeiramente o desvio, relativo ao projeto de sistematização, pode ser tão intemporal quanto a modificação de uma variante. O desvio permanece relativo ao modelo alegado. Ademais, a diferença-desvio, mesmo com mais aproximações, não é mais capaz de significar o tendo-sido no passado do que a diferença variante. Embora a aproximação com a perspectiva do gênero do Outro tenha o mérito de proporcionar uma crítica às ideias totalizantes de apreensão do passado, a noção de diferença não visualiza o que há de positivo na persistência do passado no presente, o problema da noção de distância temporal continua tão opaco quanto antes. O real no passado continua sendo um enigma o qual a noção de diferença oferece uma espécie de negativo, contudo, desprovida da perspectiva propriamente temporal. Logo, a noção de diferença também é incapaz de exercer a função de representância: “[...] como poderia uma diferença, sempre relativa a um sistema abstrato e ela mesmo tão destemporalizada quanto possível, *ocupar o lugar* do que hoje, ausente e morto, outrora foi real e vivo?” (TN3, p. 255).

Em virtude das contribuições e limitações das abordagens da identificação identitária do passado e, por outro lado, da noção de alteridade sob o viés da ontologia negativa do passado, Ricoeur elucida uma terceira perspectiva que pretende ampliar a discussão sobre a realidade pretérita, o Análogo. Lembremo-nos, o fio que alinha essas análises é a problemática da “realidade” do passado, especificamente sob a noção de representância, a pressuposição de uma certa correlação entre narrativa e o acontecimento no passado, ou como diria o adágio hankeano, o fato histórico “tal como aconteceu no passado”. O historiador é ciente, ou pelo menos deveria ser, que a representação da realidade passada produzida por ele é uma construção diferente do curso real dos acontecimentos, uma vez que não é possível, em termos epistemológicos e ontológicos, uma reduplicação termo a termo da realidade na imagem que fazemos do passado. A obrigação do historiador é se aproximar ao máximo com a realidade pretérita, afinal “sua relação com o passado é sobretudo a de uma dívida não paga, e nisso ele representa a todos nós, leitores de sua obra” (TN3, p. 257). A dívida é precisamente dar o que é devido, ao que, um dia, foi.

O termo análogo não procede da lista de grandes gêneros de Platão, o impulso a esse termo foi encontrado na *Retórica* de Aristóteles, com o título “metáfora proporcional”, chamada de analogia. A inquietação de Paul Ricoeur sob o gênero do análogo é, pois, saber se uma teoria dos tropos seria capaz de substituir, levando em consideração o momento crítico das duas

abordagens apresentadas, a articulação conceitual da representância. Nesse ponto, o filósofo francês evoca a teoria empreendida por Hayden White, a qual já fizemos apontamentos anteriormente. O interesse na teoria whiteana incide sobre a ênfase da linguagem no processo de produção de sentido sobre o passado. O discurso histórico encontra-se submetido a uma dupla visada: por um lado ao tipo de intriga empregada, por outro, ao próprio passado através da informação do documento disponível em um certo momento. “O trabalho do historiador consiste então em fazer da estrutura narrativa um ‘modelo’, um ‘ícone’ do passado, capaz de ‘representá-lo’.” (TN3, p. 258). É prudente relembrar que os tropos – metáfora, metonímia, sinédoque, ironia – correspondem a um estágio anterior à escrita da história que determinam a estrutura linguística da narrativa. Antes de figurar a narrativa sobre o passado, o historiador tem inicialmente de prefigurar o conjunto de acontecimentos relatados em documentos, o que é propriamente um ato poético. Não há a ilusão de prefigurar a narrativa sob a noção de uma reprodução ou reduplicação do passado, o que existe é uma relação metafórica: o leitor é orientado para um tipo de assimilação da narrativa a partir da semelhança entre os acontecimentos narrativos e as formas linguísticas disponíveis na nossa cultura.

A análise tropológica contribui na explicitação da categoria no análogo à medida que sobressai o seguinte pensamento: “as coisas devem ter acontecido *como* está dito nessa narrativa aqui; graças à grade tropológica, o *ser-como* do acontecimento passado é posto em palavras” (TN3, p. 262). Ricoeur se situa a essa análise, contudo, com uma desconfiança: o recurso à tropologia isolado do contexto dos dois outros grandes gêneros, suscita o risco de apagar a fronteira entre ficção e história⁵³, ou seja, a ênfase quase exclusiva no procedimento retórico, emana o perigo de encobrir a intencionalidade que atravessa o discurso histórico na direção dos acontecimentos passados. E essa é uma demanda importante para Paul Ricoeur. Nesse contexto, o recurso à tropologia e a valorização da imaginação literária na história devem ter como direção a potência verbal do acontecimento e a coerção que o acontecimento passado exerce sobre o discurso histórico através dos documentos. Na historiografia, a atenção tropológica não pode estar separada do primado da perspectiva referencial exercido sobre o discurso pelo ter-sido do acontecimento pretérito.

⁵³ Para Ricoeur, a relação entre história e ficção é mais complexa do que se imagina: “[...] é decerto preciso combater o preconceito segundo qual a linguagem do historiador poderia se tornar totalmente transparente, a ponto de deixar falar os próprios fatos: como se bastasse eliminar os ornamentos da prosa para acabar como suas figuras de poesia. Mas não é possível combater esse primeiro preconceito sem combater o segundo, de acordo com o qual a literatura de imaginação, por fazer uso constante da ficção, não aprende a realidade. Os dois preconceitos devem ser combatidos juntos” (TN3, p. 263).

Para compreendermos o cerne do pressuposto do gênero do análogo, precisamos fazer um pequeno desvio em sua obra anterior, *A metáfora viva*. As duas obras foram concebidas em conjunto, consideradas “obras gêmeas”, haja vista que tanto o enunciado metafórico quanto a narrativa compartilham do fenômeno da inovação semântica ao nível de sentido, uma funcionando no quadro da teoria dos tropos, a outra no quadro nos gêneros literários (AI, p. 120). Em *A metáfora viva*, Ricoeur elabora uma teoria filosófica da metáfora, discernindo-a em três níveis: da palavra, da frase e do discurso. O livro é constituído por oito estudos, cada um é segmento de um único itinerário que tem início com a retórica clássica, passa pela semiótica e pela semântica, até chegar à hermenêutica (MV, p. 09). O objetivo central da obra é, de certa forma, desfazer um equívoco da tradição filosófica, que resume a metáfora a um problema de nomenclatura, a partir da substituição de uma palavra por outra. Interessa-nos principalmente o sétimo estudo intitulado *Metáfora e referência*. Em linhas bem gerais, no sétimo estudo, Ricoeur centraliza a discussão da metáfora pelo viés referencial ao nível de uma hermenêutica do discurso. O que diz o enunciado metafórico sobre a realidade? Como dissemos acima, na concepção ricoeuriana a metáfora não é uma ferramenta de linguagem puramente ornamental, ao contrário, o enunciado metafórico tem o poder de redescrever a realidade, referindo-se a uma realidade fora da linguagem. A metáfora tem a capacidade de transfigurar o sentido literal existente e criar um novo significado, ao evidenciar as coisas no seu “ser-come”, ou seja, a metáfora possibilita visualizar as coisas de modo diferente, mas não no sentido de uma cópia, mas como redescritção da realidade. A redescritção é sempre uma outra interpretação do que realmente são as coisas. Em uma perspectiva ontológica, o “ver-come” da afirmação metafórica é comparado a um “ser-come” na ordem extralinguística revelada pela linguagem poética (AI, p. 92).

Dessa forma, Ricoeur evidencia o papel ontológico da metáfora, haja vista que o “ver-come” produz um novo modo de ser, um “ser-come”, que não é uma referência literal, mas uma redescritção do mundo. O viés referencial da metáfora encaminha para uma discussão da noção de verdade, porém, não se trata especificamente de uma verdade literal capaz de descrever os fatos na sua integridade, mas uma verdade metafórica que aponta para uma realidade cuja significação emerge do enunciado na tensão entre o ser e o não é: “pode-se arriscar a falar de verdade metafórica para designar a intenção ‘realista’ que se vincula ao poder redescritção da linguagem poética” (MV, p. 376). Para Ricoeur, ao mesmo tempo que a significação metafórica resulta da produção de uma nova relevância semântica a partir das ruínas da relevância semântica literal, de maneira proporcional a referência metafórica teria como origem o colapso

da referência literal. “Ser-como significa ser e não ser. Isto era e não era” (MV, p. 470). O ser-como metafórico remete ao não ser literal e ao ser metafórico, “[...] não há outro modo de fazer justiça à noção de verdade metafórica senão incluindo o aguilhão do ‘não é’ (literalmente) na veemência ontológica do ‘é’ (metaforicamente). Nisso, a tese não faz senão extrair a consequência mais extrema da teoria da tensão” (MV, p. 388).⁵⁴ Nesse sentido, a verdade metafórica atinge de certo modo a realidade.⁵⁵

Retornando a discussão central, atentamos que a base da concepção de representância a partir do análogo pode ser articulada no cruzamento da teoria topológica whiteana em paralelo à consideração da tese da redescrição metafórica desenvolvida por Ricoeur em a *Metáfora viva*. Para esclarecer essa noção se faz necessário, pois, voltar à expressão de Ranke “os fatos *tal como* eles *realmente* aconteceram”, e mais precisamente ao termo “como”. Na perspectiva analógica da representância, o “realmente” só é significado pelo “tal como”. “O que, na minha opinião, dá à metáfora um alcance referencial, ele mesmo veículo de uma pretensão ontológica, é a perspectiva de um *ser-como...* correlativo do *ver-como...*, a que se resume o trabalho da metáfora no plano da linguagem” (TN3, p. 264). Desse modo, na faceta de um ser-como correlativo a um ver-como, ligado ao trabalho da metáfora no plano da linguagem, o sentido metafórico revela um alcance referencial por meio de uma pretensão ontológica; o próprio ser é metaforizado na forma de um ser-como, para que a metáfora assuma uma função ontológica, conjugada como o caráter vivo da metáfora no plano linguístico. É por intermédio do “como”, por meio da analogia metafórica, que a análise da representância continua a do vestígio. Assim, a aporia do vestígio como “valendo pelo passado”, encontra uma saída parcial no ver-como. É possível falar, portanto, de uma “redescrição metafórica” do passado pela história.

Embora a metáfora possua uma autonomia retórica e ontológica para dar conta da linguagem poética, é mister vincular o Análogo ao jogo complexo do Mesmo e do Outro, para dar conta da função essencialmente temporalizante da representância do passado. Na visada do ter-sido, o Análogo só auxilia a historiografia conjugando identidade e alteridade. “O análogo

⁵⁴ Ricoeur amplia a teoria da tensão, antes citada apenas no nível de sentido imanente ao enunciado, à relação referencial do enunciado metafórico ao real. Nesse caso, pode-se citar três aplicações à ideia de tensão, a saber, “tensão no enunciado: entre *conteúdo* e *veículo*, entre *focus* e *frame*, entre tema principal e tema secundário; tensão entre duas interpretações: entre uma interpretação literal que a interpretação semântica desfaz e uma impertinência metafórica que faz sentido como o não sentido; e tensão na função relacional da cópula: entre identidade e diferença no jogo da semelhança” (MV, p. 377).

⁵⁵ Em *Tempo e narrativa*, o filósofo francês identifica uma lacuna nessa tese, a saber, a ausência de um elo de ligação entre referência, ou melhor, a intenção pertencente à afirmação metafórica, e o ser-como detectado pela linguagem. Ele define esse elo intermediário como o ato de leitura. Em sentido amplo, é com a leitura que se estabelece a referência de um enunciado, o leitor oferece a localização ontológica às operações de significação e referência, e atualiza o sentido estritamente imanente da linguagem.

precisamente conserva em si a força da reafirmação e da colocação à distância, na medida em que ser-como é ser e não ser mais” (TN3, p. 265). A escrita da história é marcada por uma presença do ausente, tensão daquilo que foi e que não é mais, o qual encontra-se representado. Não obstante, Ricoeur é ciente da incompletude de suas colocações, a qual considera inacabada justamente porque é abstrata. Trata-se apenas de uma tentativa de pensar melhor o que permanece enigmático na preteridade do passado enquanto tal. Analisando o enigma do passado no âmbito dos grandes gêneros do Mesmo, do Outro e do Análogo, o filósofo francês espera ter preservado o caráter da dívida que os historiadores têm para com a memória dos homens do passado.

Ao que pese à nossa análise sobre o conceito da história no pensamento ricoeuriano, entendemos que essas questões levantadas suscitam questionamentos específicos, no que tange, principalmente, a relação entre história e verdade. Embora Ricoeur reafirme, em várias ocasiões, a especificidade do conhecimento histórico baseado no argumento do alcance referencial e pretensão de verdade da narrativa histórica, o filósofo francês não se debruça de forma precisa à distinção desse critério de verdade na história. Ora, o conceito de representância e a noção de dívida com o passado são capazes de garantir um critério fiável de verdade da narrativa histórica? Entendemos que essa questão não é aprofundada em *Tempo e narrativa*, apenas quinze anos mais tarde, na obra *A memória, a história, o esquecimento*, a qual Ricoeur transpõe a relação tropológica de semelhança pela relação fiduciária da memória através do testemunho. Na sua recente obra, o filósofo volta-se à discussão epistemológica sobre a preteridade e a representação do ausente, e não somente epistemológica, pois perpassa os confins de uma ontologia. Não obstante, antes de examinarmos essas demandas, entendemos ser relevante, em virtude de algumas questões que serão levantadas posteriormente, fazermos alguns apontamentos sobre a noção de identidade narrativa.

2.4 Identidade narrativa e constituição do si em Paul Ricoeur

Nas últimas páginas da trilogia *Tempo e narrativa*, Ricoeur discute o conceito de identidade narrativa, o qual viria a ser elaborada largamente na obra *O si mesmo como outro*. Ambas as narrativas – fictícia e histórica – integram a identidade narrativa. Embora Ricoeur se preocupe em acentuar as diferenças entre narrativa histórica e narrativa de ficção, o filósofo francês argumenta desde o início que ambas as narrativas culminam em uma refiguração

temporal e, ademais, propõe um entrecruzamento entre elas.⁵⁶ Assim, em uma primeira aproximação, o conceito de identidade desponta como uma reposta poética ao círculo hermenêutico, à medida que a constituição da identidade narrativa realiza-se no cerne dessa fusão entre história e ficção.

Por identidade narrativa Ricoeur designa a forma de identidade que os seres humanos podem acessar por meio da narrativa (RICOEUR, 1991). Antes, contudo, é necessário destacar a própria noção de identidade pessoal. O termo identidade pessoal designa uma categoria prática. O sentido do conceito de identidade narrativa interliga-se na identificação do sujeito ou de uma comunidade, a partir da sua ação no mundo, especificamente sobre a reposta do quem da ação. “Dizer a identidade narrativa de um sujeito ou de uma comunidade é responder à pergunta: *quem fez tal ação?* [...] A história contada diz o *quem* da ação. *Portanto, a identidade do quem não é mais que uma identidade narrativa*” (TN3, p. 418, grifos do autor). Sem o auxílio na narração, na perspectiva ricoeuriana, a identidade pessoal estaria destinada a uma querela sem saída: por um lado, supõe-se a identidade de um sujeito idêntico a si mesmo, independente da diversidade de seus estados, por outro, se considera que o sentido de um sujeito idêntico não passa de uma ilusão substancialista. A antinomia pode ser entendida pela interrogação: como pode o sujeito ser o mesmo quando a vida não para de transformá-lo ao longo do tempo? Ricoeur argumenta que esse dilema desaparece se a identidade no sentido de um mesmo (*idem*), identidade substancial ou formal, for substituída pela identidade entendida no sentido de um si-mesmo (*ipse*), ou seja, a identidade narrativa. A ipseidade pode escapar à antinomia entre o Mesmo e o Outro, uma vez que sua identidade repousa numa estrutura temporal, conforme o modelo de identidade dinâmica próprio da composição poética de um texto narrativo. David Pellauer (2009, p. 115), tece comentários elucidativos sobre esse ponto, cito-o:

Os sujeitos se reconhecem nas histórias que contam sobre si mesmos. [...] a identidade narrativa não é una, sem costuras ou totalmente estável, nem

⁵⁶ Ambas as narrativas se cruzam pelo viés da temporalidade da ação humana e, ao que pese às heterogeneidades e especificidades das intenções, existem pontos de referências cruzadas entre historiografia e narrativa ficcional. A narrativa histórica incorpora o imaginário à perspectiva do ter-sido, sem enfraquecer sua perspectiva realista, ou seja, sem amortizar o projeto de representância. A narrativa de ficção, por outro lado, toma de empréstimo os tempos verbais do passado usados para narrar o irreal, a narrativa é configurada como se tivesse um passado, um lugar. História e ficção se entrelaçam no campo do discurso narrativo e, ao mesmo tempo, mantém distintas suas respectivas intencionalidades. “O entrecruzamento entre história e ficção na refiguração do tempo repousa, em última análise, nessa sobreposição recíproca, com o momento quase histórico da ficção trocando de lugar com o momento quase fictício da história. Desse entrecruzamento, dessa sobreposição recíproca, dessa troca de lugares, procede o que se convencionou chamar o tempo humano, onde se conjugam a representância do passado pela história e as variações imaginativas da ficção, tendo como pano de fundo as aporias da fenomenologia do tempo” (TN3, p. 328).

esgota, como Ricoeur agora reconhece, a questão do que é ser um sujeito, quer alguém que se pode manter como um eu acima e através do tempo, quer o possível sujeito plural da ação de um grupo, comunidade ou entidade política.

Em *O si mesmo como outro*, Ricoeur retoma a noção da identidade narrativa, não apenas na sua relação íntima com a constituição do tempo humano, mas perante a sua contribuição para a constituição do si. A despeito, se em *Tempo e narrativa* Ricoeur descreve a identidade narrativa perante a distinção e substituição da mesmidade (*idem*) pela ipseidade (*ipse*), na sua obra posterior, o filósofo francês propõe, para além da distinção nominal entre os dois termos, a ampliação de uma dialética: “[...] esperamos mostrar que é no âmbito da teoria narrativa que a dialética concreta entre ipseidade e mesmidade – e não apenas a distinção nominal entre os dois termos invocados até agora – atinge pleno desenvolvimento” (SO, p. 112). Em outras palavras, Ricoeur assegura uma distinção entre identidade quando mesmidade e identidade quando ipseidade, contudo, essa distinção é estabelecida perante uma dialética harmoniosa. Ambas as concepções de identidades se recobrem na própria identidade narrativa e se coadunam com a questão da permanência no tempo.

O conceito de mesmidade, segundo Ricoeur, comporta vários sentidos. Primeiramente é uma identidade no sentido numérico; um nome pode designar mais de uma ocorrência sem que signifique realmente coisas distintas, mas uma única e mesma coisa. Assim, identidade, no âmbito da mesmidade, significa unicidade, sendo o contrário pluralidade; significa a identidade qualitativa, semelhança extrema, que tem o diferente como contrário; trata-se de uma identidade como continuidade ininterrupta, uma permanência no tempo, ainda que com variações. Na definição de identidade como ipseidade a noção de permanência no tempo também está implicada, porém, sem a submissão ao esquema de categoria de uma substância imutável, ou seja, não implica uma fixação permanentemente, mas permeia multifacetadas relações entre permanência e mudanças ao longo do tempo (RICOEUR, 1991). Retomando a oposição do estudo anterior, a ipseidade condiz a permanência no tempo relativa à resposta da pergunta “quem sou?”. Ricoeur articula duas noções descritivas ao problema identitário de permanência: o caráter e a palavra cumprida. Em ambos, o sujeito reconhece uma permanência de si mesmo.

Minha hipótese é que a polaridade desses dois modelos de permanência da pessoa resulta de fato de a permanência do caráter expressar a sobreposição quase completa da problemática do *idem* e a da *ipse*, ao passo que a fidelidade a si mesmo no cumprimento da palavra dada marca o afastamento extremo entre a permanência do si e a do mesmo, comprovando plenamente, portanto, a irreducibilidade recíproca das duas problemáticas. Apresso-me a completar minha hipótese: a polaridade que vou perscrutar sugere a uma intervenção da identidade narrativa na constituição conceitual da identidade pessoal, ao modo de uma medianidade específica entre o polo do caráter, em que o *idem* e o *ipse*

tende a coincidir, e o polo da manutenção de si mesmo, que a identidade de desvencilha da mesmidade. (SO, p. 118)

O que é entendido por caráter? No pensamento ricoeuriano, o sentido do termo caráter engloba o conjunto de marcas distintivas que admitem reidentificar um indivíduo humano como sendo o mesmo. A noção de caráter integra a identidade numérica e qualitativa, a continuidade ininterrupta e a permanência no tempo. Contudo, ao mesmo tempo que o caráter designa as características da mesmidade, por outro lado não comporta a ideia de imutabilidade, ou seja, o caráter não é imutável. Ao contrário, o caráter é formado ao longo dos anos através de uma sedimentação dos hábitos. É justamente essa sedimentação que confere ao caráter um tipo de permanência no tempo e, dessa forma, sobrepõe o *idem* ao *ipse*. “Mas essa sobreposição não abole a diferença das problemáticas: mesmo como segunda natureza, meu caráter sou eu, eu mesmo, *ipse*; mas esse *ipse* se anuncia como *idem*” (SO, p. 121). De todo modo, não se pode pensar até o fim a identidade *idem* do indivíduo sem o *ipse*.

O segundo modelo de permanência no tempo citado por Ricoeur é o da palavra cumprida na fidelidade à palavra dada, a promessa. A palavra empenhada expressa uma permanência do si oposta à do caráter, na medida que se inscreve unicamente na dimensão do “quem” da pergunta sobre a identidade do indivíduo. Para Ricoeur, uma coisa é a persistência, continuação do caráter, outra é a perseverança e constância da fidelidade à palavra dada. O cumprimento da promessa constitui-se como um desafio ao tempo, uma negação de mudança, pois ainda que o desejo, a opinião ou inclinação do indivíduo mude, ainda assim é mantida a fidelidade à palavra, logo, sua ipseidade. É a justificativa propriamente ética da promessa que faz sentido o cumprimento da palavra dada, como resposta à confiança que o outro tem a fidelidade do sujeito. Essa implicação ética, segundo Ricoeur, desprende suas próprias implicações temporais, quer seja uma modalidade de permanência do tempo distinto do caráter. Precisamente nesse ponto, ipseidade e mesmidade não se coincidem. Não obstante, essa distinção entre o caráter e a manutenção do si pela promessa abre um intervalo de sentido que precisa ser preenchido, em termos temporais, pela noção da identidade narrativa. A identidade narrativa, adiantamos, oscila entre dois limites: “[...] um limite inferior, em que a permanência no tempo expressa a confusão entre *idem* e *ipse*, e um limite superior, em que o *ipse* propõe a questão de sua identidade sem o socorro e apoio do *idem*” (SO, p. 126).

O desenvolvimento da noção de personagem tem uma influência central na elaboração da identidade narrativa: “a identidade, entendida narrativamente, pode ser chamada, por convenção, identidade da personagem. É essa identidade que situaremos adiante no campo da dialética entre o mesmo e o si” (SO, p. 146). Para o filósofo francês, a identidade pessoal

procede da unidade da personagem em uma narrativa. A narrativa constrói a identidade da personagem, ao mesmo tempo que a personagem constrói a identidade da história narrada, há uma correlação entre identidade e ação. Com isso, a identidade narrativa da personagem é correlativa à concordância discordante da própria história. A dialética da personagem se inscreve entre os dois polos de permanência do si – por um lado a mesmidade de um caráter, por outro a ipseidade da manutenção de si – para fazer mediação entre eles.⁵⁷ “Ao narrativizar a visada da verdadeira vida, ele lhe dá as características reconhecíveis de personagens amadas ou respeitadas. A identidade narrativa mantém unidas as duas pontas da cadeia: a permanência do caráter no tempo e a permanência da manutenção de si” (SO, p. 178).

Ademais, na leitura ricoeuriana a identidade narrativa não exerce a função puramente descritiva, mas também uma dimensão ética, ou seja, é provida de uma dimensão normativa e valorativa. O narrador, ainda que implicitamente, estabelece uma visão de si e do mundo convincente, que não é eticamente neutra, à medida que são forjados juízos morais sobre as ações encadeadas na intriga. O leitor, por sua vez, está propenso à correção ética: “[...] na troca de experiências que a narrativa realiza, as ações deixam de ser aprovadas ou desaprovadas, e os agentes, de ser louvados ou censurados” (SO, p. 175). Para Ricoeur, nem mesmo a narrativa historiográfica, que ambiciona uma certa neutralidade, nunca atinge o grau zero da estimativa e manifesta seus desdobramentos éticos. Ainda que o historiador não demonstre explicitamente a sua preferência pelos valores de uma época qualquer, no encadeamento dos acontecimentos, ele imputa responsabilidade às ações dos personagens, reconstrói quem fez o que, porque e como, ou seja, atribui responsabilidade às ações sob determinadas circunstâncias. O historiador revive maneiras de valoração que continuam pertencendo à nossa humanidade. De modo geral, a narrativa, ao configurar as perspectivas sobre o mundo e a relações de vida, constitui um ponto de partida para a avaliação das próprias ações narradas. Graças ao processo de refiguração, o leitor tem a possibilidade de compreender melhor a si mesmo, e nesse processo, reflete-se a constituição de sua identidade narrativa. A narrativa, nesse sentido, é uma forma privilegiada da constituição da identidade do indivíduo.

⁵⁷ A função mediadora da identidade narrativa da personagem é evidenciada pelas variações imaginativas as quais a narrativa submete a identidade. Essa hipótese pode ser constatada nas experiências intelectuais construídas no vasto campo na literatura, nas quais passam pela prova da narrativa os recursos de variações da identidade narrativa. “O benefício dessas experiências intelectuais é tornar manifesta a diferença entre as duas significações da experiência no tempo, fazendo variar a relação entre uma e outra. Na experiência cotidiana, como se disse, elas tendem a sobrepor-se e confundir-se [...]. Na ficção literária, é imenso o espaço aberto para as relações entre as duas modalidades de identidade” (SO, p. 155-156).

Com o conceito de identidade narrativa, concluímos nosso percurso na obra *Tempo e narrativa*. Não obstante, antes de avançarmos na obra posterior, gostaríamos de fazer algumas considerações. A trilogia *Tempo e narrativa* constitui uma vasta reflexão em aproximadamente mil páginas. O tema filosófico, como o próprio título sugere, é o tempo, e a tese geral, a “existência de uma ligação significativa entre a função narrativa e a experiência humana do tempo” (AI, p. 112). Em virtude de sua tese principal, Ricoeur dedica um exame detalhado à narrativa histórica e à narrativa ficcional, no esforço de responder como as distintas narrativas articulam o tempo, a experiência humana. Assim, ainda que a questão central seja a teorização de uma poética da narrativa, Ricoeur aborda questões epistemológicas pertinentes da historiografia. Nossa análise, nesse sentido, foi pautada em um trabalho de seleção conceitual pelo viés narrativa histórica, que se reflete necessariamente na concepção de história.

Na leitura ricoeuriana, a história é narrativa, mas nem por isso se confunde à literatura fictícia. Ambas dão sentido à experiência temporal e, em contexto amplo, se entrecruzam, mas não há identificação total, em virtude das singularidades da história e da ficção em direção a expectativa do leitor, cuja experiência temporal ele refigura. Assim, Ricoeur resgata, pelo viés da intencionalidade histórica, uma nova província ao império da narrativa histórica, sem transpor ou confundir a historiografia com outros gêneros literários. No ofício do historiador há uma promessa de fidelidade ao passado e um pacto tácito com o leitor: o leitor espera ler uma narrativa verdadeira. Por isso, a noção de representância não é simplesmente um mero jogo de linguagem, como aponta Fernando Nicolazzi (2004, p. 57): “[...] este oximoro remete à distinção fundamental entre uma imagem presente de um ausente irreal (literatura) de uma imagem presente de um ausente anterior (história)”. A representância pretende dar conta tanto da potência representativa quanto da pulsão referencial do conhecimento histórico capaz de credenciar a pretensão de verdade da história. Ricoeur não explicita em *Tempo e narrativa*, a não ser sob o viés da redescrição metafórica, como a historiografia garante essa aspiração a verdade. Nesse sentido, retomaremos no próximo capítulo a discussão epistemológica e ontológica pelo viés da representação do passado, agora tendo como ponto de reflexão a obra *A memória, a história, o esquecimento*.

CAPÍTULO III: A REPRESENTAÇÃO DO PASSADO ENTRE FIDELIDADE DA MEMÓRIA E A VERDADE NA HISTÓRIA

A memória, a história, o esquecimento é considerada uma obra de integração e de acabamento do pensamento ricoeuriano (GAGNEBIN, 2011). O extenso volume publicado por Ricoeur, no auge de seus oitenta e sete anos, mobiliza um pertinente aprofundamento em direção à epistemologia da história, além de ser uma referência no que tange a fenomenologia da memória. A obra é dividida em três partes estrategicamente delimitadas pelo tema e pelo método. A primeira parte é destinada ao estudo da memória e dos fenômenos mnemônicos, sob o viés da fenomenologia; a segunda é dedicada à história, mais precisamente consagra-se a uma epistemologia da ciência histórica; a terceira culmina no que o autor designa como uma hermenêutica da condição histórica. Interessante notar que cada uma dessas três partes é precedida por uma “nota de orientação”, um esforço para situar o leitor ao ponto central de investigação, e cada parte principal é contemplada com um prelúdio, ou seja, um curto esboço das inquietações suscitadas pela problemática em questão.

Ao que pese a heterogeneidade de temáticas, há uma problemática comum que percorre a obra, a saber, a representação do passado. A noção de representação do passado atravessa a obra em contextos e acepções diferentes, mas que se integram. Inicia-se pelo enigma da memória, em alusão à problemática grega da imagem (*eikon*), que é o enigma de uma imagem que se mostra como presença de uma coisa ausente, marcada pelo selo da anterioridade. Essa problemática percorre a história em três dimensões, primeiramente atravessa a epistemologia do testemunho, depois as representações sociais como referente privilegiado da explicação/compreensão e, por último, se desdobra no plano da representação escriturária dos acontecimentos, conjunturas e estruturas do passado histórico. “O enigma da *eikon* não para de se reforçar capítulo em capítulo. Transferido da esfera da memória para a da história, ele alcança seu apogeu com a hermenêutica da condição histórica [...]” (MHE, p. 18). Nossa intenção é percorrer esse itinerário, contudo, em vista da extensão da obra e da delimitação temática da nossa pesquisa, centraremos nossa atenção especialmente na segunda parte, à qual o filósofo demarca reflexões precisas sobre a história como produção de conhecimento. É justamente nas páginas dedicadas a epistemologia da história, em especial ao conceito de representação, que Ricoeur retoma o conceito de representância em relação à pretensão de verdade da história. Nesse sentido, o presente capítulo perfaz uma das partes centrais da nossa pesquisa. Seguiremos, pois, o fio da problemática através da fenomenologia da memória à epistemologia da história.

3.1 A representação mnemônica sob o viés do enigma da imagem

O problema da representação do passado não começa com a história, mas com a memória. A história é, pois, herdeira de um enigma que surge de uma forma anterior ao nível da memória (RICOEUR, 2000). Por isso, antes de adentrarmos ao problema da representação no campo historiográfico, é pertinente compreendermos a sua derivação evidenciada na análise fenomenológica da memória proposta por Ricoeur.

A fenomenologia da memória ricoeuriana estrutura-se inicialmente em uma investigação dos recursos cognitivos, privilegiando a pergunta: do que se faz a lembrança? A noção frequentemente associada à memória deriva da ideia que a lembrança se apresenta em forma de uma imagem, o que entrelaça a lembrança ao terreno da imaginação, pois ambas apelam a mesma espécie de imagem como presentificação do ausente. Logo, o primeiro passo é evidenciar a separação entre memória e imaginação, haja vista que estas se diferem por sua intencionalidade: a imaginação é ligada à noção de fantasia, de ficção, de irrealidade, o possível; a memória é voltada para a realidade anterior, a anterioridade que constitui a marca temporal da coisa lembrada. Para Ricoeur, é na contramão da tradição de desvalorização da memória, em meio a uma crítica da imaginação, que se deve proceder a dissociação entre imaginação e memória.

Nesse empreendimento fenomenológico, o filósofo francês retorna a herança grega em Platão e Aristóteles em torno da problemática do enigma da *eikon*. O termo *eikon*, ícone ou imagem, fenômeno de presença de uma coisa ausente, pode ser encontrado nos escritos platônicos, especificamente no *Teeteto* e no *Sofista*. É válido ressaltar que a concepção de memória não é o núcleo de investigação desses diálogos. O interesse ricoeuriano incide sobre o estatuto da rememoração, entendida como um reconhecimento de impressão comparável a um sinete na cera. Em linhas gerais, no diálogo *Teeteto*, Platão trata da rememoração em alusão à metáfora de um pedaço de cera (a alma) na qual viriam a inscrever-se impressões exteriores, de força variável, que deixariam vestígios, marcas, rastros, ou seja, lembranças. As lembranças não seriam iguais, algumas mais nítidas e outras mais embaçadas, pois dependem tanto da qualidade de cera, quanto da intensidade da impressão⁵⁸ (GAGNEBIN, 2011).

A metáfora da impressão do sinete de cera é estendida às artes gráficas, explicitando propriamente uma reflexão sobre a confiabilidade das imagens. Ao argumentar sobre a técnica

⁵⁸ Cito Platão: “[...] nossas almas contêm em si um bloco maleável de cera: maior em alguns, menor em outros, de uma cera mais pura para uns, mais impuras para os outros, e bastante dura, mas mais úmida para alguns, havendo aqueles para quem ela está no meio-termo” (Idem, p. 28).

mimética, imitação-cópia, a existência de uma cópia fiel (*eikon*) se entrelaça com a de um simulacro (*phantasma*). A fidelidade da imagem à ideia original repousa sobre um selo de incerteza, assim, a mesma desconfiança que se dirige às imagens sensíveis, se dirige às imagens mnêmicas, ambas passíveis de ilusão e erro. As lembranças são ainda mais duvidosas [...] “porque não provêm de uma impressão exterior (que pode ser também uma ilusão) produzida por um objeto presente, mas sim de uma impressão interior, vestígio deixado por algo que não é mais presente, mas ausente” (GAGNEBIN, 2011, p. 158). Assim, a ligação entre *eikon* e impressão é apresentada como mais primitiva do que a relação de semelhança a qual se opera a arte mimética, “[...] há mimética verídica ou mentirosa porque há, entre *eikon* e a impressão, uma dialética de acomodação, harmonização, de ajustamento que pode ser bem-sucedida ou fracassar” (MHE, p. 32).

Não obstante, a concepção de memória, inserida na problemática da teoria da imagem, sofreu uma transformação importante em Aristóteles, no tratado *Peri mnèmnes kai anamnèseôs* [traduzido geralmente por “Da memória e Reminiscência”, que integra o livro *Parva Naturalia*. Aristóteles inseriu uma perspectiva que Platão ignorou, ao considerar a *eikon* apenas como um fenômeno de presença de uma coisa ausente, a saber, a marca temporal da anterioridade. A concepção aristotélica “a memória é do passado” tornar-se-á estrela guia que acompanhará as reflexões ricoeurianas sobre a memória. “É a função temporalizante da memória aquilo que ele pensa e aquilo que ele lê em Aristóteles, e que pretende preservar na sua análise fenomenológica: é justamente a memória como atestação da duração, da continuidade, da existência” (JERVOLINO, 2011, p. 86). Ao introduzir o indício temporal na ideia de memória, Aristóteles distingue a memória de qualquer outro tipo de imagem, pois diferentemente da imaginação, a marca da anterioridade está ligada à imagem da coisa evocada. Em relação à herança platônica, Aristóteles caracteriza a memória como uma afecção (*pathos*) que a distingue da recordação. A afecção produzida graças à sensação na alma é considerada uma espécie de pintura, na qual dizemos que é a memória. Um novo vocábulo é inserido à problemática da *eikon*, por assim dizer, da impressão (*tupus*), ligadas à metáfora do sinete: a categoria de alteridade, a associação da noção de inscrição a de impressão. A inscrição vem a ser uma variante na metáfora da impressão. Há um encontro entre estimulação externa, no caso a produção da afecção (inscrição) e semelhança interna, significação icônica (impressão) na problemática da memória.

[...] a metáfora da impressão, de que a da inscrição pretende ser uma variante, recorre ao “movimento” do qual resulta a impressão; esse movimento remete, por sua vez, a uma causa exterior (alguém, alguma coisa cunhou a impressão),

ao passo que a dupla leitura da pintura, da inscrição, implica um desdobramento interno à imagem mental, diríamos hoje uma intencionalidade dupla. (MHE, p. 37)

A diferenciação entre *mneme* e *anamnesis* acentua a noção de alteridade da memória. “A distinção entre *mneme* e *anamnesis* apoia-se em duas características: de um lado a simples lembrança sobrevém à maneira de uma afecção, enquanto a recordação consiste numa busca ativa” (MHE, p. 37). Nesse sentido, a *mneme* designa a impressão passiva, a imagem lembrada muitas vezes involuntária, numa carga de passado, ou seja, memória como registro; a *anamnesis* explicita um esforço de rememoração, quase como uma ação ou atividade de recordação de algo acontecido no passado. Essa dupla caracterização da memória, registro e trabalho de rememoração, trará em seu bojo uma nuance de desdobramentos que jaz os riscos de abusos de uma memória instrumentalizada.⁵⁹ Ainda que o registro temporal assegure a sua distinção entre a imaginação e a memória, a imagem mnemônica mantém o enigma da marca da presença do ausente, a imagem é ela mesma e a representação de outra coisa. Tomemos o exemplo de Aristóteles em relação à figura pintada de um animal: “pode se fazer uma dupla leitura desse quadro: considerá-lo quer em si mesmo, como simples desenho pintado num suporte, quer como uma *eikon*” (MHE, p. 36). Nisso, permanece a aporia de quão fiel é essa imagem em relação ao que representa, ou seja, persiste o impasse herdado de Platão entre imagem-lembrança e a impressão original, e a margem de erro ligado à concepção de *eikon* centrada na semelhança.

[...] ao considerar incontestemente o elo entre *eikon* e *tupus*, ele [Aristóteles] acrescenta as dificuldades próprias da noção de impressão às da imagem-cópia. De fato, o que é feito da relação entre a causa exterior – o “movimento” – que gera a impressão e a afecção inicial visada por sua lembrança e dentro dela? É verdade que Aristóteles imprimiu um grande avanço à discussão ao introduzir a categoria de alteridade no próprio cerne da relação entre *eikon*, reinterpretada como inscrição, e afecção inicial. Com isso, ele começou a fazer

⁵⁹ Nosso estudo concentra-se na análise da representação mnemônica, por uma questão de delimitação conceitual da pesquisa, contudo, a abordagem ricoeuriana sobre a memória não se restringe à problemática grega da *eikon*, ao contrário, desdobra-se também em uma abordagem pragmática, uma análise sobre o exercício de memória, haja vista que a memória também se traduz em prática. Lembre-se, não é somente receber uma imagem do passado, mas também buscá-la, exercitá-la. “O exercício da memória é seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso. Entre uso e abuso insinua-se o espectro da ‘mimética incorreta’. É pelo viés do abuso que o alvo veritativo da memória está maciçamente ameaçado” (MHE, p. 72). A respeito dos abusos da memória Ricoeur distingue três categorias: memória impedida, memória manipulada e memória comandada de modo abusivo. Em termos bem gerais, a memória impedida esbarra na resistência de lesões e traumas. É uma memória que se repete e se reelabora como uma atividade de luto. A perda não foi internalizada definitivamente. A memória manipulada surge da intersecção entre o problema de memória e o da identidade coletiva e individual. Ela é modelada e distorcida por ideologias, por comemorações, por lembranças forçadas. Quanto à memória obrigada é uma memória instrumentalizada, na qual a obrigação é feita para lembrar disso ou daquilo (BÉDARIDA, 2001). A memória é edificada como uma obrigação, um dever de memória imposto pela esfera ético-política. “A questão de *A memória, a história, o esquecimento* pode, portanto, ser descrita como sendo ao mesmo tempo uma tomada de posição firme para com uma política da justa memória e uma reabilitação, de origem fenomenológica, da primazia da memória contra sua redução a um sentimento subjetivo, até privado de interesse epistemológico” (GAGNEBIN, 2020, p. 202).

oscilar o conceito, por outro lado não contestado, de semelhança. Mas os paradoxos da impressão não deixarão de ressurgir mais tarde, principalmente com a questão das causas materiais da perseverança da lembrança, anterior à sua recordação. (MHE, p. 39)

Aristóteles absorve a herança platônica da *eikon* e *tupus* e converte essa aporia em categorias para explicar o próprio funcionamento da memória, enriquecida com a condição temporal inerente e a distinção entre *mneme* e *anamnesis*⁶⁰. No artigo *La marque du passé* [A marca do passado], publicado um pouco antes do livro, Ricoeur enfatiza claramente os impasses, ou melhor, os enigmas da articulação da memória à teoria da imagem. Na leitura do filósofo, o enigma se dá em dois graus, duas etapas: inicialmente sobre a metáfora da marca, da impressão por um sinete sobre a cera, em seguida, na relação de similitude entre a evocação presente e a marca da cavidade. O enigma aparece inicialmente pela própria origem da impressão, a marca é presente enquanto deixada, mas quem deixou? Por quê? Como? Por trás da marca do sinete há o enigma do ato da impressão. Aristóteles propõe resolver essa aporia deslocando a metáfora do sinete e sua impressão ao plano gráfico. Contudo, na concepção ricoeuriana esse deslocamento não constitui uma solução propriamente dita, mas um desnudamento do enigma que remete à dupla significação tanto do quadro quanto da impressão como presença e como reenvio ao ausente. Nisso, acrescenta-se a aporia da inscrição o enigma da relação de semelhança entre o quadro e o original, a inscrição e a imagem. Em relação a quê reconhecemos que uma imagem é verídica? “Todo enigma da lembrança está aqui resumido sob seu duplo aspecto: para que a marca seja signo de outra coisa, é preciso que ela aponte de alguma maneira a causa que a produziu” (RICOEUR, 2012a, p. 333). Em poucas palavras, o enigma se resume na indeterminação da relação de remissão da imagem ao original, ou melhor, na interrogação se a lembrança não seria uma imagem análoga de um acontecimento do qual se guarda uma impressão.

A memória, ao mesmo tempo que recorda, re(a)presenta algo que aconteceu anteriormente. Nesse ponto, o enigma se entrelaça com a historiografia, na sua relação com o passado. A problemática moderna da representação na história de alguma forma reanima essa

⁶⁰ A teoria aristotélica até certo ponto é retomada pelo filósofo moderno Henri Bergson, à medida que ele distingue a memória por evocação e busca, esta última, em recordação laboriosa e recordação instantânea. Entende-se por evocação o aparecimento atual de uma lembrança, precisamente o que Aristóteles designava por *mneme*. Trata-se de uma memória afecção: ocorre quando temos uma lembrança disto ou daquilo, nesta ou naquela ocasião; a memória como busca é derivada da denominação grega *anamnesis*, ou seja, o que chamamos na experiência cotidiana como recordação. Buscamos o que temos esquecido com base na experiência ordinária da recordação, contudo, quem busca não encontra necessariamente a recordação almejada. O esforço de recordação pode ter sucesso ou fracassar. “O esforço de recordação consiste em converter uma representação esquemática cujos elementos se interpenetram numa representação em imagem cujas partes se justapõem” (BERGSON, apud MHE, p. 47).

aporia da *eikon*: representar é apresentar de novo? É a mesma coisa ainda outra vez ou outra coisa? Uma reconstrução? Como distinguir a reconstrução de uma construção fantasiosa? Como a posição de real passado, de passado real, é preservada na reconstrução? (RICOEUR, 2012a). O conhecimento histórico reproduz o enigma da *eikon* pela noção de rastro, ou seja, a metáfora se desloca da marca do sinete sobre a cera para a passagem, os rastros deixados. O rastro deixado não é também uma marca oferecida para a decifração?

Assim como é preciso saber, por um saber anterior e exterior, que alguém marcou a cera com seu sinete, é necessário saber que um animal passou por aqui e, além disso, distinguir o rastro de um javali do de um cervo. O enigma da marca se repete, assim, no enigma do rastro; é preciso um saber teórico prévio sobre os costumes de quem deixou um rastro e um saber prático sobre a arte da decifração do rastro que funciona como efeito-signo da passagem que o deixou. (RICOEUR, 2012a, p. 334)

A historiografia acrescenta um elemento novo à problemática do rastro que, embora não resolva o enigma por completo, torna-o tolerável. Esse elemento é o testemunho, fundamento de transição entre memória e história. O testemunho introduz uma dimensão de uso linguístico ausente na metáfora da marca: o relato de atestação. Segundo Ricoeur (MHE), a memória é o único recurso para significar o caráter passado do que chamamos lembrar, não temos outro recurso a respeito da referência do passado senão a memória, logo, não há nada melhor que o testemunho para assegurar-nos de que algo aconteceu. A memória declarativa da testemunha é, assim, uma peça chave no processo historiográfico. Retomaremos essa discussão no decorrer do capítulo. Ademais, comecemos abordando a fase documental, que engloba a memória arquivada, e marca a entrada da discussão epistemológica sobre a história.

3.2 O documento e o testemunho como prova: a entrada da história científica

A fase documental da operação historiográfica⁶¹ constitui o eixo inicial em direção à autonomia do conhecimento histórico com relação ao fenômeno mnemônico. A discussão da fase documental é disposta no primeiro capítulo da segunda parte em cinco tópicos centrais: I)

⁶¹ Ricoeur toma de empréstimo de Michel de Certeau a expressão “operação historiográfica” para definir o campo percorrido pela análise historiográfica. O filósofo adota a estrutura tripartite do ensaio de Certeau, atribuindo conteúdos diferentes a essa tripartição: 1) fase documental que integra desde a declaração das testemunhas oculares à constituição dos arquivos e à noção de prova; 02) fase explicativa/compreensiva concernente aos múltiplos usos dos “porque” em resposta à pergunta “por que? ”; 3) fase representativa integrada à escrita do discurso histórico. Ricoeur ressalta que a palavra “fase”, usada para caracterizar as três partes da operação historiográfica, não deve ser entendida como uma proposição de estágios cronologicamente distintos, mas de momentos metodológicos imbricados uns aos outros. “Toda ideia de sucessão cronológica deve ser banida do uso do termo fase operatória” (MHE, p. 146-147).

o espaço habitado, II) o tempo histórico, III) o testemunho, IV) o arquivo e V) a prova documental. Em relação ao nosso estudo, os três últimos tópicos assumem uma importância fundamental, logo centraremos nossa atenção nas colocações sobre a relação testemunho-arquivo-prova documental. O testemunho é uma peça chave do processo efetivo da operação historiográfica à medida que ele abrange todo um percurso epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos, culminando na prova documental⁶². Além disso, o testemunho é conexão direta com a representação do passado, a saber, o testemunho “[...] ressurge no fim do percurso epistemológico no nível da representação do passado por narrativas, artifícios retóricos, colocação em imagens” (MHE, p. 170).

O ato de testemunhar implica a asserção da realidade fatural do acontecimento relatado, ou seja, a descrição verbal de um acontecimento visto ou escutado, e a autenticação da declaração pela experiência do seu autor, quer seja a factualidade dos acontecimentos descritos. Nesse momento é traçada a fronteira tênue e problemática entre realidade e ficção. Com efeito, a asserção dessa realidade descrita é inseparável de seu acoplamento com a autodesignação do sujeito que testemunha: “eu estava lá”. Perante a atenção de alguém, a testemunha atesta a realidade descrita por ela, a testemunha não somente quer ser ouvida, quer ser autenticada: “acreditem em mim”. “A autenticação do testemunho só será então completa após a resposta em eco daquele que recebe o testemunho e o aceita; o testemunho, a partir deste instante, está não apenas autenticado, ele está acreditado” (MHE, p. 173). A autenticação do testemunho, contudo, não exclui a possibilidade de suspeita de um falso testemunho. Por isso, se faz necessário um confronto de testemunho como garantia da fiabilidade da realidade atestada, uma terceira pessoa é convocada para retirar o testemunho: “se não acreditam a mim, perguntem a outra pessoa”. Para Ricoeur, essa estrutura do ato de testemunhar faz do testemunho um fator de segurança, embora não garanta de forma integral a fidelidade à memória declarada.

O testemunho ultrapassa a categoria da memória declarada, como dissemos acima, ele passa pelo arquivo e finda como prova documental. O momento do arquivamento assinala a entrada da escrita da operação historiográfica. “O testemunho é originariamente oral; ele é escutado, ouvido. O arquivo é a escrita; ela é lida, consultada. Nos arquivos o historiador profissional é um leitor” (MHE, p. 176). Nesse sentido o arquivo promove a ruptura com o

⁶² O testemunho tem várias ramificações para além do arquivamento em vista da consulta dos historiadores, podendo ser empregado na vida quotidiana ou em uso judicial sancionado pela sentença de um tribunal. Ricoeur, seguindo a lógica de seu estudo, concentra-se no testemunho arquivado e sancionado pela prova documental.

ouvir-dizer do testemunho oral a partir do momento que se torna escritura e, por assim dizer, um texto.

[...] como toda escritura, um documento de arquivo está aberto a quem quer que saiba ler, ele não tem, portanto, um destinatário designado, diferentemente do testemunho oral, dirigido a um interlocutor preciso; além disso, o documento que dorme nos arquivos é não somente mudo, mas órfão; os testemunhos que encerra desligaram-se dos autores que os “puseram no mundo”; estão submetidos aos cuidados de quem tem competência para interrogá-los e assim defendê-los, prestar-lhes socorro e assistência. (MHE, p. 179)

O filósofo francês segue em direção ao arquivo apoiando-se novamente nas considerações de Marc Bloch, assim como o fez em *História e verdade*. Os capítulos *observação histórica, crítica e análise histórica* agora são destrinchados pelo filósofo para pensar o testemunho na construção do fato histórico, ou seja, o testemunho na qualidade de rastro do passado arquivado no presente. Pensando a observação histórica, a concepção de rastro para o conhecimento histórico é correlata à concepção de observação direta nas ciências naturais, isso porque o rastro mediatiza acessar seu objeto de estudo: os homens no tempo. O rastro engloba tanto o testemunho escrito que pode ser encontrado nos documentos dos arquivos, assim como não escritos, vestígios do passado encontrados, com auxílio da arqueologia, como ferramentas, moedas, cacos, imagens pintadas, etc. Esses testemunhos podem ser qualificados como voluntários, dedicados às próximas gerações, involuntários, solicitados a contragosto pela inquisição do historiador, sendo que os documentos de arquivos provêm em sua grande maioria desse tipo de testemunho. A relação da história com os testemunhos escritos e não escritos é pautada pela crítica. A crítica, como aponta Ricoeur, especifica a história como ciência. “Sua estratégia principal consiste em examinar as fontes a fim de distinguir o verdadeiro do falso, e, para tanto, em ‘fazer falar’ testemunhas das quais se sabe que podem enganar-se ou mentir, para não confundi-las, mas ‘para compreendê-las’” (MHE, p. 183). Desse modo, conceito de verdade em história passa inicialmente pela tipologia dos testemunhos e a comprovação dos acontecimentos alegados. Ricoeur evoca, além de Marc Bloch, o historiador Carlo Ginzburg, em especial, às suas contribuições referentes ao “paradigma indiciário”.⁶³ O filósofo francês visa atualizar, a partir de Ginzburg, a concepção

⁶³ Ginzburg sistematizou a genealogia do que ele denomina “paradigma indiciário” no ensaio intitulado *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. O paradigma indiciário integra um conjunto de princípios e métodos atribuídos ao detalhamento heurístico, aos dados negligenciáveis tomados enquanto pistas, indícios, sinais. Para o historiador italiano, o paradigma indiciário emergiu nas ciências humanas no século XIX, contudo o método indiciário remonta as origens da própria humanidade, encontrado nos primeiros grupos humanos em técnicas utilizadas pelos caçadores. Trata-se de um método milenar fundamentado na investigação de “pistas”, “sinais”, ou “indícios” capazes de revelar a realidade não diretamente experimentáveis pelo observador. O paradigma cujo fundamento

de vestígio, apontada rapidamente por Bloch a propósito da arqueologia e destinada à noção de testemunho não escrito. A intenção ricoeuriana é evidenciar como os vestígios e/ou os indícios desempenham um papel notável na corroboração dos testemunhos. O paradigma indiciário engloba a possibilidade de remontar toda uma realidade complexa, não experimentável diretamente, a partir de dados aparentemente negligenciáveis como sinais, pistas e indícios. Minúsculas particularidades paleográficas empregadas como pistas, por exemplo, permitem reconstruir trocas e transformações culturais. Para Ginzburg, o conhecimento histórico é essencialmente indireto, conjectural, indiciário. “Se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-las” (GINZBURG, 1989, p. 177). O que dizer, pois, da relação do indício com o testemunho? Primeiramente o filósofo francês faz questão de acentuar que não há necessidade de escolher entre as duas análises, mas pensá-las em colaboração uma da outra para ampliação da noção de rastro, cito-o:

O indício é referenciado e decifrado; o testemunho é dado e criticado. Certamente, é a mesma sagacidade que preside às duas séries de operações. Mas seus pontos de aplicação são distintos. A semiologia indiciária exerce seu papel de complemento, de controle, de corroboração em relação ao testemunho oral ou escrito, na medida mesma em que os signos que ela decifra não são de ordem verbal: impressões digitais, arquivos fotográficos e, hoje em dia, exames de DNA – essa assinatura biológica do ser vivo – “testemunham” seu mutismo. (MHE, p. 185)

A contribuição do paradigma indiciário de Ginzburg consiste na abertura de uma dialética do indício e do testemunho no cerne da noção rastro, enriquecendo assim o conceito de documento histórico. Nessa lógica, a noção de rastro pode ser entendida como raiz comum ao testemunho e ao indício: “um animal passou por ali e deixou seu rastro”. O rastro é um indício. Contudo, o indício pode ser figurado como uma escrita, considerando que a analogia da impressão abrange à evocação da marca da letra, ademais, a escrita em si é uma determinada grafia e, por assim dizer, um tipo de indício. Paralelamente, nesse jogo de analogias o indício também pode ser entendido à maneira de Marc Bloch, um testemunho não escrito, desde que essa relação de troca entre testemunho e indício não dissolva as respectivas diferenças de utilização. Assim, nessa operação de trocas e diferenças, quem ganha é a noção de documento

se baseia nos indícios, progrediu nos domínios mais variados do conhecimento, adquirindo várias terminologias conforme o contexto: venatório, divinatório, indiciário ou semiótico. Nas palavras de Ginzburg “[...] trata-se de adjetivos não-sinônimos, que, no entanto, remetem a um modelo epistemológico comum, articulado em disciplinas diferentes, muitas vezes ligadas entre si pelo empréstimo de termos-chave” (1989, p. 170). Na leitura de Paul Ricoeur, o que permite a singularidade do paradigma são características como “a singularidade da coisa decifrada – caráter indireto da decifração – seu caráter conjectural” (MHE, p. 185).

– soma dos indícios e dos testemunhos⁶⁴ – cuja amplitude final aproxima-se da amplitude inicial do rastro.

O último tópico da primeira fase da operação historiográfica, a prova documental, requer uma atenção a mais em nosso trabalho, isso porque ela sinaliza, na perspectiva ricoeuriana, a porção de verdade histórica acessível nessa etapa da operação historiográfica. Para François Dosse (2017a), a insistência de Paul Ricoeur sobre a questão da prova sobre a operação historiográfica aporta, no plano epistemológico, um apoio da maior importância aos historiadores de profissão no confronto destes com as teses negacionistas. Ora, o que é provar a partir de um documento ou um conjunto de documentos? O que é assim provado? Cito Ricoeur, “a resposta à primeira pergunta está amarrada ao ponto de articulação da fase documental com a fase explicativa e compreensiva, e além desta, com a fase literária da representação” (MHE, p. 188). O filósofo francês sustenta a ideia comumente aceita que o papel de prova do conhecimento histórico só pode ser imposto aos documentos consultados, porque o historiador recorre aos arquivos com perguntas à procura de respostas. As noções de questionamento e questionário estão atreladas paralelamente à noção de prova documental, nesse sentido, não há fato histórico e, conseqüentemente prova histórica, sem perguntas, sem hipóteses a serem comprovadas (ou negadas) pelo aparato documental. Destarte, rastro, documento e pergunta constituem a base do conhecimento histórico. É válido ressaltar novamente que a noção de documento é ampla, engloba vestígios e testemunhos; documento é aquilo que, de alguma maneira, pode ser questionado pelo historiador na intenção de encontrar alguma informação sobre o passado.

O que é assim provado nesse estágio da operação historiográfica? Ricoeur é preciso: “um fato, fatos suscetíveis de serem afirmados em proposições singulares, discretas, que geralmente mencionam datas, lugares, nomes próprios, verbos de ação ou de estado (MHE, p. 189). A primeira coisa que deve ser esclarecida nessa afirmação, segundo Ricoeur, é a confusão entre fatos e acontecimentos. O que o historiador chama de fato não é necessariamente aquilo que realmente aconteceu, fato é uma construção do historiador com base nas informações

⁶⁴ Ricoeur encerra suas análises sobre o testemunho adiantando uma problemática contemporânea que nos atentaremos no final do capítulo: a crise do testemunho após Auschwitz. Trata-se essencialmente de testemunhos de experiências extremas das vítimas que se salvaram do Holocausto, cujo arquivamento envolve uma série de questionamentos. Para Ricoeur, essas experiências colocam em suspeita a própria capacidade de recepção de ouvintes educados para uma compreensão compartilhada. Isso porque a descrição dos acontecimentos a serem transmitidos por essas vítimas é de uma inumanidade sem comparação com a experiência comum. Como exprimir o inexprimível? A experiência de quase-morte? E em relação ao historiador, como representar o horror? A inumanidade? “Para ser recebido, um testemunho deve ser apropriado, quer dizer, despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra. Essa condição drástica não é satisfeita no caso dos testemunhos que se salvaram” (MHE, p. 187).

expressas no documento. Corroborando à reflexão do filósofo, cito Pellauer (2009, p. 156): “[...] o fato histórico não é o acontecimento passado, mas um meio de representá-lo, razão pela qual podemos questionar a verdade de qualquer fato histórico”. Nisso, se o fato não é o acontecimento em si, logo o correto a escrever seria “o fato de que isto ou aquilo aconteceu”.

Assim compreendido, pode-se dizer do fato que ele é construído pelo procedimento que o extrai de uma série de documentos dos quais se pode dizer que, em troca, o estabelecem. Essa reciprocidade entre construção (pelo procedimento documental complexo) e o estabelecimento do fato (com base no documento) exprime o estatuto epistemológico específico do fato histórico. É esse caráter proposicional do fato histórico (no sentido de fato de que) que rege a modalidade de verdade ou de falsidade ligada ao fato. Nesse nível os termos verdadeiro/falso podem ser tomados de maneira legítima no sentido popperiano do refutável e verificável. É verdadeiro ou é falso que em Auschwitz fora utilizadas câmaras de gás para matar tantos judeus, poloneses, ciganos. É nesse nível que se decide a refutação do negacionismo. (MHE, p. 190)

Não obstante, se nesse nível da operação historiográfica é possível articular a noção de verdade ao sentido popperiano de verificação, ao nível da explicação e representação essa concepção veritativa tornar-se-á cada vez mais complexa. Ademais, Ricoeur reforça sua defesa ao estatuto do acontecimento como referente último do discurso histórico, enquanto categoria primeira da memória arquivada. É justamente para preservar esse estatuto que ele distingue fato e acontecimento, como vimos, “a coisa dita” em contrapartida do acontecimento enquanto “a coisa de que se fala”. “O mundo, em história, é a vida dos homens do passado tal como ela foi. É disso que se trata. E a primeira coisa que se diz disso, é o que aconteceu. Tal como dizemos? Eis toda a questão” (MHE, p. 190). Esse questionamento movimentava nossa investigação sobre a história em Ricoeur: a operação historiográfica é capaz de credenciar a pretensão de verdade da história? Ricoeur responde claramente essa questão?

3.3 A delimitação explicativa/compreensiva: representação como objeto na história

Paul Ricoeur delimita a segunda fase da operação historiográfica em termos familiares entre seus leitores, a saber, a explicação/compreensão. Nessa altura de sua obra, o filósofo considera superado o debate suscitado no início do século XX, que vislumbra a explicação antagônica à compreensão. Nessa nova incursão no terreno explicativo da história, a explicação/compreensão projeta uma autonomia da história em relação à memória. Ressaltamos que a noção de explicação/compreensão até certo ponto já estava sobreposta na primeira fase,

na prova documental, a partir do momento que o historiador vai aos arquivos munido de perguntas, hipóteses e, conseqüentemente, com um projeto de explicação. Se bem retomarmos, Ricoeur não projeta a ideia que o historiador trabalha em estágios separados, a divisão entre as fases é muito mais didática, em prol de entender “o que faz o historiador quando se faz história”, antemão, as fases da operação historiográfica estão interligadas umas às outras. A primeira pergunta que se deve fazer, portanto, é o que esse estágio epistemológico traz de novo em relação à problemática da prova documental? Na concepção ricoeuriana, o que é acrescentado de novo em relação ao tratamento documental são as várias formas de encadeamento dos fatos documentados. Explicar, como vimos, é responder à pergunta “por que” por meio de variadas estratégias de utilização do “porque”.

Ainda que os historiadores utilizem vários esquemas explicativos é tanto necessário manter a operação historiográfica em consonância com os procedimentos explicativos comuns a todas as disciplinas científicas, submetidas a testes de verificação e prova. Dessa forma, prova documental, modelização explicativa e recorte apropriado de seus objetos de referências são pilares para a afirmação da história como uma disciplina específica. Para Ricoeur, esse recorte é regido por dois princípios limitadores quanto ao seu referente: os modelos explicativos da prática historiadora têm em comum o fato de se dirigirem à realidade humana enquanto fato social, nesse sentido a história social não é apenas um setor entre outros, a história escolhe seu terreno dentro do horizonte das ciências sociais; o campo social não se configura como o objeto da história em si, mas a mudança que afeta o fato social, “[...] é pela importância que a história atribui à mudança e as diferenças ou separações que afetam as mudanças que ela se distingue das outras ciências sociais e, principalmente, da sociologia” (MHE, p. 194). Rapidamente nos reportamos às considerações de *Tempo e narrativa* para lembrarmos que as mudanças na esfera social comportam uma conotação temporal. Esse traço distintivo é comum à história em todos os seus desdobramentos. Contudo, se é possível caracterizar de maneira geral os referentes da explicação histórica, é difícil precisar a natureza das operações dependentes da explicação. “A grande massa dos trabalhos históricos desenvolve-se numa região intermediária onde se alternam e se combinam, de forma as vezes aleatória, modos de explicação dispares” (Idem, p. 195). Há uma variedade de tipos de explicação em história, sendo assim, não há um modo privilegiado de explicação na operação historiográfica.

Com efeito, a relevância dessa discussão sobre a explicação/compreensão recai sobre o objetivo central do capítulo: o filósofo francês visa testar o tipo de inteligibilidade própria da explicação/compreensão dentro de uma classe de objetos da operação historiográfica,

nomeados pelo termo representação. A palavra representação aparece nesse momento ao lado dos objetos da operação historiográfica, ou seja, sob a rubrica representação-objeto: “a representação-objeto desempenha o papel de referente privilegiado, ao lado do econômico, do social, do político; esse referente é recortado no campo mais amplo da mudança social, considerada como a parte total do discurso histórico” (MHE, 197). O termo representação é preferível para Ricoeur em detrimento do que durante algum tempo foi conhecido por “mentalidades”. Nesse sentido, o ponto de partida ricoeuriano perpassa novamente a historiografia francesa, especialmente nos dois primeiros terços do século XX. Em termos bem singelos, Ricoeur faz um exame da historiografia francesa desde a história das “mentalidades” até a história das “representações e práticas sociais”⁶⁵, tendo como ponto central jogos de escalas entre uma explicação macro e micro da realidade.

Nosso intuito, contudo, não é destrinchar esse panorama historiográfico elencado por Ricoeur, detemo-nos especificamente no termo central, diga-se, à noção de representação. Iniciamos o capítulo destacando que o termo representação, em diferentes perspectivas, se configura como problemática comum que atravessa a obra *A memória, a história, o esquecimento* de um lado a outro. Ricoeur justifica-se, em determinadas passagens da obra, que a ênfase na palavra representação não se trata de um acaso semântico ou mesmo de uma homonímia resultante da pobreza de vocabulário, mas supõe a derivação de uma problemática comum que se sobressai em três contextos diferentes.⁶⁶ Inicialmente pelo viés da fenomenologia da memória, a representação designa a problemática grega da *eikon* que, como vimos, consiste na presença do espírito de uma coisa ausente que não é mais, porém foi. Por outro lado, a representação aparece novamente no âmbito da teoria da história, na condição da terceira fase da operação historiográfica, como veremos nas próximas páginas. A escrita da

⁶⁵ O conceito de representação adquiriu certa notoriedade no discurso dos historiadores da chamada História Cultural, tendo como Roger Chartier um dos principais expoentes. Nesse contexto, o termo representação [ou no plural, representações sociais] está ligado a investigação dos fenômenos humanos a partir de uma perspectiva social. Para Francisco Falcon, contudo, a crescente atenção atribuída às representações sociais como objeto de investigação, vem acompanhado de algumas imprecisões conceituais e terminológicas. O conceito de representação situa no centro de uma constelação de noções ou conceitos muito variados, como imaginário(s). “Geralmente descrito em termos de representações sociais, tais conceitos ora se apresentam como outros tantos nomes aplicados às representações sociais, ora como se constituíssem diferentes partes de um todo (as representações) [...]. Como se não bastassem essas imprecisões ou indefinições, há, ainda, as formas simbólicas acopladas às representações sociais” (FALCON, 2000, p. 42).

⁶⁶ A teoria da representação ricoeuriana suscitou críticas como as de Alexandre Escudier. Para ele, Ricoeur faz do conceito de representação um conceito “agarra tudo”, operando deslizes de sentido constantes entre o nível metodológico e o nível ontológico. Ricoeur responde a essa crítica, “[...] relembrando os usos contextuais que faz dessa noção e que remetem para diferentes significações” (DOSSE, 2017a, p. 603). Para uma análise completa da leitura de Escudier, ver ESCUDIER, Alexandre. Entre épistémologie et ontologie de l’histoire, *Le Débat*, n. 122, nov/dec, p. 12-23, 2002.

história é caracterizada como escrita literária, representação do passado. Nisso, a historiografia reitera na terceira fase o enigma levantado pela memória em sua fase inicial. É justamente nesse entremeio, que Ricoeur insere a questão da representação-objeto, conceito bastante utilizado pelos historiadores na contemporaneidade, Cito Ricoeur:

É em relação a essas duas ocorrências principais que será preciso situar, quanto ao seu conteúdo conceitual, o uso do termo “representação” pelos historiadores. Entre a representação mnemônica do início de nosso discurso e a representação literária situada no final da operação historiográfica, a representação se propõe como objeto, como referente, de certo discurso historiador. Será possível que a representação-objeto dos historiadores não carregue a marca do enigma inicial da representação mnemônica do passado e não antecipe o enigma inicial da representação histórica do passado? (MHE, p. 200)

Em outras palavras, Ricoeur se interessa pelo uso entre os historiadores do termo “representação” pensando em uma dialética entre representação-objeto e representação-operação, o que justifica sua preferência em detrimento à noção de mentalidade. Tomemos nota rapidamente sobre promoção da noção de representação.

O conceito de mentalidade é caracteristicamente conhecido em razão da revolução historiográfica promovida pelos *Annales*. O historiador Lucien Febvre, fundador da revista *Annales d'histoire économique sociale*, junto com Marc Bloch, sintetizou o conceito de mentalidade a partir de Lévy-Bruhl e sua concepção de “mentalidade primitiva”.⁶⁷ Febvre, tendo como pano de fundo a concepção de “aparelhamento mental”, buscava ampliar a esfera da pesquisa histórica ancorada no social, compreendendo especificamente o funcionamento das estruturas mentais coletivas, estruturas compartilhadas pelos atores sociais em contextos específicos. Após a Primeira Guerra Mundial, a economia adquiriu destaque central nos *Annales*. O humanismo, a psicologia coletiva da primeira geração foi sucumbida pela reverência em relação às forças econômicas e sociais, pela primazia da quantificação aplicada a fatos repetíveis, séries, estatísticas. O conceito de longa duração de Fernand Braudel conduziu a nova fase da história das mentalidades, concebida como estruturas de crenças que mudam lentamente. Contudo, de forma geral a segunda geração dos *Annales* não conduziu prontamente a forte preocupação que os fundadores dos *Annales* apresentavam às mentalidades na história.

⁶⁷ Na concepção de Ronaldo Vainfas (1997), Marc Bloch foi verdadeiramente o percussor da história das mentalidades ao escrever *Les rois thaumaturges* (1924), obra publicada antes da fundação dos *Annales*. Na obra em questão, Bloch examina as crenças populares no poder curativo do toque real desde a Idade Média ao século XVIII, comparando monarquias francesas e inglesas. Quanto a Lucien Febvre, inspirado no conceito de mentalidade primitiva, esboçou o conceito de aparelhamento mental na sua obra clássica *Le problème de l'incroyance au XVI e siècle: la religion de Rabelais*, publicada em 1942.

No fim da década de 1960, segundo Ronaldo Vainfas (1997), a historiografia francesa passou a trilhar novamente em direção às mentalidades, campo privilegiado da Nova História e atributo dos principais historiadores da terceira geração dos *Annales*. A história das mentalidades aparece assim entre os “novos objetos” da “nova história”, dada a preferência por assuntos ligados ao cotidiano, por exemplo: a vida amorosa, o corpo, a morte, a família, a vida privada, os homossexuais, a mulher, etc. A história das mentalidades emancipa-se no momento em que o projeto de uma história global cai por terra pela opção à descrição em detrimento da explicação globalizante. Contra a tutela da história econômica, o apego pela longa duração e pelo estudo quantitativo da segunda geração dos *Annales*, a nova história reivindica “novos problemas” e “novas abordagens” em um sistema de explicações plurais. O alargamento do conceito de mentalidades, contudo, agravou mais ainda a ambiguidade da noção, particularmente vulnerável à crítica, em razão de sua falta de clareza, ausência de delimitação conceitual precisa. Para Ricoeur, essa inscrição da noção de mentalidade em meio aos “novos objetos” da história ao preço da ampliação conceitual tornou-se insustentável. Outrossim, a herança inadequada do conceito de mentalidade primitiva continuou a ser o pecado original, diretamente influenciável pela sociologia da qual o conceito provém, logo, é justificável substituí-lo, dando preferência à noção de representação.

A razão profunda da retratação imposta não se reduz à objeção de indefinição semântica; ela se deve a uma confusão mais grave, a saber, o tratamento incerto da noção ao mesmo tempo como objeto de estudo, como uma dimensão do vínculo social distinta do vínculo econômico e do vínculo político, e como um modo explicativo. Essa confusão deve ser debitada à herança de Lucien Lévy Bruhl e de seu conceito de “mentalidade primitiva”. [...] ao tratar a ideia de mentalidade ao mesmo tempo como um traço descritivo e como um princípio de explicação, não se sai da órbita do conceito de mentalidade primitiva que data da sociologia do início do século XX. (MHE, p. 207-208)

A preferência à noção de representação em detrimento às mentalidades procede principalmente de uma mudança de escala na historiografia. A primeira e principalmente a segunda geração dos *Annales* deram primazia à escala da macro-história⁶⁸, estendida gradualmente da esfera econômica e geográfica da história à camada social institucional, às mentalidades. Contudo, no momento que o projeto de uma história global se desintegrou, os historiadores ampliaram seu horizonte às diferentes variações de escalas. A postura micro-

⁶⁸ Embora a conhecida hierarquia das durações de Fernand Braudel assente na ideia de um jogo de escalas, a preferência continua sendo a macro-história, “[...] a preferência dada a leitura de cima pra baixo da hierarquia das durações não era como tal tematizada, a ponto de podermos conceber uma mudança de escala e considerar a própria escolha de escala como um poder discricionário do historiador, com todas as liberdades e as restrições dependentes desta escolha” (MHE, p. 2020).

histórica adotada por alguns historiadores italianos⁶⁹ tornou-se um modelo exemplar desse “jogo de escalas”. É necessário ressaltar, contudo, que o objetivo de Ricoeur não é simplesmente empreender uma defesa à noção de micro-história em relação à macro, seu interesse recai propriamente sobre a noção de variação de escala, orientada a sua problemática inicial. “A ideia chave ligada à ideia de variação de escalas é que não são os mesmos encadeamentos que são visíveis quando mudamos de escala, mas conexões que passaram despercebidas na escala macro-histórica” (MHE, p. 221). Para Ricoeur, a noção de escala na história não tem o mesmo sentido das ciências matrizes as quais o termo foi tomado de empréstimo: a geografia e a arquitetura.

De forma geral, a escala é um importante elemento na ilustração dos mapas, sendo utilizada para representar a relação de proporção entre a área real (referente externo) e sua representação. Independente do mapa, o espaço é contínuo, o território é o mesmo, logo, qualquer mudança de escala mostra o mesmo terreno, o que muda é o nível de informação recolhida, quer seja ganho ou perda de detalhes em variação da escala de observação micro à macro. O mesmo raciocínio procede a arquitetura nas relações de proporção. É possível comensurar perfeitamente as dimensões. Em história, diferentes níveis de focagem não nos dizem a mesma coisa apenas em níveis maiores ou menores, grandes ou pequenos, mas coisas diferentes. A realidade percebida varia de acordo com a amplitude da escala que usamos para vê-las, trata-se de encadeamentos diferentes em configuração e causalidade. A ausência de mudanças de escalas para analisar a realidade histórica foi justamente uma das deficiências das mentalidades, “[...] na medida em que as mentalidades de massa supostamente dependiam da longa duração, sem que as condições de sua difusão em escalas menores fossem levadas em conta” (MHE, p. 223). A crise das mentalidades, nesse sentido, é conexas à predominância da macro-análise generalizante.

⁶⁹ Ricoeur dedica algumas páginas à contribuição dos historiadores Carlo Ginzburg e Giovanni Levi, pioneiros da micro-história. A obra de Ginzburg, *O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, trata-se de uma investigação, quase que criminal, a partir de indícios até então imperceptíveis à maioria dos historiadores. O livro relata a história de um moleiro conhecido por Menocchio, denunciado, julgado e condenado à morte no tribunal da inquisição no século XVI. O livro evidencia o embate entre culturas diferentes através da investigação do cotidiano do simples moleiro, destacado por seu caráter singular e excepcional. “O que esse historiador articula, são operações de leitura de um homem do povo que tem acesso a almanaques, canções, livros de devoção, vidas de santos, brochuras de todo o tipo e que esse moleiro remodela segundo sua maneira singular” (MHE, p. 224). Levi, por sua vez, retrata na obra *A herança imaterial: Trajetórias de um exorcista no Piemonte do século XVII*, a vida do padre exorcista, Giovan Battista Chiesa, na região de Piemonte, na Itália. Nesse empreendimento, o historiador italiano analisa as relações pessoais e econômicas do campesinato, a partir de uma estratégia de observação que remete à descrição de traços típicos de todo um contexto histórico do Antigo Regime. Para Ricoeur, a obra de Levi se distancia do “paradigma indiciário” e se aproxima de operações mais clássicas de recorte, articulação e confronto de testemunhos que permitem falar em “história experimental” (MHE, p. 226).

Ricoeur propõe a utilização do conceito de representação em coerência à noção de variação de escala. Para isso, o filósofo francês toma como base conceitual a obra coletiva dirigida por Bernard Lepetit, *Les formes de l'expérience: Une autre histoire sociale* (1995), que propõe a definição de um novo objeto para a história. Os historiadores reunidos nessa obra tomam como termo de referência próxima a instauração do vínculo social e de suas respectivas modalidades de identidade, nesse sentido, o foco desses historiadores concentram-se nas práticas sociais e nas representações integradas a essas práticas. Para Ricoeur, a noção de representação articulada com as práticas sociais, revela recursos dialéticos que a ideia de mentalidade não deixava revelar-se. Nesse entremeio, a generalização da ideia de jogo de escalas constitui a via privilegiada dessa dialética. Não se trata do privilégio da adoção de um tipo de escala específica, mas o próprio princípio de variação de escala, uma vez que a variação resulta em diferentes percepções e apreensões da realidade, ou seja, uma diversidade de efeitos. O filósofo francês cita o agrupamento de três tipos de efeitos em relação à temática das identidades e do vínculo social, tendo, cada uma de uma maneira, contribuído para o recentramento da história no último terço do século XX: em primeiro lugar, “variações que afetam os graus de eficácia e coerção das normas sociais”; segundo, “as que modulam os graus de legitimação em curso nas múltiplas esferas do pertencimento entre as quais se distribui o vínculo social”; terceiro, “os aspectos não-quantitativos da escala dos tempos sociais” (MHE, p. 229). O eixo central dessa tripla argumentação sobre variações de escala, a qual não nos aprofundaremos por risco de desviarmos da nossa problemática central, é a própria ideia de mudança social que norteia a investigação sobre explicação/compreensão em história e, por sua vez, justifica a preferência do termo representação:

[...] em relação às variações de eficácia e de coerção, a velha noção de mentalidades parece de fato unilateral, por falta de fiador por parte dos receptores de mensagens sociais; em relação às variações nos processos de justificação em curso através da pluralidade das cidades e dos mundos, a noção de mentalidades aparece indiferenciada, por falta de uma articulação plural do espaço social; enfim, em relação à variedade que influi também nos modos menos quantificáveis de temporalização dos ritmos sociais, a noção de mentalidades parece operar de modo maciço, da mesma forma que as estruturas de longa duração, quase imóveis, ou as conjunturas cíclicas, sendo o acontecimento reduzido a uma função de ruptura. Em oposição, portanto, à ideia unilateral, indiferenciada e maciça de mentalidades, a ideia de representação expressa melhor a plurivocidade, a diferenciação, a temporalização múltipla dos fenômenos sociais. (MHE, p. 239)

Nesse sentido, em detrimento do conceito “vago” e “impreciso” de mentalidades, Ricoeur evidencia a noção de representação e direciona o olhar do historiador para as práticas e vínculos sociais a partir da liberdade metodológica dos jogos de escalas em perspectiva

micro/macro. Contudo, o triplo eixo o qual se desenvolve a noção de representação na leitura ricoeuriana – plurivocidade, diferenciação e temporalização – suscita uma polissemia distinta que, por sua vez, poderia sucumbir à deriva semântica; a ideia de representação corre o risco de significar demais. Para evitar tal risco, Ricoeur volta-se à sua hipótese inicial, que o termo representação marca um *continuum* em sua obra, há uma relação entre a representação-objeto com a representação-operação e, esta última, diretamente com a representação mnemônica. Como veremos nas próximas páginas, a representação reaparecerá enquanto fase terminal da própria operação historiográfica, “[...] tratar-se-á não somente da escrita, como se costuma dizer – a história é escrita de uma ponta à outra, dos arquivos aos livros de história –, mas do acesso da explicação/compreensão à letra, a literatura, ao livro dado a ler a um público interessado” (MHE, p. 240). A fase de expressão literária da história merece, assim, o nome de representação porque o discurso do historiador declara sua ambição e pretensão de representar em verdade o passado. Nisso, qual a relação entre representação-objeto e representação-operação? Cito o questionamento de Ricoeur:

Ocorre-nos então de uma hipótese: enquanto fazedor da história, ao levá-la ao nível do discurso erudito, não estaria o historiador imitando, de forma criadora, o gesto interpretativo pelo qual aqueles e aquelas que fazem a história tentam compreender-se a si mesmo e ao seu mundo? A hipótese é particularmente plausível em uma concepção pragmática da historiografia que cuida de não separar as representações das práticas pelos quais os agentes sociais instauram o vínculo social, dotando-o de identidades múltiplas. Existiria de fato uma relação mimética entre a representa-operação, enquanto momento do fazer história e a representação-objeto enquanto momento de registrar a história. (MHE, p. 241)

Há, pois, uma interconexão entre as fases representativas da história. Se na etapa da explicação/compreensão Ricoeur opta justamente pelo termo representação, é porque essa noção integra de forma mais diversificada a constituição representativa dos laços sociais, as interações, a construção das identidades ligada à existência social, a forma como os sujeitos se compreendem e o historiador compreende essa realidade por meio de estratégias de variações de escala. O que resta a Ricoeur explicitar, contudo, é como os historiadores representam essas interações sociais, em conformidade com a dialética representação-objeto e representação-operação. Dito isso, seguiremos em direção à terceira fase da operação historiográfica.

3.4 Representação escriturária: os limites da referencialidade na operação historiográfica

A terceira fase da operação historiográfica é denominada por Ricoeur de “representação historiadora”. Poderíamos facilmente usar o termo escrita da história para caracterizá-la, contudo, o filósofo francês nos adverte a todo momento, a história é escrita de uma ponta à outra. Assim, para destacar a ênfase do processo de escrita do historiador em um suporte material em que resulta na publicação de um livro, o filósofo propõe, em afinidade à Michel de Certeau, o termo representação escriturária. Admite-se ainda a expressão representação literária, em analogia à incorporação de signos de literariedade aos critérios de cientificidade do discurso histórico. A escolha do substantivo representação mantém a lógica citada anteriormente: marca a continuidade de uma mesma problemática da fase explicativa à frase escriturária e, de forma ainda mais sistemática, no plano das relações entre a história e a memória, isso porque o enigma da representação mnemônica rege a problemática da representação historiadora.

Em outras palavras, a problemática da representação mnemônica se fará presente na representação histórica e, é justamente essa a principal razão da escolha do termo representação para denominar a última fase do percurso epistemológico. Não obstante, essa correlação central impõe a necessidade de uma especificação terminológica pertinente aos traços distintivos da representação escriturária. Ora, a denominação proposta pelo filósofo nos soará familiar desde *Tempo e narrativa*: o termo representância. A variação terminológica proposta enfatiza não apenas caráter da operação histórica, mas também “a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora” (MHE, p. 248). Adiantamos que o retorno da noção de representância é o ponto forte de nossa análise, uma vez há uma articulação central com a concepção de verdade no discurso histórico. Antes, é imprescindível uma análise sobre os recursos específicos da representação do discurso histórico, principalmente os recursos retóricos da composição narrativa.

A narrativa é compreendida no campo da escrita da história, especificamente na terceira fase da operação historiográfica, como uma potência representativa para além de um modelo explicativo. Ricoeur articula a hipótese que a narratividade não constitui uma solução alternativa à explicação/compreensão, como sugere muitos autores narrativistas, a qual pontuamos no segundo capítulo. Em sentido amplo, não se deve esperar da narratividade que ela preencha uma lacuna da explicação, trata-se de pensar a composição da intriga como um legítimo componente da operação historiográfica, agora em outro plano, que engendra na capacidade na história de representar o passado. “Em suma, não se trata de uma desclassificação, de uma relegação da narratividade a uma posição inferior, já que a operação

de configuração narrativa entra em composição com todas as modalidades da explicação/compreensão” (MHE, p. 251). Nesse sentido, não consideramos que há uma retificação do caráter explicativo da narrativa histórica argumentado laboriosamente em *Tempo e narrativa*⁷⁰. O filósofo apenas apresenta um novo viés para a narratividade, respaldo em um novo conceito, o de coerência narrativa.

O que ela [coerência narrativa] traz de peculiar é o que chamei de síntese de heterogêneo, para falar seja da coordenação entre acontecimentos múltiplos, seja daquela entre causas, intenções, e também acasos numa mesma unidade de sentido. A intriga é a forma literária dessa coordenação: ela consiste em conduzir uma ação complexa de uma situação inicial para uma situação terminal por meio de transformações regradas que se prestem a uma formulação apropriada no quadro da narratologia. Um teor lógico pode ser atribuído a essas transformações: é o que Aristóteles caracterizou na *Poética* como provável ou verossímil, o verossímil constituindo a face que o provável exhibe ao leitor para persuadi-lo, isto é, induzi-lo a acreditar precisamente na coerência narrativa da história narrada. (MHE, p. 255)

O ponto chave das considerações sobre a narrativa é articulação das formas escriturárias ou literárias da operação historiográfica com as formas explicativas, em direção à realidade atestada. Embora a estrutura narrativa, enquanto ato de configuração, propenda ao fechamento textual e erga obstáculos internos, o filósofo francês insiste na pulsão referencial da narrativa histórica. O principal obstáculo é advindo da teoria literária. A linguística estruturalista de Saussure impôs uma separação entre estrutura interna do texto e o real extratextual, e essa proposição estendeu-se à toda textualidade literária. Assim, à medida que a narrativa de ficção e a narrativa histórica compartilham as mesmas estruturas narrativas, a história é atingida por uma certa desconfiança quanto a possibilidade de apreensão extralinguística. Contudo, se no caso da narrativa de ficção os efeitos do modelo saussuriano podem ser discutíveis sem serem desastrosos, no caso da narrativa histórica, os efeitos podem ser devastadores, “[...] cuja diferença com a narrativa de ficção é baseada na visada referencial que a perpassa e que é apenas a significância da representação” (MHE, p. 259). Na obra *Metáfora viva*, Ricoeur tentar opor-se ao fechamento do texto com a fórmula qualificada como “quadrilátero do discurso”: “alguém diz algo a alguém sobre algo, segundo uma hierarquia de códigos” (Idem). A referencialidade específica do discurso histórico impõe necessariamente uma complexidade inerente ao ato de composição da narrativa.

⁷⁰ Paul Ricoeur faz um apontamento [em nota de rodapé] significativo ao se referir à derivação secundária da narrativa na história. “Hoje, eu tiraria a cláusula ‘quase’ e consideraria as categorias narrativas em questão como operadoras de pleno direito no plano historiográfico, na medida em que o elo presumido nessa obra entre a história e o campo prático onde se desenrola a ação social autoriza a aplicar diretamente ao domínio da história e categoria aristotélica dos atuantes” (MHE, p. 256, n.12). Não se trata de negar a referência de *Tempo e narrativa* à derivação indireta da história, apenas atestar um novo elo de ligação entre história e narrativa.

No campo da representação escriturária, especificamente em relação à configuração narrativa e retórica, o ponto central de debates e controvérsias versam sobre a perspectiva referencial de apreensão do passado qualificado como real. O autor francês Roland Barthes é bastante conhecido no cenário historiográfico por sua ofensiva de teor antirrealista à história. No ensaio *o discurso da história*, Barthes (2004) questiona a oposição entre história e ficção: a narrativa de acontecimentos passados difere especificamente por algum traço, por uma pertinência indubitável da narração imaginária? O autor faz uma crítica à história-narrativa por instalar uma ilusão referencial no âmago da historiografia. Barthes repreende, sobretudo, o discurso histórico por confundir o referente com o significado: “Como todo discurso de pretensão ‘realista’, o da história acredita conhecer apenas um esquema semântico de dois termos, o referente e o significante; a confusão (ilusória) do referente com o significado define os discursos sui-referencias, como o discurso performativo” (BARTHES, 2004, p. 177). Em suma, no discurso histórico o referente é destacado como fundador, enquanto o significado é rechaçado confundido com o referente, ou seja, no discurso histórico o referente é confundido ilusoriamente com o significado. A fusão do referente e do significado em benefício do referente engendra o efeito do real: “o discurso histórico não acompanha o real, não faz mais do que significá-lo, repetindo continuamente *aconteceu*, sem que essa asserção possa ser jamais outra coisa que não o reverso significado de toda a narrativa” (Idem, p. 178). A história, com isso, cria a ilusão de ter encontrado o real que ela representa.

Ricoeur posiciona-se na contraofensiva frente as considerações de Roland Barthes. O filósofo francês questiona se as suspeitas levantadas por Barthes não seriam forjadas a partir de um modelo linguístico inapropriado ao discurso histórico, logo, seria mais adequado buscar modelos alternativos que considerasse o referente como dimensão irreduzível do discurso histórico, um discurso dirigido por alguém a alguém sobre alguma coisa, a exemplo do paradigma de Benveniste. A especificidade da referencialidade do discurso histórico não pode ser negligenciada em razão do funcionamento das figuras de discurso. A tese empreendida por Ricoeur, que será melhor explicitada ao decorrer das próximas páginas, é que a especificidade do conhecimento histórico não pode ser discernida apenas no plano do funcionamento das figuras do discurso, mas deve transitar por todas as etapas da operação historiográfica, inicialmente pela prova documental, passando pela explicação causal/final e, por fim, pela composição literária. Lembrando novamente que as três fases não constituem estágios sucessivos, mas níveis intrincados. Apenas por uma preocupação didática, permeada por Ricoeur, que é conferido uma aparência de sucessão cronológica.

Com efeito, Ricoeur volta-se para um autor já bastante conhecido pelo leitor: Hayden White. Na leitura ricoeuriana a maior contribuição para a exploração dos recursos retóricos da representação histórica continua sendo a de White, embora sua contribuição não seja especificamente para o conhecimento histórico. O aporte de White em relação à retórica da representação do passado constitui uma poética da imaginação histórica, suas considerações têm como mote o ato poético de escrita, a maneira como o historiador organiza linguisticamente elementos dispersos e transforma em uma estória coerente com início, meio e fim. Há implicações em sua tese, as quais pontuamos anteriormente, que incidem na supressão da fronteira linguística entre história e ficção, uma vez que a narrativa histórica e a narrativa ficcional pertencem à mesma classe das “ficções verbais”. Como vimos no segundo capítulo, White (1995) elabora uma taxonomia das estruturas profundas da imaginação histórica. Cada combinação particular entre os elementos tropológicos que pertencem a uma ou outra tipologia definem um estilo historiográfico. White abriu espaço para a exploração das mediações sugeridas pela prática estilística ao longo da história das tradições literárias. Para Ricoeur, é inegável a importância da obra pioneira de Hayden White. Contudo, o filósofo francês não deixa de expressar suas ressalvas à teoria retórica whiteana. Primeiramente pelo fato de White ter caracterizado as operações de composição de intriga como um modelo fechado de explicação, indiferente aos procedimentos científicos do saber histórico, por vezes, substituíveis por esses últimos. E principalmente pela suspeição de um limite claro entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção. Apesar de ser inegável a legitimidade da contribuição da retórica que trata das estruturas profundas do imaginário, é tão importante e urgente especificar o momento referencial da história. Essa especificação requer um salto para além das formas literárias.

É preciso articular pacientemente os modos da representação com os da explicação/compreensão e, através desses, com momento documental e sua matriz de verdade presumida, a saber, os testemunhos daqueles que declaram se encontrado no local onde as coisas aconteceram. Nunca acharemos na forma narrativa enquanto tal a razão dessa busca de referencialidade. Esse trabalho de reunificação do discurso histórico considerado na complexidade das suas fases operatórias está totalmente ausente das preocupações de H. White. (MHE, p. 267)

Além dessas questões, as ressalvas de Ricoeur sobre White envolvem de maneira indireta o problema da memória. Isso porque os escritos whiteanos, e suas proposições retóricas sobre o discurso histórico, suscitaram discussões polêmicas sobre os limites da representação dos terríveis acontecimentos colocados sob o signo da “solução final”.

De maneira concreta, a querela que envolve Hayden White e a representação de acontecimentos “limites” têm como pano de fundo as interrogações sobre a singularidade de

Auschwitz desenvolvidas no colóquio americano sobre o tema *History, Event and Discourse*⁷¹. O objetivo do colóquio, segundo Hartog (2020, p. 86), foi de promover questionamentos sobre as consequências do relativismo pós-moderno e explorar os equívocos sustentados sobre a questão do real e da verdade histórica, a propósito do “acontecimento limite” que foi a Shoah. A questão dos limites da representação em suas formas narrativas e retóricas adquiriram eventuais proporções pelo debate e confrontação das teses entre White e Carlo Ginzburg acerca da verdade em história. Hayden White abordou a discussão sobre os acontecimentos limites mantendo o discurso sobre os recursos retóricos da própria representação verbal, procedendo uma crítica severa ao realismo ingênuo. O historiador estadunidense considera que a relação entre história contada historicamente e a realidade histórica é equivocadamente mal concebida, isso porque estórias, independente de conter declarações factuais, são “entidades linguísticas e pertencem à ordem do discurso” (WHITE, 2016, p. 247).

Ao que tange a elaboração do enredo histórico no estudo do nazismo e da Solução final, o historiador estadunidense lança a suspeita segundo a qual haveria no acontecimento algo tão monstruoso que transcenderia os modos de representação e, até mesmo, contrariando sua teoria tropológica, não se enquadraria em nenhuma das classes de intriga da tipologia retórica. Em sua argumentação, obstáculos são erguidos em direção aos acontecimentos limites, em suas palavras “[...] o genocídio consiste em ocorrências nas quais a própria distinção entre ‘evento’ e ‘fato’ é dissolvida” (WHITE, 2016, p. 257). Nessa proposição, encontra-se repetidamente enfraquecida a fronteira entre interpretação e fato, entre história verdadeira e falsa, entre imaginário e fatural. Em consequência, ressoa a incapacidade de discernir modalidades inaceitáveis de composição narrativa sobre acontecimentos a título da solução final, nem tão pouco aceitáveis ou adequadas. White argumenta que a distinção entre o aceitável e o inaceitável não depende da tropologia, mas procede de uma outra região de nossa capacidade receptiva que não foi educada por nossa cultura narrativa (MHE, p. 269).

Nas páginas finais do seu ensaio, contudo, White sugere uma saída estratégica partindo da argumentação sobre modalidades de escrita, a qual ele denomina *modernist*, que poderiam ter uma certa afinidade com a opacidade dos acontecimentos: a noção de “escrita intransitiva”⁷²

⁷¹ A obra coletiva organizada por Saul Friedlander, *Probing the limits of Representation*, repercutiu o debate sobre os limites da representação. Na obra, o termo designa dois tipos de limites, quer seja, um interno e um externo. No primeiro caso, o esgotamento das formas de representação disponíveis na cultura capaz de proporcionar legibilidade e visibilidade a esse acontecimento; no segundo caso, uma pulsão, uma solicitação pela verdade e representação dos acontecimentos, do referente considerado pela tradição retórica como o extralinguístico (MHE, p. 267).

⁷² A escrita intransitiva é tida no ensaio como um modelo de discurso apropriado à discussão de temas teóricos e filosóficos levantados pela reflexão sobre o holocausto. “Diferente do tipo de escrita intencionada para ser ‘lida, diretamente [...] feita para capacitar leitores a verem o que eles, de outra forma veriam diferentemente, ou talvez

de Roland Barthes, próxima da “voz média”⁷³ do antigo verbo grego. A escrita intransitiva é entendida como uma contrapartida modernista ao realismo histórico. Cito White, “[...] os modos modernistas de representação podem oferecer possibilidades de representar a realidade de ambos, o holocausto e a experiência dele, que nenhuma outra versão do realismo poderia fazer” (WHITE, 2016, p. 264). A questão que se faz presente nessa afirmativa: será que romper com a representação realista é suficiente para aproximar a linguagem da opacidade, melhor ainda, do caráter inadmissível da solução final? Na leitura ricoeuriana, tudo se passa como se “[...] a crítica sem concessão do realismo ingênuo contribuísse paradoxalmente para fortalecer a demanda de verdade vinda de fora do discurso, à força de tomar irrisórios os esboços de compromisso com um realismo que se tornou inencontrável” (MHE, p. 270). Embora Ricoeur seja nitidamente atento às contribuições retóricas de White ao discurso histórico, não compactua da mesma posição teórica do historiador estadunidense. Podemos dizer que ambos os autores vislumbram uma crítica ao realismo histórico ao estilo “positivista” e utilizam-se de pressupostos similares, contudo, atentamos ao fato que eles têm percepções distintas sobre a especificidade da história quanto à possibilidade de representação do conhecimento histórico e a verdade do discurso histórico.

Nesse sentido, a posição adotada por Ricoeur aproxima-se da defesa que Carlo Ginzburg faz da realidade histórica ao ponto de vista do testemunho e sua representação. Na leitura de François Hartog, tanto Ricoeur quanto Ginzburg encontram a questão da representação, “[...] aquela da lancinante interrogação sobre a relação entre passado real e seu conhecimento histórico, aquela sobre a qual a expressão rankiana, mil vezes repetida, do *wie es eigentlich gewesen* (como de fato se passou) acabou por dispensar a reflexão” (2020, p. 91). Na argumentação de Ginzburg, o argumento em favor da realidade do passado histórico da Shoah assenta-se em um estatuto misto: o aspecto de uma atestação incontestável e de um protesto moral que conduz um sobrevivente a testemunhar. O cidadão que é primeiramente solicitado pelo acontecimento em prol de sua participação na memória coletiva, a qual o historiador é convocado a prestar contas. A função do historiador, frente aos acontecimentos limites, não se resume simplesmente na crítica para detectar falsificações, mas se estende à discriminação das origens de cada testemunho: testemunhos de sobreviventes, assim como de executantes, ou espectadores envolvidos, “[...] cabe então à crítica histórica explicar por que não se pode

não veriam de forma alguma’, a escrita intransitiva ‘nega a distância entre o escritor; o texto sobre o que é escrito e, finalmente, o leitor’” (WHITE, 2016, p. 259).

⁷³ “Quer seja na voz passiva ou ativa, o sujeito do verbo é presumido ser externo à ação; assim não sendo nem agente nem paciente, na voz média, o sujeito é presumido ser interior à ação. [...] o verbo ‘escrever’ não conota nem uma relação ativa nem passiva, mas média” (WHITE, 2016, p. 160).

escrever a história abrangente que anularia a diferença intransponível entre perspectivas” (MHE, p. 271). A representação de acontecimentos limites impõe a conjugação de princípios éticos aos argumentos epistemológicos. Outrossim, o historiador da Shoah não pode prender-se à ideia segundo a qual explicar é desculpar, compreender é perdoar. “O julgamento moral emaranhado com o julgamento histórico está ligado a uma camada do sentido histórico diferente daquela da descrição e da explicação; não deveria, portanto, intimidar o historiador a ponto de levá-lo a censurar-se” (MHE, p. 271). Auschwitz é um acontecimento limite que emana dificuldades inerentes de representação. A demanda pela verdade, contudo, está na experiência viva do “fazer história” enfrentada pelos protagonistas. Em uma demanda de atestação-protesto, o historiador, enquanto cidadão, é colocado em situação de responsabilidade em relação ao passado, à memória viva dos sobreviventes.

Resulta dessas considerações que a tentativa de escrever a história da “solução final” não é um empreendimento desesperado, se não esquecermos a origem dos limites de princípio que a afetam. É, antes, a oportunidade de recordar o trajeto que deve efetuar o crítico, remontando da representação à explicação/compreensão e desta ao trabalho documental, até os últimos testemunhos, cuja compilação se sabe está estilhaçada, entre a voz dos algozes, a das vítimas, a dos sobreviventes, a dos expectadores diversamente envolvidos. (MHE, p. 273)

O leitor atento perceberá que Ricoeur evoca a potência representativa das três fases da operação historiográfica, juntas, à toda suspeita de pertinência da história. A representação escriturária sozinha não sustenta o momento referencial da história, como vimos nas discussões centradas na retórica do discurso histórico. O erro, na perspectiva ricoeuriana, é esperar que a narratividade e a tropologia preencham a lacuna de uma argumentação preocupada em explicar a ligação entre fatos comprovados. É preciso antes articular o momento documental e sua matriz de verdade resumida aos modos de explicação/compreensão, para que estes deem legitimidade à representância do passado histórico. Entendemos que há um prolongamento da visada de verdade na história a partir da reunificação do discurso histórico considerado na complexidade da operação historiográfica.

3.4.1 Representação historiadora como representância

Ao decorrer do texto adiantamos que Paul Ricoeur retoma o termo representância para articular a relação entre a história e a realidade do passado histórico, um passado abolido e ao

mesmo tempo preservado em seus vestígios. A análise do conceito de representância encerra a última etapa epistemológica da operação historiográfica, contudo, alerta Ricoeur, essa questão ultrapassa à epistemologia e se coloca no limiar de uma ontologia da existência histórica, denominada condição histórica.

A palavra “representância” condensa em si todas as expectativas, todas as exigências e todas as aporias ligadas ao que também é chamado de intenção ou intencionalidade historiadora: designa a expectativa ligada ao conhecimento histórico das construções que constituem reconstruções do curso passado dos acontecimentos. (MHE, p. 289)

Frente a essa expectativa ligada ao conhecimento histórico se baseia o pacto implícito entre historiador e leitor de história. O leitor espera de um texto histórico um discurso verídico, ou pelo menos, um discurso plausível, admissível, a partir do encadeamento de situações, acontecimentos, personagens que tenham realmente acontecido anteriormente. A questão lançada é saber se, como e em que medida o historiador satisfaz à essa expectativa, assim como a promessa intrincada no pacto. A principal suspeita que o historiador não poderia cumprir a promessa alcança sua máxima intensidade na fase da representação escriturária, embora se insinuasse o momento mais adequado para honrar a intenção de representar o passado, afinal, a representação quer ser representação de algo, nesse caso, o passado.

Como a intencionalidade histórica não estaria diante de seu ápice com modalidades de escrita que não se limitam a conferir uma roupagem linguística a uma inteligência do passado que já estaria completamente armada antes de se revestir das formas literárias? A resposta é consequência de uma conjectura curta e não menos complexa: o discurso não é uma roupagem transparente colocada sobre uma significação completa em seu sentido. Resumindo, o discurso histórico, enquanto linguagem, não é neutro, a forma escriturária da historiografia contribui com um valor cognitivo suscetível de acrescentar uma dimensão própria à legibilidade das narrativas. De fato, vimos teóricos com amplas suspeitas da capacidade representativa da história. Ricoeur, contudo, sempre mostrou resistência ao fechamento interno da narrativa quanto à referência extratextual, seja o fechamento aplicado às pequenas narrativas, as quais ergueram uma barreira entre o par significante/significado e o referente, quanto às narrativas de maior alcance, acusadas de engendrar um abismo lógico entre o real presumido e a sequência de acontecimentos que o qualificam em termos de acontecimentos, conjunturas e estruturas.

Nesse contexto, ciente das dificuldades inerentes da representação literária, cumprir a promessa da intencionalidade histórica e, ao mesmo tempo, resistente a qualquer tentativa de enclausuramento da intriga em si mesmo ou retorno a uma espécie de realismo ingênuo, Ricoeur

argumenta que a única maneira de dar credibilidade à representação do passado e fazer prevalecer a atestação de realidade sobre a suspeita de não pertinência é articular a fase escriturária com as fases prévias da explicação/compreensão e da prova documental, como bem pontuamos anteriormente. A hipótese desenvolvida pelo filósofo francês desde o início do capítulo “a representação historiadora” é que, somente juntas, escrituralidade, explicação compreensiva e prova documental são capazes de credenciar a pretensão à verdade ao discurso histórico. A representação literária, sozinha, não é capaz de atestar a especificidade do discurso histórico, fazendo-se necessário, pois, remeter a arte de escrever às técnicas de pesquisa e aos procedimentos críticos. A representância do passado histórico constitui uma operação que tem o privilégio de trazer à luz a visada referencial do discurso histórico. Paul Ricoeur atesta uma terceira via de análise sobre a realidade do passado, um espaço mediano afastado dos extremos, denominado por ele mesmo como “realismo crítico”. Entendemos que o realismo crítico professado por Ricoeur é a forma do filósofo sustentar o tripé erguido em sua concepção de história: a intencionalidade historiadora, o referente extratextual e a pretensão à verdade.

O realismo crítico aqui professado é forçado a dar outro passo aquém da proposição factual e invocar a dimensão testemunhal do documento. De fato, está no cerne da prova documental a força do testemunho que se expõe. E não vejo como se poderia remontar além da tríplice declaração da testemunha: 1) Estava lá; 2) Acreditem em mim; 3) Se não acreditarem, perguntem a outra pessoa. Caçoaram do realismo ingênuo do testemunho? É possível. Mas isso seria esquecer que o germe da crítica está implantado no testemunho vivo, a crítica do testemunho alcançando aos poucos toda a esfera dos documentos, até o último enigma do que se dá, sob o nome de rastro, como efeito-signo de sua causa. Ocorreu-me dizer que não temos nada melhor do que a memória para certificar a realidade de nossas lembranças. Dizemos agora: não temos nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado. (MHE, p. 292-293)

As últimas páginas dedicadas à epistemologia da história não poderiam seguir outra direção que não fosse ao encontro da noção de verdade à de representância. A representância do passado enfatiza a visada intencional que faz da história a herdeira erudita da memória e de sua aporia fundadora. “Ela [representância] é a visada do próprio conhecimento histórico, colocada sob o selo de um pacto segundo o qual o historiador se faz objeto de personagens e situações que existiram antes que deles se construísse a narrativa” (DOSSE, 2017a, p. 214). Esse polo de veracidade da representância aproxima o discurso histórico com o da memória, e não somente, mas também com as ciências humanas e naturais. Isso porque à pretensão da verdade em história, imbricada no pacto entre historiador e leitor, partilha o mesmo sentido da pretensão de verdade das ciências em geral, embora possua limites e especificações, haja vista que é o passado o objetivo referencial dessa pretensão na história. A grande interrogação

consiste em discernir até que ponto pode-se usar os termos de correspondência e adequação para qualificar essa pretensão aplicada a um conhecimento do passado.

Na sua obra anterior, Ricoeur especificou o modo de verdade da representância como lugar-tenência, contudo, há ressalvas conceituais no que tange a especificação dessa noção em relação ao uso do termo correspondência em outras áreas do saber. Não se trata de uma correspondência no sentido de uma imitação-cópia. Ricoeur sempre se mostrou crítico dessa concepção mimética como espelho da realidade, adotando o uso aristotélico da *mimesis* na *Poética*. No citado artigo anteriormente, *La marque du passé*, o filósofo francês propõe a substituição do enigma da relação de semelhança pelo da relação fiduciária pautada na passível credibilidade do testemunho. “É preciso deixar de perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento; para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável” (RICOEUR, 2012a, p. 334)⁷⁴. Nessa linha de argumentação, a questão da verdade torna-se a da veracidade-fiabilidade testemunhal. O realismo crítico não abole a suspeita de engano por um falso testemunho, nisso “[...] a verdade, em história continua em suspenso, plausível, provável, contestável, enfim, em contínuo curso de reescrita” (Idem, p. 337).

Retornando a obra central, o filósofo francês reconhece que as noções de *vis-à-vis* e adequação por lugar-tenência significam muito mais o nome de um problema do que necessariamente a solução da interrogação da pretensão à verdade em história. Sua intenção, contudo, não é alterar o conceito representância-lugar-tenência a qual culmina na teoria da “redescrição metafórica”, mas dedicar-se sobre outro enigma: a adequação presumida entre a representação historiadora e o passado à luz da aporia fundadora da memória. O pano de fundo é a relação da dialética da presença ausente constitutiva do ícone aplicada em regime de história, especificamente a condição de anterioridade do passado em relação à composição da narrativa que se faz dele. A representação escriturária é uma imagem presente de uma coisa ausente, mas a própria coisa ausente se desdobra em desaparecimento e inexistência no passado, em virtude do passado possuir um duplo estatuto como *não sendo mais* e *tendo sido*. Há, pois, uma dupla ausência no caráter de *passeidade*⁷⁵ [*passeité*] do passado.

A ausência seria assim desdobrada entre a ausência como visada pela imagem presente e a ausência das coisas passadas enquanto concluídas em relação ao seu “ter sido”. É nesse sentido que o anteriormente significaria a realidade, mas a realidade no passado. Nesse ponto, a epistemologia da história confina com a ontologia ser-no-mundo. Chamarei de condição histórica esse regime de existência colocada sob o signo do passado como não sendo mais e tendo

⁷⁴ Em *A memória, a história, o esquecimento*, Ricoeur pondera e ressalta que a ideia de semelhança é um fantasma que parece difícil de expulsar completamente.

⁷⁵ A noção de *passeidade* é aplicado para significar “o caráter, para um fato alegado, de ser passado” (RICOEUR, 2012, p. 330). Designa a qualidade passada do que um dia se passou.

sido. E a veemência assertiva da representação historiadora enquanto representância basear-se ia unicamente na positividade do “ter sido” visada através da negatividade do “não ser mais”. Aqui devo confessá-lo, a epistemologia da operação historiográfica atinge seu limite interno ao beirar os confins de uma ontologia do ser histórico. (MHE, p. 295)

O enigma do passado constitui-se no fato da representância remeter à passividade, respectivamente, àquilo que foi e que não é mais. Ricoeur, contudo, não desenvolve toda amplitude dessa problemática, ele encerra o capítulo sobre a epistemologia da história posicionando o conceito de representância, em sua relação ao passado à luz da aporia fundadora da memória, na fronteira entre a epistemologia e a ontologia. A representância do passado se realiza no enxerto da intencionalidade historiadora naquela do conhecimento mnemônico, enquanto a memória é do passado (JERVOLINO, 2011). Assim, à medida que signo do passado carrega um duplo estatuto, a noção de representância ultrapassa a epistemologia da história aos confins da ontologia, onde propriamente é possível discutir a condição do passado entre o “não ser” e “ter-sido”⁷⁶. Ricoeur reconhece o inacabamento conceitual do termo representância, se assim podemos dizer, contudo, o prefere ao risco de sobrepor a epistemologia da história, quer seja, a operação historiográfica, ao terreno da metafísica. As questões de ordem ontológica e hermenêutica são reservadas à terceira parte intitulada *A condição histórica*.

Paul Ricoeur, contudo, faz uma releitura da obra e tece comentários elucidativos em nota de rodapé sobre a própria terminologia da representância. De início, o filósofo francês admite que a noção de representância é certamente a mais problemática de toda a parte dedicada à epistemologia histórica. A palavra representância deriva semanticamente da concepção romana *repraesentation* que remete à ideia de representação-suplência. A mesma noção é encontrada no alemão por intermédio do termo *Vertretung*. Esse termo, por sua vez, é aplicado

⁷⁶ Ricoeur considera as reflexões do filósofo Martin Heidegger em *Ser e Tempo* em vista da escolha terminológica do “ter sido” e “não ser mais” como pressuposição ontológica do referente último do passado. O fio condutor das reflexões heideggerianas em *Ser e Tempo* é a elaboração concreta do sentido do ser. O sentido do ser é pensado a partir de uma analítica existencial, pois o ser só é acessível na expressão de um ente determinado na sua constituição essencial pela existência, denominado pelo filósofo por *Dasein* [ser-af]. O tempo é o horizonte da questão do ser, do *Dasein*. Heidegger descobriu a ideia de tempo como medida linear e sucessiva de passado, presente e futuro, ou seja, como uma sequência temporal fechada. A temporalidade do *Dasein* compreende o tempo em um horizonte circular e simultâneo, projetado a partir do futuro ao passado. O passado assume outra dimensão, não é o que passou, terminado e acabado, mas “[...] o que vigora por ter sido presente” (HEIDEGGER, 2005, p. 397). O ter-sido é aberto à dimensão do futuro [porvir]. A leitura ricoeuriana da obra de Heidegger, como bem aponta Breno Mendes, visa evidenciar que embora o passado seja, na expressão de Michel de Certeau, o “ausente da história”, ele não deixa de ter-sido, o que assegura a existência da realidade pretérita. “Conquanto ausente, o passado existiu anteriormente à sua narrativa” (MENDES, 2019a, p. 251). Um adendo importante é que Ricoeur se mantém crítico da hierarquização realizada por Heidegger quanto a elevação do “ter sido” [*Gewesen*] a um estatuto mais autêntico que o passado [*Vergangen*]. Para o filósofo francês, as duas designações têm o mesmo peso originário: “[...] o ‘não mais do passado consumado’ deve ser considerado sob o mesmo plano do ‘ter sido’. Isso não impede de mensurar o benefício da promoção do ‘ter-sido’ na categoria de originariedade maximal em razão do passado” (RICOEUR, 2012a, p. 344).

por Gadamer, em *Verdade e Método*, em seu estudo hermenêutico no contexto das obras de artes. A representação-suplência reencontra a problemática no sentido amplo da exposição [Darstellung, no francês *representation*], através do conceito de *Bild*, imagem-quadro.

Gadamer (2002), no capítulo intitulado *A valência ontológica do quadro*, propõe uma análise não apenas conceitual, mas acima de tudo ontológica sobre o estatuto da imagem-quadro. Sua intenção é delinear em que sentido o quadro se diferencia da cópia, e na mesma proporção, estabelecer a relação do quadro com o seu mundo. Diferente do espelho que reflete de volta a imagem, a imagem-quadro não é uma mera cópia, trata-se da representação de um modelo, entendido no sentido mais amplo da tonalidade dos modos de ser no mundo. “Esse seu ser como representação, ou seja, justamente aquilo em que não é a mesma coisa com relação ao reproduzido, dá-lhe, em face da mera cópia, a caracterização positiva de ser um quadro” (GADAMER, 2002, p. 227). No sentido estético da palavra, um quadro possui um ser próprio, pois está representando algo, que sem ele não se representaria assim. “Toda representação desse gênero é um processo do ser e contribui para perfazer a categoria de ser do representado [...]. O conteúdo próprio do quadro é determinado ontologicamente como emanção do quadro original” (Idem, p. 228). A dependência da imagem em relação ao seu modelo é compensada pelo “acréscimo de ser” que a imagem confere de volta ao modelo. É nesse sentido que Gadamer caracteriza esse *modo de ser* da imagem-quadro através do conceito de *Repräsentation*⁷⁷.

Diante desse contexto, Ricoeur se propôs a transpor a ideia de representação-suplência da esfera estética à historiografia, pelo termo representância. A direção para essa transposição está no componente imagético da lembrança. Ricoeur, em referência a Gadamer, estende à lembrança-imagem a problemática da representação-suplência, creditando-lhe a ideia de “acréscimo de ser” antes conferido a obra de arte. “O que é assim aumentado pela representação figurada, é o próprio pertencimento do acontecimento ao passado” (MHE, p. 295, n. 77c). Se a transposição da representação-suplência ao campo historiográfico dá-se pelo componente imagético da lembrança, resta elucidar o caminho da lembrança à representação historiadora. A tese empreendida por Ricoeur é que o pertencimento da história à representação literária, ou seja, ao campo da escrita, não impõe nenhum limite à extensão da problemática da representação-suplência. Logo, a estrutura ontológica continua fazendo valer seu direito sobre

⁷⁷ Gadamer recorre à palavra latina de origem romana [*Repräsentation*], para significar um sentido alternativo à noção de representação. “Re-apresentação já não significa somente cópia ou representação plástica, nem mesmo ‘representação’ no sentido comercial de satisfazer o valor de compra, já que significa agora ‘representação’ (Vertretung) (no sentido de ser representante). O termo pode adotar esse significado porque o copiado está presente por si mesmo na cópia. Re-presentar significa fazer com que algo esteja presente” (GADAMER, 2002, p. 229, n. 251).

a hermenêutica textual, colocada também sobre a valência do “acréscimo de ser” aplicado a obra de arte. Há, pois, uma extensão da representação suplência da obra de arte à lembrança e à escrita da história, entendida como representância do passado, “[...] porque a história, que faz memória do passado, para o presente e o futuro, pode conferir um ‘acréscimo de ser’ àquilo que ela representa” (GRONDIN, 2015, p. 109).

Uma vez então empreendido o exame conceitual da noção de representância por meio do conceito de representação-suplência, por que então essa noção permanece tão problemática à historiografia? Primeiro, como já foi adiantado, a representância perfaz um ponto de articulação da epistemologia e da ontologia, o que causa um mal-estar entre os historiadores preocupados em desvencilhar o conhecimento histórico de qualquer retorno à filosofia da história. Há outra questão bem mais problemática, contudo, ligada à própria natureza da representação do passado em história. No campo da história, a representação não tem o mesmo valor cognitivo presente no contexto da fenomenologia da memória. Isso porque a representação literária não compartilha o fenômeno do reconhecimento do passado pela memória. “O enigma do passado é finalmente o de um conhecimento sem reconhecimento” (MHE, p. 296, n. 77e). Paul Ricoeur não pressupõe que a memória seja mais legítima que a história ao que tange a representação do passado, ou vice-versa, são visadas distintas. Na leitura de François Bédarida (2013), Ricoeur recusa a alternativa de opor memória e história e propõe uma intersecção com sutis ligações gerando interferências múltiplas entre o discurso memorial e o discurso histórico.

Nesse sentido, ao mesmo tempo que memória possui a vantagem do reconhecimento do passado, a história devolve o poder de ampliar o olhar no espaço e no tempo, por meio da crítica na ordem do testemunho, da explicação/compreensão, do domínio retórico do texto (RICOEUR, 2000, p. 747). Se há uma complexidade inerente em conciliar o desejo de fidelidade da memória e o pacto de verdade da história, há uma necessidade de uma relação dialética. “[...] uma história, substituída pela memória no movimento da dialética da representação e do projeto, não pode mais separar a verdade da fidelidade que se prende, em última análise, às promessas não cumpridas do passado. Pois é com relação a estas que estamos primordialmente endividados”⁷⁸ (RICOEUR, 2012a, p. 348). Portanto, não condiz restringir a

⁷⁸ Paul Ricoeur, desde *Tempo e narrativa*, proclama que o historiador tem uma dívida com os homens de outrora. A dívida, segundo Ricoeur, é o fardo que o passado faz pesar no futuro. O passado que “não é mais, mas foi”, clama o dizer da narrativa do fundo de sua ausência, o passado necessita ser contado. A dívida obriga. “Este é o sentido mais forte que se poderia atribuir à ideia de aproximação do passado pelo conhecimento histórico. Se o discurso histórico se mantém uma construção, a construção pretende ser uma reconstrução [...]. É justamente o inesgotável que nos exige recontar, reescrever, retomar de novo e de novo a escritura da história” (RICOEUR, 2012, p. 346).

representação historiadora à falta em relação ao reconhecimento da memória; a representância do passado na história carrega em seu bojo a vertente positiva da representação-suplência, quer seja o acréscimo de ser conferido ao que por ela é representado na totalidade da operação historiográfica. “A ideia de representância é então a maneira menos ruim de homenagear um procedimento reconstrutivo, o único disponível a serviço da verdade em história” (MHE, p. 296, n. 77e).

Antes de encaminharmos para as páginas finais do nosso capítulo gostaríamos de fazer um adendo sobre a relação entre interpretação e verdade. Afinal, sendo a interpretação um conceito caro para Ricoeur ao que concerne a textualidade, por que Ricoeur não o incorporou no âmbito da epistemologia da história? Na perspectiva ricoeuriana, a delimitação da interpretação a uma fase da operação historiográfica, suprimiria a amplitude do seu conceito. Isso porque a interpretação está presente nos três níveis do discurso histórico: o documental, o da explicação/compreensão e o da representação literária do passado. “Ela reúne todas as fases, enfatizando assim, simultaneamente, a impossibilidade da reflexão total do conhecimento histórico sobre si mesmo e a validade do projeto de verdade da história nos limites de seu espaço de validação” (MHE, p. 347). Ricoeur articula o conceito de interpretação como um complexo de atos de linguagem incorporados aos enunciados do discurso histórico⁷⁹ passíveis de constituir a correlação entre a vertente subjetiva e a vertente objetiva do conhecimento histórico. Essa correlação está presente nos três estágios da operação historiográfica.

Na fase documental, a interpretação atua desde a constituição à consulta dos arquivos. Inicialmente há uma seleção no próprio processo de arquivamento por uma instituição, nem todos os vestígios e testemunhos são transformados em arquivos e preservados à posteridade. Na fase de consulta pelo historiador, há outra etapa seletiva, ou seja, novas dificuldades de interpretação se apresentam, pois, os arquivos são selecionados em graus de importância a partir de questões pré-estabelecidas que guiam a pesquisa do historiador. Até mesmo a própria delimitação das perguntas do questionário não é transparente, o historiador escolhe perguntas específicas em detrimento de outras. Em relação à crítica dos testemunhos, ponto central da fase documental, ela deriva igualmente à lógica do provável. Entretanto, Ricoeur endossa que a noção de prova documental, em contrapartida às fases posteriores da operação historiográfica,

⁷⁹ A preocupação em explicitar, deixar claro um conjunto de significações obscuras, visando a compreensão do interlocutor; o reconhecimento de um grau de controvérsia, pois há a possibilidade de várias interpretações diferentes sobre uma mesma coisa; o anseio de dotar a interpretação de argumentos plausíveis; a admissão de um fundo impenetrável de motivações pessoais e culturais que reside na interpretação. Nesse emaranhado de elementos, a reflexão progride da enunciação ao enunciador, como o quem dos atos de interpretação (MHE, p. 351).

é o que, em história, mais se aproxima do critério popperiano de verificação e refutação. “Sob a égide de um amplo acordo entre especialistas, pode-se dizer que uma interpretação fatural foi verificada no sentido de que não foi refutada no estado presente da documentação acessível” (MHE, p. 352). Em face das teses negacionistas, é de suma relevância preservar a autonomia do estágio documental na constituição do conhecimento histórico. A prova documental conduz à discussão da explicação/compreensão. A interpretação aparece como um componente da explicação, a saber, seu contraponto “subjetivo”. A interpretação é uma operação imbricada, ao nível da linguagem, dos usos logicamente heterogêneos de conector causal “porque”. Alguns desses usos se identificam com a conexão causal, próxima da ideia de regularidade própria das ciências naturais; outros, se aproximam da explicação por razões. O que importa destacar é que não é clara a razão pessoal que preside na escolha do historiador por um modelo explicativo em detrimento do outro. Por exemplo, por que preferir a abordagem micro histórica? Por que se interessar por questões históricas que necessitam dessa abordagem? A motivação do historiador não é integralmente clara a si mesmo.

Por sua vez, na última fase da operação historiográfica, quer seja no plano da representação escriturária, a interpretação é uma marca tão característica que chega a ser utilizada como sinônima à representação. O caráter seletivo de toda composição da intriga confirma o legado interpretativo: sempre é possível narrar de outro modo a partir de uma nova interpretação dos fatos e, ainda, os documentos do passado estão sempre abertos a reinterpretção. Ademais, é possível escolher entre vários tipos de intriga e outras estratégias retóricas. As constantes reescritas da história sobre um mesmo período histórico evidenciam essa dinâmica do trabalho interpretativo de escrita do historiador. Entretanto, na leitura ricoeuriana, interpretação e representação são categorias com peculiaridades específicas e identificá-las sob o mesmo véu de sentido “[...] consagra a tendência criticável de separar o estatuto representativo das outras camadas do discurso histórico, no qual a dialética entre interpretação e argumentação é mais fácil de ser decifrada” (MHE, p. 354). Para Ricoeur, a interpretação é um traço da investigação da verdade em história que perpassa os três níveis da operação historiográfica. Nesse caso, presumir a dependência recíproca entre interpretação e verdade na história é dizer mais do que se foi dito outrora [em *História e verdade*] sobre a fórmula que exhibe a correlação entre subjetividade e objetividade⁸⁰. Em todas as fases do

⁸⁰ Paul Ricoeur faz uma clara referência ao ensaio *Objetividade e subjetividade na história* da coletânea *História e verdade* (1955). Ricoeur propõe uma revisão ao conceito de interpretação, outrora ligado a subjetividade historiadora. Na perspectiva ricoeuriana, é preciso demarcar claramente a delimitação da interpretação no âmbito historiográfico, se não quisermos, apenas apoiando a objetividade na subjetividade, psicologizar, moralizar, ou celebrar a intenção do historiador, enfatizando os interesses, preconceitos, paixões ou virtudes. A interpretação

discurso histórico a interpretação qualifica o desejo de verdade em face do voto de fidelidade da memória (RICOEUR, 2000, p. 746).

Ao chegarmos ao fim do capítulo, levantamos umas das questões centrais: no pensamento ricoeuriano, a verdade na história é capaz de credenciar a legitimidade e autonomia epistemológica no campo das ciências humanas? Ao longo do texto, buscamos evidenciar que o conceito de representância distingue o modo de verdade do discurso histórico, ou pelo menos a pretensão à verdade capaz de legitimar a intencionalidade historiadora. A representância é o *signum* da verdade em história. Nesse sentido, o pacto de leitura em que se supõe a escrita da história, a saber, a pressuposição do texto histórico como um discurso verídico, um discurso plausível, pode vir a ser realizado, até certo ponto. Ciente da complexidade que envolve essa questão, Ricoeur argumenta que afirmar a positividade do pacto é testemunhar a favor da intencionalidade regulatória da investigação histórica (RICOEUR, 2000, p. 745). No decorrer da pesquisa em torno das considerações ricoeuriana sobre a história, evidenciamos o quanto Ricoeur, embora filósofo, mergulha no campo historiográfico a fundo. Logo, sua pressuposição sobre a verdade na história não poderia ser um tema de especulação puramente filosófica, mas propriamente um critério objetivo, não no sentido tradicional do termo, mas no sentido de orientação ao ofício do historiador.

O filósofo francês renova a discussão sobre regras que regem o contrato da verdade e que guiam o processo metodológico de produção do saber histórico. A relevância apontada à fase documental exprime a necessidade de se ater, até certo ponto, a critérios que se assemelham à noção popperiana do refutável e verificável. Ao mesmo tempo ele nos mostra que a verdade não se esgota nos procedimentos de adequação e verificação. A história possui um rigor científico, mas não se enquadra no caráter puramente descritivo, haja vista que a história é escrita de uma ponta à outra, é linguagem e a linguagem não é transparente em si. Ricoeur incorpora a ideia de verdade na história, coadunando elementos metodológicos próprios da historiografia à luz de uma teoria proveniente da linguagem capaz de assegurar o referente extratextual da história.

Ricoeur, em *Tempo e narrativa*, propõe justamente uma transposição da potência da “verdade metafórica” para narrativa histórica, respaldando a possibilidade do discurso poético

corresponde a elementos específicos no discurso histórico: a identificação de pontos de controvérsias, o exame de posições tomadas, a escolha de um modo de explicação em detrimento de outro, em termos de causa ou razão, privilegiando tal arcabouço de composição da intriga em vez de outro. Por isso, a interpretação é um elemento que acompanha todas as fases da operação historiográfica e reputa o desejo de verdade no discurso histórico.

de apresentar uma referência à experiência, embora mediatizada e indireta. Em *A memória, a história, o esquecimento*, por sua vez, o filósofo francês evidencia a importância dos procedimentos metodológicos da história, em especial a noção de fiabilidade do testemunho. Na leitura de Rodrigo Bianchini Cracco, a tese de Ricoeur [...] “é uma das possibilidades abertas ao conhecimento histórico em função de um movimento maior, no sentido de rearticular os referenciais teóricos com os quais os historiadores lidam” (2018, p. 64). Assim, ainda que a história não possa alcançar uma verdade inquestionável, em total correspondência com a realidade do passado, o saber histórico pode atingir uma verdade provável, plausível, verossímil, capaz de honrar o compromisso com o leitor e a dívida com a vida dos homens de outrora. A história não cessa em ser recontada, por outro lado, é na reescrita que se mostra o desejo do historiador de se aproximar cada vez mais da verdade (RICOEUR, 2000, p. 746). Os mortos, principalmente as vítimas de horror, clamam que se procure e se exponha a verdade. Tal é a dívida do historiador. Nessa visada, a epistemologia ricoeuriana esbarra na ética: a busca pela verdade deve ser um compromisso ético do historiador. Em meio à essa questão, em nossas considerações finais visaremos o entrelaçamento entre verdade e ética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diálogo entre história e filosofia, proposto nas entrelinhas do nosso trabalho, foi por muito tempo indiferente à comunidade historiadora, cuja tendência natural, desde a consolidação científica da história no século XIX, consistia na rejeição de qualquer aproximação com as leituras filosóficas. De certa forma, o mal-estar dos historiadores é referente à produção de filosofias da história ao estilo hegeliano. Embora a própria filosofia tivesse ultrapassado internamente a representação filosófica da história de Hegel, na historiografia permaneceu por muito tempo a pressuposição que a filosofia em geral remetia a pensadores que se dedicavam a especular sobre o curso, o sentido e o motor de uma história universal. Gerações de filósofos, por sua vez, continuaram a refletir em torno do estatuto histórico sem serem notados pelos historiadores de ofício.

Não obstante, o momento de interrogações e dúvidas que os historiadores vêm passando nas últimas décadas permitiu lançar as bases de uma verdadeira interrogação acerca dos conceitos que eles utilizam e, nesse momento, um diálogo com a filosofia, outrora rejeitado, se faria frutífero. Na leitura de Herman Paul (2014), a filosofia da história é crescentemente valorizada em tempos de “crises”, isto é, em contextos espaço-temporais de incertezas, anomalias nos horizontes de expectativas de uma sociedade ou ocorrências que não cabem nas visões de passado, presente e futuros existentes. Para Paul, a filosofia da história atrai intenso interesse à medida que a história muda “do belo para o sublime”, quer seja, de uma resposta para uma pergunta, ou do previsível ao aventuroso, ameaçador. Cito-o: “[...] em tempos de crises, os historiadores podem querer investir na filosofia da história e tentar tornar os conhecimentos desenvolvidos sob a égide da filosofia crítica da história disponíveis para as sociedades que se reorientam no tempo e repensam suas relações herdadas com o passado” (PAUL, 2014, p. 79).

Entre as últimas décadas do século passado, as considerações de Paul Ricoeur sobre a história caíram como um meteorito no território dos historiadores com respostas esclarecedoras às questões do momento, embora fizesse algum tempo que Ricoeur se propunha a dialogar com a história (DOSSE, 2017a). De forma concreta, o diálogo com os historiadores começou a se travar depois da publicação dos três tomos de *Tempo e narrativa*. Uma das principais razões para essa entrada na cena historiográfica, segundo Jeanne Gagnebin (2017), é encontrada na singularidade do pensamento filosófico ricoeuriano, em sua capacidade de conciliar as pesquisas mais avançadas, tanto nos campos da história quanto da teoria literária e da literatura. A imersão do filósofo francês no cenário historiográfico e da teoria literária abriu espaço a uma

prática que não se restringiu à produção de filosofias da história tal qual os historiadores repudiaram outrora, mas, ao contrário, Ricoeur se propôs a questionar os conceitos e fundamentos próprios das áreas de saber. Para Roger Chartier, o mérito de Ricoeur é o de romper com aquilo que os historiadores repudiaram, quer seja as intervenções filosóficas exteriores à prática histórica (DOSSE, 2003). O filósofo atravessou à risca obras históricas e, por esse motivo, assimilou o verdadeiro trabalho da pesquisa histórica em consonância com o diálogo filosófico.

Temos aqui uma outra concepção de filosofia que seu enclausuramento num diálogo exclusivo com sua própria tradição. Sem abdicar de sua clareza e de seu tão prolapado rigor, a reflexão filosófica de Ricoeur é uma exigente interrogação de conceitos, sem dúvidas filosóficas, (sujeito, verdade, real, ficção, para citar alguns), mas que não pertencem somente ao exercício da filosofia: pertencem ao pensamento em constante transformação das práticas artísticas e científicas. (GAGNEBIN, 2017, p, 233)

Para François Dosse (2017a), é sobretudo com a publicação de *A memória, a história e o esquecimento* que se operará legitimamente uma apropriação das teses de Ricoeur por parte dos historiadores. O encontro entre os historiadores e as obras ricoeurianas tornou-se profícuo em razão de uma série de novos fatores: a crise da historicidade (crise do futuro) atravessada pelo mundo contemporâneo; a preocupação no momento quanto uma exigência de elucidação das relações entre memória e a história; e não menos importante, a perda do valor estruturante dos grandes esquemas de explicação histórica: o funcionalismo, o estruturalismo, o marxismo, que influenciavam categoricamente as leituras do que pode ser designado como real. Nesse contexto, “[...] é chegado o tempo das dúvidas e a possível entrada do historiador em uma idade reflexiva, a da interrogação sobre o significado da operação historiográfica” (DOSSE, 2017a, p. 601). Dessa forma, o pensamento ricoeuriano apresentou-se como um caminho extremamente frutífero para se pensar questões cruciais da disciplina histórica em um momento de dúvidas e interrogações arrematadas no final do século passado. De nossa parte entendemos que as reflexões ricoeurianas ainda são atuais e necessárias para os historiadores que se lançam a pensar seu próprio ofício. O nosso intuito, ao longo de toda as páginas percorridas em meio à complexidade dos temas abordados por Ricoeur, foi justamente esse: pensar a história a partir das contribuições de um filósofo que dedicou décadas de sua produção intelectual a se debruçar sobre questões historiográficas (e filosóficas) por muito tempo ignoradas pelos historiadores de ofício.

Ao chegarmos ao final do percurso, queremos tecer alguns comentários dos pontos centrais discutidos, afim de esclarecer o que possa ter ficado confuso na nossa linha de análise, assim como lançar algumas questões que não foram tão exploradas em nossa pesquisa.

Primeiramente, o foco de estudo desse trabalho pautou-se no pensamento de Paul Ricoeur sobre a historiografia. A linha de argumentação escolhida para analisar o pensamento ricoeuriano sobre a história seguiu a ordem de publicação entre *Tempo e narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento*, levando em consideração o primeiro estudo ricoeuriano sobre a história contemplado em *História e verdade*. Nosso trabalho, nesse sentido, foi um exercício de seleção conceitual e, ao mesmo tempo, de interrogação do pensamento ricoeuriano preocupado com a história. Em vista da ampla e heterogênea bibliografia sobre a temática histórica, que conta com as obras citadas e uma variedade de artigos, comunicações e ensaios dispersos, concentramo-nos propriamente nas discussões de cunho epistemológico sobre a escrita da história em meio à reflexão hermenêutica, ontológica, próprias da filosofia crítica ricoeuriana. No âmbito epistemológico, identificamos uma preocupação constante em seu pensamento que percorre a discussão sobre a história: a pretensão da verdade da história.

Nesse sentido, ao longo do nosso trabalho, buscamos evidenciar, por vezes não explicitamente, como discussão em torno da verdade do conhecimento histórico, ainda que indiretamente, é um ponto central do pensamento ricoeuriano, seja nas reflexões sobre a subjetividade e objetividade, a relação entre narrativa de história e de ficção, história e literatura e o vínculo entre história e memória. Reforçamos que essa discussão sobre a verdade nem de longe pode ser pensada como a matriz de seu interesse e investigação sobre a historiografia, é antes um grande problema que o cruza e que é necessário ser pensado para desdobrar toda a potencialidade da história em seu duplo sentido, entre o ato de fazer a história e ser histórico. Em sua clássica posição conciliatória pautada em promover diálogos entre teorias e autores considerados antagônicos e/ou não pertencentes ao mesmo círculo teórico, Ricoeur teve a maestria de engendrar uma terceira via, conciliando conceitos aparentemente contraditórios na história, sem necessariamente retirar sua credibilidade: a história continua a ter como alvo insubstituível o referente passado. A visada da história ao referente do passado, a pretensão de verdade do discurso histórico, não possui o teor positivista que pressupõe a ideia de uma correspondência total entre o real e o conhecimento histórico, mas é pautada sob o regime analógico do conceito de representância.

No caminho traçado entre o conceito de redescrição metafórica, transposto à historiografia através da noção de lugar-tenência, até a reformulação do conceito de representância pelo viés da representação mnemônica, há uma virada de perspectiva. Associada inicialmente ao enigma da relação de semelhança, a noção de representância é adaptada ao polo da relação fiduciária constituinte da credibilidade do testemunho, com isso, a ideia de representância é pensada ao lado do “como” do testemunho antes do que o “como” da metáfora,

embora ainda associado à perspectiva do ser-come, elaborado em *A metáfora viva*. Nesse viés, o filósofo francês não propõe uma continuidade da noção de ficcionalização do discurso histórico que havia proposto em *Tempo e narrativa*. As figuras literárias e retóricas de estilo são tomadas como uma importante etapa da representação escriturária, porém, à serviço da ideia de fidelidade à memória do passado. Entre o retorno a um realismo ingênuo e as ameaças do relativismo e negacionismo histórico, Ricoeur autodenomina sua posição como realismo crítico, conferindo à historiografia a capacidade de representar satisfatoriamente o passado, de cumprir o pacto de verdade implícito no texto histórico.

Sobre a relação entre pretensão da verdade da história e o ofício do historiador, há um ponto central no pensamento ricoeuriano: o cruzamento com a vertente ética. Ainda em seus primeiros escritos referentes à história, ao tratar da objetividade como resultado da “boa” subjetividade do historiador [o “eu” da pesquisa], Ricoeur considera que a definição de objetividade, enquanto produção de conhecimento, de lógica tornou-se ética. Em *Tempo e narrativa* e *A memória, a história, o esquecimento*, respectivamente, a vertente ética da pretensão de verdade da história é reforçada com duas noções lançadas por Ricoeur: noção de dívida com os homens de outrora e a promessa implícita no pacto de leitura do texto histórico. Em virtude dessa perspectiva podemos dizer que, embora Ricoeur faça jus à pretensão de verdade do conhecimento histórico por meio da noção de representância, uma verdade que é resultado de um método específico, pautado na crítica do testemunho/prova documental, por outro lado, o historiador continua sendo a principal garantia da verdade, haja vista que a verdade depende da interpretação do passado, de escolhas individuais e intelectuais do historiador para com a memória dos homens de outrora, ou seja, a verdade carece da perspectiva ética de quem faz a história.

Automaticamente uma questão se faz presente, a saber, o que podemos entender sobre a questão da ética na perspectiva ricoeuriana e qual a relação com a pretensão e verdade na história? Primeiramente, precisamos considerar que Ricoeur não engendrou um tratado sobre ética ou moral especificamente, há um conjunto de temas tangenciais ao campo da ética, uma perspectiva ética. Como aponta Villela Pettit (2007), Ricoeur não escreveu uma obra exclusivamente dedicada à ética, tão somente o que ele próprio designou por sua “Pequena ética” referindo-se a capítulos de *O si-mesmo como outro*. Contudo, a preocupação ética acabou sendo recorrente em seus desvios interpretativos, amplamente movido por sua vontade de esclarecer o agir humano. Em *O si-mesmo como outro*, o filósofo francês conceitua sua perspectiva ética a partir de três elementos constitutivos: “chamaremos de ‘visada ética’ a visada da ‘vida boa’ com e para outrem em instituições justas” (SO, p. 186). Em relação à

particularidade entre ética e moral, uma aproximação bastante comum, Ricoeur ressalta que nada na etimologia ou história do emprego dos termos impõe uma distinção, ambos os termos remetem à ideia de costumes, remetidos aquilo que é considerado bom e do que se impõe como obrigatório. Por convenção, Ricoeur reserva o termo ética para a visada de uma vida plena e o termo moral para articulação dessa visada envolta da noção de normas. A moral constitui uma efetivação da visada ética e, nesse caso, a ética abrangeria a moral.

Na perspectiva ricoeuriana, a ética é inseparável da constituição de sentido do sujeito da ação. A produção de sentido através da linguagem remete à questão da história. Se pensarmos a história enquanto narrativa, podemos dizer que a mesma apresenta uma forte carga ética, haja vista que na composição da intriga há proposições de juízo de valor, ou seja, as ações complexas são refiguradas por narrativas ricas em previsões de caráter ético, além de que no processo de refiguração, é imbricado a ideia de uma reavaliação do agir do sujeito por meio da leitura, a identidade narrativa: “[...] narrar é abrir um espaço imaginário para experiências intelectuais nas quais o juízo moral é exercido de modo hipotético” (SO, p. 184). De todo modo, ao historiador é confiado um compromisso ético de verdade. O que podemos dizer dessa assertiva? Primeiramente temos que ter em mente que a conduta ética segue determinados padrões de excelência estabelecidos socialmente. Nas palavras de Ricoeur, “[...] é a dimensão significativa oferecida pela noção de regra constitutiva que abre espaço de sentido no qual podemos desdobrar-se apreciações de caráter avaliativo (e ulteriormente normativos vinculados aos preceitos do bem fazer)” (SO, p. 192). A historiografia, como campo institucionalizado de saber, é ordenada por regras socialmente aceitas pela comunidade historiadora que erigem um princípio unificador da prática historiográfica e estabelecem os princípios do que podem ser considerados como “verdade” histórica. Logo, há padrões por excelência, que dão sentido à conduta ética do historiador (BONA, 2010).

Nesse contexto, há intrinsecamente um compromisso depositado na figura do historiador, profissional responsável pela construção do texto histórico, a confiança por parte do leitor que ele satisfaça a promessa de fidelidade ao passado implícita no pacto de leitura ensaiado por Paul Ricoeur. Não obstante, o aspecto ético na prática historiográfica não encerra na discussão da institucionalização da figura do historiador envolto em um corpo de normas e regras que regem o ofício. A perspectiva ética é reservada aos lugares de subjetividade do historiador, pontuada por Ricoeur desde o início de sua produção filosófica sobre a história. Ao historiador cabe traduzir a alteridade do passado no presente usando mecanismos próprios de sua subjetividade, embora permeado pela documentação histórica, repitamos mais uma vez.

Nesse processo de escrita é confiado à interpretação historiadora que honre a memória dos homens de outrora em pleno reconhecimento da dívida que liga o historiador ao passado.

Antes de concluirmos, queríamos salientar um debate bastante contemporâneo: atualmente, afirma-se que a historiografia esteja passando por uma espécie de giro ético-político, em meio à abertura promovida pela virada linguística entre a relação do texto histórico e a realidade do passado. No interior desse movimento, há novos problemas e um cenário de mudanças ao que concerne a pesquisa histórica e o ofício do historiador na atualidade com ênfase na articulação valorativa entre as palavras e as vivências. O termo ética é sobrecarregado por um movimento em direção à tematização da diferença/alteridade, ou ainda, do imperativo das últimas décadas de se resguardar espaços para grupos e modos de ser específicos, e, ainda, em razão da própria etimologia do termo. Ético, portanto, porque reflete uma preocupação sobre questões limites próprias do mundo em que vivemos na contemporaneidade⁸¹; e o termo política hifenizado incide na compreensão de um comportamento ético atuante mais específico (RANGEL, 2019). Na perspectiva de Mello Rangel, a origem fundamental da própria constituição do que está sendo chamado de giro ético-político é a tendência a um certo “ceticismo epistemológico” que vem infringindo a disciplina histórica. Cito-o:

Trabalhamos com a hipótese de que esta posição epistemológica se intensificou a partir do final do século XIX, se generalizou com o giro-linguístico, se tornando responsável, então, por uma crise no interior da disciplina ao lado das décadas de 60 e 70, especialmente nos campos que são da teoria da história e historiografia, e isso porque enfraqueceu a justificativa que até então era suficiente à atividade historiográfica – a de que ela seria um espaço privilegiado à constituição de enunciados verdadeiros, definitivos sobre o passado [...]. (RANGEL, 2019, p. 31)

Nesse sentido, o giro ético-político é um movimento de respostas às demandas epistemológicas impostas pelo mundo contemporâneo pós-virada linguística, um ambiente profundamente crítico ao que tange a produção de enunciados privilegiados em relação ao real. O giro ético-político não pode ser entendido, contudo, como uma superação do giro linguístico, é muito mais um desdobramento possível em decorrência das inquietações sobre a relação entre linguagem e realidade. É justamente em decorrência do questionamento e uma certa perda de credibilidade do conhecimento histórico, em meio à crise epistemológica significativa pela qual a teoria e a historiografia passaram ao longo dos anos de 60 e 70, que “[...] a teoria e a história

⁸¹ O século XX e XXI impôs uma série de acontecimentos que forçaram os historiadores a pensar sua prática para além da perspectiva epistemológica. Citamos principalmente os acontecimentos “traumáticos” do século passado – acontecimentos como as duas grandes guerras, os campos de concentração nazista e stalinista, a “solução final”, as lutas pela descolonização da Ásia e África – enfim, eventos que despertaram a discussão sobre a incapacidade da linguagem para explicar legitimamente a realidade em toda sua extensão.

da historiografia contemporânea têm no critério pensar e/ou intervir no mundo, ou seja, na pretensão ético-política, o ponto de determinação ou o mesmo motivo fundamental a partir do qual insiste (e justifica) em tematizar passados no interior do presente” (RANGEL, 2019, p. 34). Dito isso, qual o nosso interesse nesse debate recente sobre o giro ético-político? Colocar em cena a atualidade da discussão historiográfica atual e evidenciar como Paul Ricoeur pode ser inserido prontamente em um diálogo frutífero. Afinal, as considerações ricoeurianas sobre a história não poderiam ser articuladas em afinidade à justificativa do giro ético-político? A noção de representância não seria uma injunção ética em relação ao passado, com os mortos do passado, com uma história que não pode ser esquecida?

Como bem expressa Olivier Abel (2011), a obra de Ricoeur é precisamente para recordar a presença de um mundo, de um referente, de uma verdade possível. O filósofo francês encarou correntes que colocaram em suspeita o próprio estatuto científico, sentido e até o valor ético da história e combateu qualquer relativismo preguiçoso frente a possibilidade de representação do passado e pretensão de verdade da história. Ricoeur ao credenciar a subjetividade historiadora, a interpretação histórica e situar a pretensão da verdade da história na divisa entre epistemologia, ética e ontologia, situou uma nova linha de pensamento ao debate sobre a história e figura do historiador como aquele que escreve a história e faz história, assim como do leitor que se apropria do texto histórico, tendo a oportunidade de habitar novos mundos, repensar o seu agir. Em tempos de negacionismo e ceticismo epistemológico, as considerações de Paul Ricoeur revestem de imponência por realçar a relevância não apenas epistemológica, a qual dedicamos o cerne de nosso estudo, mas também ética da história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia de Paul Ricoeur

- _____. *História e Verdade*. Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- _____. *O conflito das interpretações*. Ensaios de hermenêutica. Trad. M. F. Sá Correia. Porto, Portugal: Rés Editora, 1978.
- _____. *Interpretação e Ideologia*. Trad. Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, 1990.
- _____. L'identité narrative. *Revue des sciences sociales*. (Narrer, L'art et la manière) n. 221, jan-mar, p. 34-47, 1991.
- _____. *Autobiografia intelectual*. Trad. António Moreira Teixeira. In: _____. Da metafísica a moral. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- _____. *A metáfora viva*. Trad. Dion Davi Macedo. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- _____. L'écriture de l'histoire et la représentation du passé. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. 55^a année, n. 04, p. 731-747, 2000.
- _____. *Teoría de la interpretación*. Discurso y excedente de sentido. México: Siglo xxi editores s.a. Trad. Graciela Monges Nicolau, 2006.
- _____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alan François [et.al]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. *Tempo e narrativa*. A intriga e a narrativa histórica. v.1. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *Tempo e narrativa*. A configuração do tempo na narrativa de ficção. v.2. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. *Tempo e narrativa*. O tempo narrado, v.3. Trad. Cláudia Berliner. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- _____. A marca do passado. Trad. Breno Mendes e Guilherme da Cruz e Zica. *História da Historiografia*, n. 10, p. 329-350, 2012a.
- _____. Entre Tempo e narrativa: concordância/discordância. Trad. João Batista Botton. *Revista Kriterion*. Belo Horizonte, n. 125, 2012b
- _____. *O si-mesmo como outro*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

Bibliografia Geral

ABEL, Olivier. Du retournement poétique au paradoxe éthique. In: DE PAULA, Adna Candido; SPERBER, Suzi Frankl (org.). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível*. Dourados: UFGD, 2011

ARRAIS, Cristiano Alencar. Filosofia Analítica da história, o que é? *Caderno de resumos & Anais do 4º seminário nacional de história da historiografia: tempo presente & usos do passado*. Ouro Preto: Edufop, 2010.

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História*. Princípios e conceitos fundamentais. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. A escola dos Annales: considerações sobre a história do movimento. *Revista História em Reflexão*, Dourados, vol. 4, n.08, UFGD, 2010.

_____. História e Ciência: algumas questões de método. In: GIANNATTASIO, Gabriel; IVANO, Rogério (org.). *Epistemologia da história: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade*. Londrina: Eduel, 2011.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BÉDARIDA, François. Une invitation à penser l'histoire: Paul Ricoeur, La mémoire, l'histoire et l'oubli. *Presses Universitaires Revue historique*, n. 619, p. 731-739, 2001.

BOEIRA, Nelson. A filosofia analítica e o papel da narrativa no conhecimento histórico. In: MALERBA, Jurandir (org.) *História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

BONA, Aldo Nelson. *Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito*. 2010. 209f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense-UFF, Rio de Janeiro, 2010.

BRITO JUNIOR, Antônio Barros de. A metáfora do si-mesmo como outro: poética e ontologia em Paul Ricoeur. In: CASTRO, Fabio Caprio Leite de (org.). *O si-mesmo e o outro*. Ensaios sobre Paul Ricoeur. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

CARDOSO JÚNIOR, Hélio Rebello. Ricoeur: de uma hermenêutica histórica a uma hermenêutica para a narrativa histórica. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e a histórica da historiografia*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006.

CESAR, Constança Marcondes. Mythos e história em Paul Ricoeur. *Revista Estudos Filosóficos*. Minas gerais: n. 13, p. 87-94, 2014.

COELHO, Carlos Cardozo. Hermenêutica e desconstrução: a conciliação de Paul Ricoeur e a aporia de Jacques Derrida. *Veritas*, Porto Alegre, v. 64, n.01, 2019.

CRACCO, Rodrigo Bianchini. Contribuições de Paul Ricoeur para o debate acerca da pretensão à verdade do discurso histórico. In: ROIZ, Diogo da Silva; GOMES, Geovane Ferreira;

SANTANA, Isael José (org.). *A (pós) verdade em uma época de mutações civilizacionais*. Serra: editora Milfontes, 2018.

DASTON, Lorraine. *Historicidade e objetividade*. Trad. Derley Menezes Alves e Francine Iegelski. São Paulo: LiberArs, 2017.

DESROCHES, Daniel. A via longa da compreensão em Paul Ricoeur. In: CESAR, Constança Marcondes (org.). *A hermenêutica francesa: Paul Ricoeur*. Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate de sentido*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas*. Trad. Ilka Stern Cohen. Bauru: EDUSC, 2003.

_____. *Paul Ricoeur: os sentidos de uma vida*. Trad. Roberto Roque Lauxen [et.al]. São Paulo: LiberArs, 2017a.

_____. *Paul Ricoeur: um filósofo em seu século*. Trad. Eduardo Lessa Peixoto de Azevedo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017b.

DRAY, William. Da natureza e função da narrativa na historiografia. Trad. Daniela Reis [et.al]. In: MALERBA, Jurandir (org.) *História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

FALCON, Francisco Calazans. História e representação. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuições a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papirus, 2000.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método II: complementos e índices*. Trad. Ênio Paulo Giachini. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

_____. *O problema da consciência histórica*. Trad. Paulo César Duque Estrada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. In: _____. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

_____. A memória, a história, o esquecimento. In: DE PAULA, Adna Candido; SPERBER, Suzi Frankl (org.). *Teoria literária e hermenêutica ricoeuriana: um diálogo possível*. Dourados: UFGD, 2011

_____. “Sobre a recepção da filosofia de Paul Ricoeur no Brasil”. Testemunho de Jeanne Marie Gagnebin recolhido por Patrícia Lavelle. In: MARCELO, Gonçalo; ARIAS, César Correa; LAVELLE, Patrícia Leite; MORATALLA, Tomas Domingo (orgs.). *A atualidade de Paul Ricoeur em uma perspectiva Ibero-Americana*. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

_____. Os impedimentos da memória. *Estudos Avançados*, n. 34 (98), 2020.

GALLIE, Walter. Narrativa e compreensão histórica. Trad. Thiago Aguiar de Moraes, Rodrigo Araújo Maciel. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário: In: _____. *Mitos, emblemas e indícios: morfologia e história*. Trad. Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRONDIN, Jean. *Paul Ricoeur*. Trad. Sybil Safdie Douek. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

HARTOG, François. *Evidências da história: o que os historiadores veem*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte, 2011.

_____. *Crer em História*. Trad. Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

JERVOLINO, Domenico. *Introdução a Ricoeur*. Trad. José Bortolini. São Paulo: Paulus, 2011.

KAELIN, Eugene. A estética de Paul Ricoeur: sobre como entender uma metáfora. In: HAHN, Lewis Edwin (org.). *Filosofia de Paul Ricoeur: 16 ensaios críticos e respostas de Paul Ricoeur aos seus críticos*. Trad. Antônio Moreira Teixeira. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

LAUXEN, Roberto Roque. Interfaces e distanciamentos entre a hermenêutica de Hans-Georg Gadamer e Paul Ricoeur. *Philosophos*, Goiânia, vol. 17, n.01, 2012.

LEAL, Ivanhoé Albuquerque. Saber histórico e mimese em Paul Ricoeur. *Revista Expedições: Teoria & Historiografia*. v. 6, n. 2, 2015.

LITTLE, Daniel. Filosofia da História. Trad. Thomas Victor Conti. In: ZALTA, E.N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter 2016 ed. [s.l.] Metaphysics Research Lab, Stanford University, 2016.

MALERBA, Jurandir. A história e os discursos: uma contribuição ao debate sobre o realismo histórico. *Locus: revista de história*, v. 12, n. 01, p. 41-78, 2006.

_____. Teoria e a história da historiografia. In: _____. *A história escrita*. Teoria e a história da historiografia. Curitiba: Editora Prisma, 2016a.

_____. O que narram os historiadores? Para uma genealogia da questão da narrativa em história. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, jul/dez, 2016b.

MANDELBAUM, Maurice. Uma nota sobre a história e narrativa. Trad. Ione Aparecida Martins Castilho Pereira, Karine Lima da Costa. In: *História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica*. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

MELLO, Ricardo Marques. Hayden White (1928). In: PARADA, Maurício (org.). *Os historiadores clássicos da história: de Ricoeur a Chartier*. Rio de Janeiro: Vozes Puc-Rio, 2014.

MENDES, Breno. *A representação do passado histórico em Paul Ricoeur*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019a.

_____. *Existência e linguagem: o problema do sentido na filosofia da história de Paul Ricoeur*. 2019. 301f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, Belo Horizonte, 2019b.

MINK, Louis O. The Autonomy of Historical Understanding. *History and Theory*, n. 05, p. 24-47, 1965.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi [et.al]. *Novos combates pela história: desafios – ensino*. São Paulo: Contexto, 2021.

NICOLAZZI, Fernando. *O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica*. 2004. 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRS, Porto Alegre, 2004.

PAUL, Herman. Tudo está estremeado: porque a filosofia da história floresce em tempos de crise? Trad. João Rodolfo Munhoz Ohara. *Faces da História*. Assis-SP: n. 02, jul-dez, 2014.

PELLAUER, David. *Compreender Ricoeur*. Trad. Marcus Penchel. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

PETIT, Maria da Penha Villela. Perspectiva ética e busca do sentido em Paul Ricoeur. *Revista Síntese*. Belo Horizonte: v. 34, nº 108, 2007.

RANGEL, Marcelo de Mello. A urgência do ético: o giro político na teoria da história e na história da historiografia. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, vol. 13, nº 25, 2019.

REIS, José Carlos. *História da “consciência histórica” ocidental contemporânea*. Hegel, Nietzsche, Ricoeur. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. História e Verdade: Posições. *Revista Síntese*. Belo Horizonte, v. 27, nº 89, 2000.

SILVA, Jaisson Oliveira da. *A ética no cruzamento entre prática historiadora e a condição histórica*. 2015. 286f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRS, Porto Alegre, 2015.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História* (IFCH/Unicamp), n. 2/3, Campinas, 1991.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e epistemologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora UnB, 1998.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1995.

_____. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita*. Teoria e a história da historiografia. Curitiba: Editora Prisma, 2016.

_____. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do discurso*. Ensaio sobre crítica da cultura. Trad. Alípio. Correia de França Neto. São Paulo: Edusp, 2001